

3



História Oral do Supremo
[1988-2013]

Sepúlveda Pertence

Fernando de Castro Fontainha
Angela Moreira Domingues da Silva
Izabel Saenger Nuñez
[orgs.]



3

EDIÇÃO FGV DIREITO RIO



Obra Licenciada em Creative Commons

Atribuição – Uso Não Comercial – Não a Obras Derivadas

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Fechamento da 1ª edição em fevereiro de 2015

Este livro consta na Divisão de Depósito Legal da Biblioteca Nacional.

Os conceitos emitidos neste livro são de inteira responsabilidade dos autores.

Coordenação ■ Sacha Mofreita Leite, Thaís Teixeira Mesquita e Rodrigo Vianna

Projeto gráfico e capa ■ eg.design Evelyn Grumach

Diagramação ■ Antonio Valério Freitas da Silva

Revisão ■ Vânia Maria Castro de Azevedo

História oral do Supremo (1988-2013), v.3: Sepúlveda Pertence / Fernando de Castro Fontainha, Angela Moreira Domingues da Silva, Izabel Saenger Nuñez (orgs.) / Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas. - Rio de Janeiro : Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2015.

140 p.

Em colaboração com a Direito GV e o CPDOC.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-63265-46-3

1. Brasil. Supremo Tribunal Federal. 2. Pertence, José Paulo Sepúlveda, 1937- . I. Fontainha, Fernando de Castro. II. Silva, Angela Moreira Domingues da. III. Nuñez, Izabel Saenger. IV. Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas. V. Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. VI. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

CDD – 341.4191

Todos os direitos desta edição reservados à FGV DIREITO RIO

Praia de Botafogo, 190 | 13º andar

Rio de Janeiro | RJ | Brasil | CEP: 22250-900

55 (21) 3799-5445

www.fgv.br/direitorio

3

História Oral do Supremo **<1988-2013>**

Sepúlveda Pertence

Fernando de Castro Fontainha

Angela Moreira Domingues da Silva

Izabel Saenger Nuñez

[orgs.]

Sumário

1	Apresentação	06
2	Prefácio à entrevista do ministro Sepúlveda Pertence	08
3	Roteiro do ministro Sepúlveda Pertence	16
	Fontes	22
4	Entrevista com o ministro Sepúlveda Pertence	
	(1ª sessão)	24
	Apresentação: nascimento, infância em Sabará	25
	Mudança para Belo Horizonte; o ginásio e as atividades estudantis	26
	O Movimento Estudantil	27
	A Faculdade de Direito	27
	Como conheceu Evandro Lins e Silva	28
	O Governo de Juscelino Kubitschek e sua relação com a UNE	34
	O início da vida profissional e a ida para Brasília	36
	As aulas na Universidade de Brasília	40
	O ingresso no Ministério Público do Distrito Federal	43
	A saída da UnB	46
	O Golpe Militar	48
	A experiência como secretário jurídico de Evandro Lins e Silva no STF	49
	A experiência no escritório de advocacia de Victor Nunes Leal	53
	O afastamento do Ministério Público do Distrito Federal	54
	O retorno à advocacia	58
	A nomeação como Procurador-Geral da República	62
	A Comissão Afonso Arinos	65
	A indicação para o Supremo Tribunal Federal	68

5	Entrevista com o ministro Sepúlveda Pertence	
	(2ª sessão)	72
	A Comissão Afonso Arinos; a atuação como Procurador-Geral e a Constituição de 1988	73
	A nomeação como Ministro do Supremo	84
	A Sabatina	87
	A nomeação como Ministro do STF	92
	A atuação como Ministro	95
	Os casos dos planos econômicos	100
	O caso Collor	102
	A TV Justiça	108
	A relação com outros poderes e com os Presidentes da República	111
	A relação entre os Ministros do STF	115
	A relação com a mídia	118
	A CPI do Judiciário	120
	A atuação no Tribunal Superior Eleitoral	121
	A Comissão da Verdade	124
	O caso Ellwanger	126
	O caso do aborto de fetos anencéfalos	127
	A aposentadoria dos Ministros e a sua própria aposentadoria	127
	O retorno à advocacia e a vida após a saída do STF	131
6	Equipe do projeto	138

1

Apresentação

Joaquim Falcão, Diretor da FGV DIREITO RIO

Oscar Vilhena Vieira, Diretor da FGV Direito SP

Celso Castro, Diretor do FGV/CPDOC

Em cinco de outubro de 1988, foram concluídos os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte e foi promulgada a nossa Constituição Federal, vigente até hoje. Chamada por Ulysses Guimarães de “o documento da liberdade, da dignidade, da democracia e da justiça social”, a CF/88 é marco inquestionável de uma nova fase da história do Brasil.

Desde então, tem havido uma grande convergência intelectual, um enorme esforço dos acadêmicos brasileiros para compreender o impacto deste documento no Brasil contemporâneo. Várias áreas das ciências humanas, por meio de diversas abordagens, vêm privilegiando estudos em que a nossa Constituição e o Supremo Tribunal Federal encontram centralidade.

Várias são as instituições e atores sociais que, no seu dia a dia, dão vida e existência concreta à nossa Constituição. Neste contexto, surgiu a ideia de contribuir de forma inovadora para este tão profícuo e importante debate: a aplicação do método-fonte-técnica da História Oral ao Supremo nesses primeiros vinte e cinco anos de vigência da Constituição.

Seguindo sua tradicional missão institucional de contribuir para o conhecimento e o aprimoramento das instituições democráticas e republicanas do Brasil, a Fundação Getúlio

Vargas decidiu mobilizar esforços no sentido da construção de uma inédita base de dados qualitativos sobre o Supremo, composta por entrevistas realizadas com aqueles que compuseram a corte entre 1988 e 2013.

Para tanto, uniram-se as suas duas escolas de Direito, do Rio de Janeiro e de São Paulo, e a Escola de Ciências Sociais/CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil). Ambas as escolas de Direito da FGV, mesmo com apenas pouco mais de dez anos de atividade, já se firmaram no ensino jurídico nacional como instituições propulsoras de um pensamento arrojado, inovador, multidisciplinar e conectado com os desafios da atualidade. E em um olhar sobre o Brasil. Já o CPDOC traz quase quarenta anos de expertise em pesquisas em História Oral, uma vez que atua nesta frente de trabalho desde 1975.

Este volume, assim, é parte integrante do projeto “História Oral do Supremo”, uma contribuição da FGV para a história contemporânea do Brasil. Nas páginas a seguir, o leitor encontrará a narrativa do ministro Sepúlveda Pertence sobre sua própria trajetória, marcada notadamente pela atividade de magistrado na nossa mais alta corte. Boa leitura! 

2

Prefácio à entrevista do ministro Sepúlveda Pertence

**Nelson Jobim
Fernando Fontainha**

Esta pesquisa pretende trazer às comemorações dos 25 anos da Constituição Federal um novo discurso científico sobre a Suprema Corte brasileira: sua história oral. Numa empreitada da FGV DIREITO RIO, em conjunto com a Direito GV e o CPDOC, pretende-se reconstruir e reinterpretar a história recente do STF a partir de entrevistas com os magistrados que compuseram nestes últimos 25 anos, com recurso ao método-fonte-técnica da História Oral. A perspectiva dos atores que compuseram a corte e a maneira como eles reinterpretem fatos à luz de experiências vividas permitirão a construção de uma narrativa sobre os aspectos sociais e políticos da história recente do Supremo. Contando-nos a história da sua relação com a instituição, nos contarão a história da instituição.

Sete etapas foram previstas para a realização da pesquisa: (1) um breve programa de capacitação metodológica a ser ministrado pelos pesquisadores aos assistentes de pesquisa e bolsistas de iniciação científica, (2) a coleta de dados sobre o STF no período em questão, (3) a coleta de dados específica sobre cada um dos ministros a serem entrevistados, (4) a consolidação dos dados coletados e a elaboração dos roteiros de entrevista, (5) a realização das entrevistas com os ministros, (6) o tratamento e a análise dos dados coletados, e, finalmente, (7) a elaboração dos produtos finais da pesquisa, entre os quais se destaca a presente entrevista com o ministro Sepúlveda Pertence.

O que efetivamente esta pesquisa visa produzir é uma *história oral temática*, não uma história oral tradicional, no seu sentido mais amplo. O que se pretende é a construção de uma *biografia institucional* do STF com o marco temporal da vigência da Constituição Federal de 1988, sendo certo que esta se consubstancia numa espécie de *biografia coletiva* daqueles que o integram e o integraram nesse período. O interesse é estabelecer conexões entre a *trajetória* dos seus ministros e ex-ministros – e não sua biografia ou sua história de vida – e a corte. Note-se a existência de uma dupla perspectiva: individual e ins-

titucional. Num primeiro momento, deve-se investigar como foram construídas trajetórias profissionais que permitiram o ingresso dos nossos colaboradores no STF. Em seguida, é preciso constatar como a experiência de ser um ministro daquela corte vai complementar suas trajetórias, marcar suas vidas.

Tornar-se parte e habitar uma instituição implica um processo longo, complexo e reflexivo. Do ponto de vista estritamente formal, podemos extrair um critério básico que distingue *insiders* e *outsiders* do STF, e que foi crucial para o recorte da população de entrevistados: existe um procedimento objetivo e racional de escolha, investidura e exercício das funções de ministro. No entanto, este critério não nos leva mais longe. É necessário ver para além dos requisitos e procedimentos legais de admissão, bem como além dos misteres funcionais dos ministros do Supremo. Cada um dos colaboradores entrevistados traz na sua trajetória um acúmulo de *capital social* (jurídico, político, econômico...) que sustentou seu ato de candidatura e permitiu seu ingresso efetivo na corte, bem como autorizou ou limitou seu *repertório de ação* enquanto ministro da corte.

Um dos problemas de pesquisa enfrentados foi: como se relacionam a trajetória profissional e as interações e negociações que precedem a nomeação? Em outras palavras: como ocorre fina e efetivamente este processo de circulação simbólica do capital social acumulado previamente no momento de uma disputa pela nomeação? A pesquisa não supôs que seria descoberta uma “trajetória modelo” e igualmente processos de nomeação similares. Trabalhamos com a hipótese de que existem múltiplas maneiras de acumular capital social o mais variado a ponto de alcançar alguém à posição de “supremável”. Portanto, além de mapear essas trajetórias, tentando até traçar conexões e convergências entre elas, a pesquisa terá a ambição de determinar como ocorre a determinação do *turning point* entre construir num longo prazo uma trajetória elitária (no Direito, na política...) e construir deliberadamente um ato de candidatura ao STF.

Assim, pretende-se estabelecer, num segundo momento, como a trajetória profissional, seguida pelo plano deliberado de candidatura, vai determinar o enquadramento institucional do processo formal de negociação, indicação, sabatina e nomeação de um ministro do Supremo. O longo processo de ingresso na corte, compreendendo estas três etapas – acúmulo de capital social ao longo de uma trajetória, planejamento estratégico de um ato de candidatura e procedimento formal de investidura no cargo – pode nos fornecer chaves imprescindíveis para determinar o quadro interacional e institucional dentro do qual cada ministro se encontrava ao ingressar na corte e qual sua força compromissória na continuidade da sua atuação.

A alçada ao estatuto de ministro do Supremo é fato que inaugura novo capítulo na trajetória de qualquer jurista. Assim, viver experiências semelhantes produz trajetórias semelhantes e discursos sincrônicos: uma memória coletiva da instituição. No entanto, não podemos esperar que assim ocorra, não apenas porque as experiências vividas por cada indivíduo podem conter particularidades: a maneira como eles vivem e relatam essas experiências – ainda que as vivenciem – pode ser diferente.

É neste ponto que se reafirma a necessidade de construir determinantes estáveis a partir de todo o processo que culminou com o efetivo ingresso na instituição. Ainda que não se consiga precisar como atua um ministro do STF, teremos parâmetros minimamente objetivos para mapear algumas continuidades acerca de repertórios de ação de um ministro do STF. No lugar dos conceitos de status e função, devemos considerar o *papel* que cada um deles ocupa e desempenha no seio e diante da dinâmica da instituição, e como esta objetiva suas expectativas na forma de restrições – internas ou externas – ao possível alargamento do repertório de ação individual.

Desta forma, foram escolhidos dois enfoques principais para a construção desta demonstração. Primeiramente, é necessário saber como – e se – o cotidiano do STF contribui

para a internalização de práticas institucionais relativamente uniformizadoras, que se perpetuam através das gerações de ministros pela rotinização (e não *inculcação*). Em outras palavras: como se resolve a dicotomia entre a determinação individual autônoma de um repertório de ação e a contextualização institucional de um quadro fixo de condutas pertinentes. Em segundo lugar, numa abordagem oposta, deve ser desbastada a ampla rede de interações que acaba por construir o sentido do “extraordinário” no seio da instituição. A maneira como cada membro distingue o trabalho rotineiro do trabalho relevante e reconhece determinada tarefa como crucial, decisiva ou hierarquicamente mais importante nos fornecerá pistas para determinar como um determinado caso se transforma efetivamente num *hard case*, ou *leading case*, o que pode ser academicamente aproveitado na forma de um *caso gerador*, conforme proposição de Paulo Freyre.

Feito isto, a pesquisa terá condições de investigar mais detidamente como se formam os consensos, as coalizões e as disputas em torno destes casos, diante da necessidade prática de se julgar em colegiado, tendo em vista ainda a eventual permissividade institucional do julgamento monocrático.

Assim, serão quatro os momentos privilegiados na trajetória de nossos entrevistados a serem explorados na composição de uma história oral do STF: sua trajetória prévia, o ingresso, o cotidiano e o *hard case*.

Não podemos tratar da pertença ao STF sem o uso da noção de elite. Por força de seu contexto institucional, o Supremo é muito mais do que o lugar onde se reúne a *elite* judiciária brasileira. Muito embora ele seja a Corte de maior hierarquia do sistema judicial, não é – necessariamente – uma trajetória de carreira exemplar no seio do Poder Judiciário que garante o ingresso de um novo membro. A ruptura com a tradicional subida de hierarquia burocrática da Justiça produz uma multiplicidade de possibilidades no que tange à reconversão dos

mais variados tipos de capital social, notadamente o político e o jurídico. De igual sorte, o regime formal de administração do trabalho cotidiano afasta bastante a rotina de um magistrado de primeiro ou segundo grau da de um ministro do STF. Os primeiros se aproximam de burocratas tradicionais – funcionários públicos – enquanto no Supremo os membros se organizam de forma semelhante aos agentes políticos parlamentares. Finalmente, a brusca diferença de impacto entre as decisões proferidas pelo Supremo e as dos demais tribunais da República, *per se*, põe esta corte na posição de produtora dos critérios distintivos e do conteúdo do “marcante” e do “relevante” no mundo da Justiça e do Direito.

Portanto, seguem algumas questões de pesquisa que compuseram nosso esforço de coleta de dados por entrevista:

- Quais são as trajetórias que tornam alguém “supremável”?
- Quando se começa a trabalhar objetivamente para ser do STF?
- Como se passa o processo de escolha e indicação pelo presidente?
- Como se passa a sabatina no Senado? Ela é mesmo *pro forma*?
- Como um ministro “novato” é recebido no Supremo?
- Como é a rotina de trabalho de um ministro do STF?
- Como interagem e/ou competem os ministros entre si?
- Como é o convívio com demais atores internos (assessores, funcionários...)?
- Como é o convívio com demais atores externos (advogados, políticos, imprensa...)?
- Qual foi o impacto da instituição da transmissão televisiva das sessões?
- Como um determinado caso se torna um *hard case*?

- Como surgem consensos na separação do trabalho “ordinário” do “relevante”?
- Quais atores externos influem na construção de um *hard case* (imprensa, políticos...)?
- Como se compõem coalizões e se resolvem divergências no julgamento dos *hard cases*?

O caráter profano do Direito enquanto pretensa área do conhecimento ou ramo da ciência vem sobretudo da sua proximidade com o exercício do poder político. A história do Direito, das profissões e das instituições jurídicas se confunde com o desenvolvimento de uma atividade que jamais conseguiu reivindicar e efetivar plenamente sua autonomia em relação à política e à razão de Estado. Não se sabe até hoje se existe para regulá-la ou é por ela regulado.

Entretanto, no lugar de alimentar mais uma discussão normativa e conceitual sobre a relação entre Direito e Política, a reconversão do capital manejado no campo jurídico e no campo político por atores concretos pôde, enfim, ser objeto de mais uma pesquisa empírica. A partir da construção das trajetórias individuais dos ministros, da memória coletiva e da história oral do Supremo, esta pesquisa pretende contribuir profundamente para o conhecimento que possuímos acerca de nossa recente história republicana.

História esta que, contada através da narrativa do ministro Sepúlveda Pertence, nos guia, em princípio, através das suas origens sociais e do seu nascimento no interior de Minas Gerais, na cidade de Sabará. Em seguida, passamos por sua formação ginasial e chegamos em sua formação acadêmica, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, na cidade de Belo Horizonte, período em que também iniciou a militância no movimento estudantil. Após a sua formatura, mudou-se para Brasília para iniciar sua vida profissional

na advocacia e na docência, na Universidade de Brasília. Fez concurso para o Ministério Público do Distrito Federal, onde permaneceu até ser aposentado compulsoriamente durante a ditadura militar. O ministro nos contará sobre a sua atuação como secretário jurídico de Evandro Lins e Silva no STF e, posteriormente, como advogado no escritório de Victor Nunes Leal. Em seguida, o ministro nos descreverá como se deu a sua nomeação para Procurador-Geral da República e a sua atuação na Comissão Afonso Arinos e nas reformas jurídicas e políticas pelas quais o país passou até a promulgação da Constituição Federal de 1988. Após, discorrerá sobre a sua indicação, o processo da sabatina e a posterior nomeação como Ministro do STF. Por fim, narrará alguns dos casos em que atuou na corte e falará sobre sua experiência no Tribunal Superior Eleitoral. Encerra a entrevista falando sobre a aposentadoria, sua e de outros ministros, e o atual exercício da advocacia.

Neste volume, apresentamos a entrevista com o Ministro Sepúlveda Pertence, com o objetivo de divulgação de importante fonte sobre a história recente do Supremo. Esperamos que esta postura metodológica cumpra dois objetivos muito caros para a área de Direito. Em primeiro lugar, ela colabora na valorização dos dados brutos coletados por pesquisadores como verdadeiros produtos científicos. Em segundo lugar, pretende alçar o aspecto metodológico ao coração da produção acadêmica, seja pela disponibilização pública de uma fonte, seja pela explicitação dos meios empregados para produzi-la. Por estas razões, neste volume, o leitor encontrará o roteiro utilizado – com suas respectivas fontes – antecedendo a transcrição da entrevista.

3

Roteiro do ministro Sepúlveda Pertence

**Izabel Saenger Nuñez
Amanda Martins Soares de Oliveira**

- 1937** José Paulo Sepúlveda Pertence, filho do engenheiro José Pertence e Carmen Sepúlveda Pertence, nasceu em Sabará, Minas Gerais, em 21 de novembro de 1937, oriundo de família tradicionalmente sabarense. O avô materno, era um médico baiano, que migrou para Minas. O avô paterno era ourives e o pai de Pertence era engenheiro. Sua mãe foi professora primária. O primo da mãe, o desembargador Hélio Costa, era um dos poucos da família que seguiu carreira jurídica.
- 1945-1948** Seus estudos primários foram feitos em casa. Teve como professora Carmen, sua mãe.
- 1949-1955** Coursou o ginásio, depois fez o clássico no Colégio Estadual de Minas Gerais.
- 1956** Iniciou a graduação em Direito na UFMG e a militância no movimento estudantil.
- 1959-1960** Foi 1º vice-presidente da UNE.
- 1960** Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da UFMG, quando recebeu a medalha Rio Branco, destinada ao melhor estudante da turma, além de vários outros prêmios correspondentes a disciplinas específicas do curso.
- 1961** Mudou-se para Brasília em março, após sua formatura.
- 1962** Iniciou a carreira como instrutor e, posteriormente, professor auxiliar na UnB.
- 1963** Foi aprovado e classificado em primeiro lugar no concurso público para o Ministério Público do Distrito Federal.
- 1965** Foi dispensado da Universidade de Brasília, quando ministrava o curso de Teoria Geral do Direito Público. Passou a desempenhar o cargo de Secretário Jurídico no STF, no gabinete do ministro Evandro Lins e Silva, quando sucedeu Fábio Konder Comparato.

- 1967-1968** Deixou o cargo de secretário jurídico no STF, no gabinete do ministro Evandro Lins e Silva e tornou-se membro do Conselho Federal da OAB, como delegado do Distrito Federal, de 1967 a 1985.
- 1969** No mês de outubro foi aposentado do Ministério Público do Distrito Federal, por decisão da Junta Militar, com base no AI-5, pelo decreto de 13 de outubro de 1969 (DOU, 16/10/1969. Seção I, Parte I, p. 8767). Fundou com o ministro Victor Nunes Leal, que fora aposentado do STF, e os advogados Cláudio Lacombe, José Guilherme Villela e Pedro Gordilho, a Sociedade de Advogados Nunes Leal, em Brasília. De 1969 a 1985, dedicou-se integralmente à advocacia, em Brasília, Minas Gerais, São Paulo e no Rio de Janeiro. Foi conselheiro da OAB, Seção do Distrito Federal, de 1969 a 1975, e passou então a dedicar-se à defesa de grandes causas políticas
- 1973** Lecionou Teoria Geral do Processo, no Curso de Direito da AEUDF (Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal).
- 1974-1975** Participou, como representante da OAB, de bancas examinadoras nos concursos públicos de provas e títulos para Juiz Federal dos Territórios.
- 1977** Foi vice-presidente da OAB (Conselho Federal), durante a gestão de Eduardo Seabra Fagundes.
- 1978** Foi nomeado Procurador-Geral da República, pelo então presidente José Sarney.
- 1979** Publicou parecer sobre a Lei de Anistia, “A OAB e a Anistia” (Parecer da OAB, 1979, em Anistia, Senado Federal, 1980, 2º vol.). Esse parecer foi aprovado em 24 de julho de 1979, pelo Conselho Federal da OAB.
- 1985** Foi reintegrado, por força da anistia, em 1985, na UnB na posição de professor adjunto.

- 1987** Integrou a Comissão Afonso Arinos.
- 1989** Foi nomeado pelo presidente José Sarney para ministro do Supremo Tribunal Federal, em decreto de 4 de maio de 1989, na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Oscar Corrêa. Tomou posse no cargo em 17 do mesmo mês.
- 1990** Juiz substituto do Tribunal Superior Eleitoral, de 8 de maio de 1990 a 20 de maio de 1991.
- 1991** Juiz efetivo do Tribunal Superior Eleitoral, de 21 de maio de 1991 a 3 de junho de 1992.
- 1992** Assumiu a vice-presidência do Tribunal Superior Eleitoral, de 4 de junho de 1992 a 14 de junho de 1993.
- 1993** Exerceu a Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, de 15 de junho de 1993 a 15 de novembro de 1994. Votou contra o mandado de segurança impetrado por Fernando Collor de Melo contra a decisão do Senado que confirmou o *impeachment* aprovado contra o ex-presidente pela Câmara dos Deputados.
- 1994** Em 9 de novembro de 1994, tornou-se vice-presidente do STF. Votou contra o ex-presidente Fernando Collor de Melo, juntamente com Néri da Silveira e Carlos Velloso, (5x3), no julgamento da ação criminal que o ex-presidente respondia por corrupção passiva e suposto envolvimento no esquema que o afastou da presidência da República.
- 1995** Tornou-se Presidente do Supremo Tribunal Federal, em 19 de abril de 1995, e foi empossado no cargo em 17 de maio, nele permanecendo até 20 de maio de 1997. Posicionou-se contra a hipótese de qualquer tipo de controle externo do Judiciário. Solicitou que o Senado eliminasse do ordenamento jurídico nacional todas as leis e medidas provisórias já declaradas inconstitucionais pelo STF. Negou liminar

solicitada em ADIN impetrada pelo PT (Partido dos Trabalhadores) contra a Lei nº 9.069, que dispôs sobre o Plano Real e o novo sistema monetário. Em julho, concedeu liminar, em ADIN oferecida pelo PDT (Partido Democrático Trabalhista). Com isso, suspendeu os efeitos da MP nº 1.053, a qual tornava obrigatória a presença de um mediador, indicado pelo Ministério do Trabalho, nas negociações salariais e proibia as empresas de conceder aumentos salariais a título de produtividade. A suspensão dos efeitos da MP foi considerada a primeira grande derrota do governo FHC na Justiça. A decisão, contudo, precisava ser confirmada pelo Pleno do STF, do qual participavam os 11 ministros. O Ministério do Trabalho, relator da MP, acatou a decisão da liminar, ainda que provisória, e suspendeu os dois artigos impugnados. Negou pedido de liberdade condicional solicitado por PC Farias. Apesar de indeferido o pedido de liberdade condicional, Pertence reduziu a pena em 1/3, em obediência a decreto do presidente FHC. Ainda em dezembro, considerando unânime no STF o entendimento sobre o uso do “grampo” como método ilícito para obtenção de provas, Sepúlveda negou pedido de quebra de sigilo telefônico para um grupo de parlamentares envolvidos em extorsão de proprietários de casas de bingo.

- 1996** Reagiu à interferência de Bresser na questão do aumento de 28,86% devido a 11 funcionários federais, que entraram na Justiça por terem sido excluídos de um aumento dado desse percentual somente aos militares, durante o governo Itamar Franco.
- 1997** Em decisão favorável ao presidente FHC, negou liminar em Mandado de Segurança impetrado pelo PPB (Partido Progressista Brasileiro) visando à

suspensão da votação da Emenda Constitucional que permitia a reeleição para os cargos do Poder Executivo. Deixou a Presidência do Supremo Tribunal Federal em maio.

- 1999** Retornou ao Tribunal Superior Eleitoral, como juiz substituto.
- 2001** Nomeado juiz efetivo do Tribunal Superior Eleitoral.
- 2003** Assumiu, pela segunda vez, o cargo de presidente do Tribunal Superior Eleitoral.
- 2004** (1) Votou pela legalidade do capítulo da Reforma da Previdência implementada pelo governo Lula, que permitia o desconto previdenciário dos funcionários públicos inativos. (2) Votou pela manutenção de liminar concedida pelo ministro Marco Aurélio de Melo na matéria referente à possibilidade de interrupção de fetos anencéfalos, que acabou sendo derrotada.
- 2005** Proferiu voto que anulou o depoimento de testemunhas no processo de cassação de José Dirceu, do PT, o que resultou na devolução do processo à Câmara e obrigou ao Conselho de Ética efetuar nova votação, a qual manteve o afastamento de Dirceu.
- 2007** Aposentou-se no cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal, a pedido, em 17 de agosto de 2007, por decreto de 23 de agosto, publicado no DOU do dia 24/8/2007, quando foi sucedido por Carlos Alberto Menezes Direito. Em dezembro foi designado pelo Presidente da República para exercer a função de membro da Comissão de Ética Pública, com mandato de três anos, pelo decreto de 3 de dezembro de 2007.
- 2008** Voltou a atuar como advogado. Ganhou a medalha do Mérito Judiciário Clóvis Beviláqua.

- 2009** Ganhou a medalha Ordem do Ipiranga. Fundou, com outras pessoas, o Instituto Victor Nunes Leal, do qual é diretor.
- 2012** Pediu demissão do cargo de presidente da Comissão de Ética Pública da Presidência. 

Fontes

Dicionário Histórico Biográfico-Brasileiro (CPDOC/FGV):

Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>.

Acesso em: 03 abr. 2013.

Pasta do ministro no Portal do Supremo Tribunal Federal:

Currículo do Ministro

Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/biblioteca/PastasMinistros/SepulvedaPertence/CurriculoBiografia/003.pdf>>.

Acesso em: 07 abr. 2013.

Notícias:

<http://www.jb.com.br/pais/noticias/2012/09/24/insatisfeito-com-dilma-sepulveda-pertence-deixa-comissao-de-etica/>

Sites na internet:

Biografia disponível on line: <<http://www.metajus.com.br/biografias-entrevistas/biografia13.html>>.

Acesso em: 06 abr. 2013.

Material audiovisual:

Entrevista ao Programa Roda Viva:

Disponível em: <http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/665/entrevistados/sepulveda_pertence_1994.html>.

Acesso em: 05 abr. 2013.

Entrevista à Revista Arcos:

Disponível em: <<http://www.arcos.org.br/periodicos/revista-dos-estudantes-de-direito-da-unb/6a-edicao/entrevista-com-jose-paulo-sepulveda-pertence>>.

Acesso em: 08 abr. 2013.

Entrevista à Folha de São Paulo:

Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2012/10/25/leia-a-transcricao-da-entrevista-de-sepulveda-pertence-a-folha-e-ao-uol.htm>>.

Acesso em: 07 abr. 2013.

Depoimento de Evandro Lins e Silva ao CPDOC:

Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/150.pdf>.

Acesso em: 05 mar. 2013.

4

Entrevista com o ministro Sepúlveda Pertence (1ª sessão)

PROJETO > **História Oral do Supremo (1988-2013)**

ENTREVISTADO > **José Paulo Sepúlveda Pertence**

LOCAL > **Brasília, DF** (escritório do Ministro)

ENTREVISTADORES > **Fernando de Castro Fontainha, Angela Moreira Domingues da Silva, Izabel Saenger Nuñez**

TRANSCRIÇÃO > **Lia Carneiro da Cunha**

DATA DA TRANSCRIÇÃO > **18 de junho de 2013**

CONFERÊNCIA FIDELIDADE > **Izabel Saenger Nuñez e Amanda M. S. de Oliveira**

DATA DA CONFERÊNCIA > **02 de setembro de 2013**

DATA DA ENTREVISTA > **16 de maio de 2013 (1ª sessão).**

Apresentação, nascimento, infância em Sabará

[FERNANDO FONTAINHA > FF] — *Ministro, eu queria começar a entrevista pedindo para o senhor nos dizer o seu nome completo, a data e local de nascimento, sua filiação.*

[SEPÚLVEDA PERTENCE > SP] — Bem. José Paulo Sepúlveda Pertence, sou nascido em Sabará, Minas Gerais, em 1937, filho de José Pertence, engenheiro, e Carmem Pertence, professora. Estudos em Belo Horizonte, bacharelado em 1960. E, pouco depois, transferência para Brasília, onde se desenvolveu toda a minha vida profissional.

[FF] — *Perfeitamente. Ministro, o senhor poderia falar para nós um pouco mais como foi essa primeira fase da sua vida? Como era o seu cotidiano em Sabará, onde o senhor fez os primeiros estudos?*

[SP] — Bem. Sabará, praticamente, corresponde à minha infância. Deixei Sabará com cerca de nove anos, para Belo Horizonte. Enfim, uma vida de infância do interior de Minas; no meu caso, prejudicada por uma doença, aos seis, sete anos, que me limitou muito a atividade física, de tal modo que nem pude frequentar o curso primário regular. Fui aluno de minha mãe. E só em Belo Horizonte, no curso de admissão e depois no Colégio Estadual, é que fiz estudos regulares.

[FF] — *E como é a memória desse período, ministro, especialmente da educação que o senhor teve em casa, com sua mãe?*

[SP] — Bem. Deliciosamente saudoso, apesar dessas restrições. Sabará, o casarão da minha própria família, o casarão da minha avó, marcam definitivamente a minha vida, numa cidade significativa do colonial mineiro; ainda então, bucolicamente distante, no dizer de Drummond, a “poucos minutos da cidade grande, a cidadezinha escondida atrás do morro, com vergonha do trem”. [risos]

[FF] — *O senhor retorna a Sabará de tempos em tempos?*

[SP] — De tempos em tempos.

[FF] — *O casarão ainda pertence à família do senhor?*

[SP] — Não, não. Mas...

Mudança para Belo Horizonte; o ginásio e as atividades estudantis

[FF] — *O senhor se lembra da circunstância que levou sua família a se mudar para Belo Horizonte?*

[SP] — Aí foram praticamente as conveniências dos estudos do meu irmão mais velho e as minhas próprias. Eu disse que tinha feito o correspondente ao curso primário em casa, mas a partir da fase ginásial, que se aproximava, era necessário mudar-se para a cidade grande, tanto para mim quanto para meu irmão. Essa foi a razão básica. Porque profissionalmente, meu pai, que era um pequeno empreiteiro, já ia de Sabará a Belo Horizonte, diariamente, pela Central do Brasil, ida e volta. Então, a inovação mesmo foi levar a família, para que os filhos pudessem estudar em Belo Horizonte.

[ANGELA MOREIRA > AM] — *O senhor poderia contar como foi o seu curso ginásial? Quais eram as matérias que o senhor estudava?*

[SP] — Sim. Eu fiz o meu curso no Colégio Estadual, que nós, orgulhosamente, chamávamos então *Universidade do Barro Preto*, que era o bairro de Belo Horizonte onde se situava o colégio. Então, um dos únicos do estado, já quase centenário e com uma tradição de qualidade de ensino e de rigor de ensino, que o fazia o único no Estado. Rigoroso nos estudos, nos exames, ao mesmo tempo, liberal na disciplina, na vivência, desde o começo, quase universitária. E guardo do velho Colégio Estadual, onde passei sete anos, impressões absolutamente indeléveis. Lá,

já na segunda fase do curso secundário, que então se dividia numa primeira fase, o ginasial, e a segunda entre o clássico e o científico, foi marcada pelo início da minha militância no movimento estudantil, que prosseguiria pelo curso universitário.

O Movimento Estudantil

[AM] — *O senhor poderia situar em que ano foi isso?*

[SP] — Isto foi... por volta de 1955, final de 55. Entre 1954, 1955, final do curso clássico, no Colégio Estadual, e prosseguiu nos cinco anos da Faculdade de Direito, em Belo Horizonte, e parte no Rio, ligado à direção da UNE.

[FF] — *O senhor se lembra da circunstância, do momento em que, pela primeira vez, o senhor se viu implicado num processo político? Digo, no colégio. Onde foi que o senhor desenvolvia atividades políticas?*

[SP] — É. O colégio tinha um grêmio muito ativo etc. Quando, às vésperas de um congresso estadual, nos aproximamos do então presidente da União Colegial de Minas Gerais, Modesto Justino de Oliveira, que viria a ser meu companheiro de movimento estudantil pelo resto da vida estudantil. A partir daí, depois do ingresso na faculdade, a disputa pela vice-presidência do centro acadêmico, a representação do centro acadêmico na UNE, a eleição para a vice-presidência da UNE, conseqüentemente... vivendo no Rio de Janeiro por pouco mais de um ano e... enfim. E aí, o término do curso, e o prosseguimento da vida com seus acidentes.

A Faculdade de Direito

[IZABEL NUÑEZ > IN] — *O senhor chegou a cursar, então, no Rio de Janeiro, o curso de direito?*

[SP] — Era uma situação singular. Nós éramos considerados alunos ouvintes da faculdade, da então Faculdade Nacional de Direito. Nossa frequência era atestada pela Faculdade Nacional de Direito, mas continuamos vinculados à Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas.

[IN] — *E lá prestavam as provas?*

[SP] — Lá, em Minas, prestávamos as provas.

[FF] — *O senhor se lembra com quais professores o senhor mais interagiu, quais os professores que mais marcaram o seu curso de direito? Mas antes disso, o senhor se lembra do que o levou a fazer Direito, a escolher, entre as carreiras, a faculdade de direito?*

[SP] — Sim. Esta é uma história... Por... enfim, desejos familiares, sobretudo de minha mãe, que tinha perdido o irmão mais velho médico, o meu primeiro direcionamento foi para o curso de Medicina. A minha casa em Belo Horizonte ficava a pouco mais de um quarteirão do tribunal do júri. Eu então passei, ainda no colegial, a frequentar as sessões do júri. E costume marcar uma que teria consolidado a minha opção pela carreira jurídica. Nos meados dos anos 1950, Belo Horizonte ficou mobilizada em torno da história de um crime de que era acusado um jovem médico, um professor assistente da Faculdade de Medicina, com o sabor de ser comunista; e negando, peremptoriamente, essa participação. Foi condenado no primeiro júri. E, por uma razão formal, esse júri é anulado. E, no segundo júri, Evandro Lins e Silva vem do Rio de Janeiro para fazer essa defesa. Eu driblei as proibições dos guardas civis e consegui assistir a esse júri. E confesso que essa defesa me marcou definitivamente. [risos].

Como conheceu Evandro Lins e Silva

[FF] — *E foi a primeira vez que o senhor viu Dr. Evandro?*

[SP] — Foi a primeira vez que vi Dr. Evandro, com quem me reencontraria e com quem trabalharia em Brasília.

[AM] — *Algum familiar seu seguiu a carreira jurídica também?*

[SP] — O meu irmão também era advogado. Mas há pouca tradição jurídica na família. Depois, sobrinhos e filhos. Mas...

[FF] — *Esquecemos de perguntar, ministro. Desculpe interrompê-lo. O senhor é casado?*

[SP] — Sou casado.

[FF] — *E filhos, o senhor tem quantos filhos?*

[SP] — Eu tenho três filhos.

[FF] — *Todos seguem a carreira jurídica?*

[SP] — Não. Dois trabalham comigo no escritório e o outro é piloto de aviação comercial. [risos]

[IN] — *O senhor se casou em Minas Gerais?*

[SP] — Não, não. Casei em Brasília.

[FF] — *Ministro, antes de falarmos um pouco mais da faculdade e depois, já propriamente, da sua carreira jurídica, eu tenho uma pergunta em particular sobre o movimento estudantil. Qual é a memória que o senhor tem de algumas discussões em que o senhor se envolveu, organizações pelas quais o senhor militou, bandeiras que o senhor levantou? Fale um pouco mais sobre esse período de movimento estudantil.*

[SP] — Sim, sim. Bem. Eu diria que o movimento estudantil da época era mais sedutor, porque menos aparelhado partidariamente. Claro, havia os grupos partidários, do Partido Comunista, da JUC (Juventude Universitária Católica), etc. Mas eu sempre fui de um grupelho independente, mais inclinado às alianças com a esquerda, mas sem nenhuma militância burocratizada, em nenhum partido ou organização, na época estu-

dantil. Para os que nos inclinávamos ou éramos considerados os esquerdistas da época, a bandeira do nosso tempo foi a do movimento nacionalista, profundamente integrados com a Frente Parlamentar Nacionalista, com o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), e isso marcou politicamente a nossa atividade na política estudantil.

[FF] — *E o senhor se lembra quem o senhor venceu ou para quem o senhor perdeu ou eventualmente quem seriam os principais adversários à época? Os aliados o senhor já nos disse, mais ou menos, quem estaria próximo, mas quem seriam os adversários da época?*

[SP] — Bem. Dos adversários a gente se esquece. Restam as amizades pessoais. [risos] Mas... Enfim, desse movimento desorganizado, o final da minha participação no movimento estudantil corresponde à tomada do poder, na UNE, pelo movimento católico de esquerda, a JUC, que se transformaria em AP (Ação Popular), e cujo símbolo pessoal foi Betinho, nosso... meu último candidato à presidência da UNE, já no final do curso da Faculdade de Direito.

[FF] — *Como o senhor via a JUC na época, a esquerda católica da sua época?*

[SP] — Bem. Eu era muito ligado, em posições políticas e no movimento estudantil, à JUC. Lembro que então me tornei amigo de frei Mateus, que era um provincial dos dominicanos e o sacerdote mais ligado à JUC. E em certo momento, conversando sobre a política estudantil, eu perguntei: “Mas... Ele me perguntou: “Mas você, por que você não se alinha conosco e tal”. Falei assim. “Frei Mateus, precisa acreditar em Deus?”, ele disse: “Me respeita!” [risos]

[FF] — *E o senhor tem formação religiosa?*

[SP] — Não. Formação religiosa de um menino de Sabará. [risos]

Das procissões de Sabará etc. Mas os vínculos religiosos terminaram na adolescência.

[AM] — *O senhor consideraria que o ISEB influenciou na sua formação pessoal, sua formação política?*

[SP] — Sim. Na época da UNE, nós éramos estreitamente ligados.

[AM] — *Pensavam em formulação de projetos políticos para o país...*

[SP] — Ao ISEB, é. O ISEB. Como eu disse os pontos de reunião, além dos próprios movimentos estudantis, eram a Frente Parlamentar Nacionalista e o ISEB e seu círculo, com as suas grandes figuras, o Cândido Mendes, o Guerreiro Ramos, Álvaro Vieira Pinto.

[FF] — *Com relação à faculdade, qual a sua memória em relação aos professores que o senhor teve, tanto em Minas quanto no Rio, da Faculdade Nacional de Direito?*

[SP] — No Rio de Janeiro, como eu lhe disse, a minha participação era secundária, era apenas para cumprir a formalidade da frequência. Neste ano que passei frequentando, entre aspas, a Faculdade de Direito, a figura que mais me impressionou foi a de San Tiago Dantas. Em Belo Horizonte, a Faculdade de Direito tinha então uma equipe notável de professores, seria difícil distinguir alguns. Mas... desde homens de formação claramente acadêmica, como Edgar da Mata Machado, que depois viria a fazer vida política, a Pedro Aleixo, já então figura politicamente importante, Amílcar de Castro, considerado por sucessivas gerações o melhor, talvez o maior professor da faculdade, Orlando de Carvalho, responsável pelo início, em Minas, das pesquisas políticas, das pesquisas da política municipal, então uma figura muito marcante. Raul Machado Horta, do qual nós fomos a primeira turma a que ele lecionou. Enfim, uma série de professores de primeiríssima categoria.

[FF] — *Alguns colegas de turma ou de faculdade, ainda que não fossem da mesma turma, que marcaram particularmente seu curso de direito?*

[SP] — Sim. Eu já me referi a um que marcou toda a minha vida estudantil a partir do ginásio, que foi o Modesto Justino de Oliveira. Modesto foi a liderança mais marcante do nosso subgrupo do movimento estudantil. E depois se tornou um amigo fraternal, até hoje.

[FF] — *O senhor me perdoe, Ministro. Eu não ouvi o nome do meio. Modesto?...*

[SP] — Justino de Oliveira. Uma vocação política marcante, um pouco obscurecida pelo estrelato do seu irmão José Aparecido de Oliveira. E depois, quando... enfim, se previa o início da carreira política, como muitos da minha geração, atropelado pelo movimento militar de 1964.

[AM] — *Quais disciplinas o senhor cursou durante a graduação?*

[SP] — Bem. Além das disciplinas tradicionais, as dos vários ramos de direito, do direito privado, do direito penal, direito internacional, direito constitucional, etc., duas cadeiras me marcaram fundamentalmente, ambas do primeiro ano do curso. Economia política, então a cargo de um professor que marcou muito a minha geração, Washington Albino, que foi um inovador na metodologia do curso de direito, com ideias, então revolucionárias, de seminários e leituras e de trabalhos em grupo e de leituras fora da faculdade. E Orlando de Carvalho, a quem já me referi, que estimulou o início de uma escola mineira de pesquisa política, que ficou marcada pela Revista Brasileira de Estudos Políticos, creio que ainda hoje circulando.

[FF] — *Qual era a matéria que o senhor mais gostava?*

[SP] — Era difícil. Essas duas cadeiras me marcaram, muito ligadas às características dos professores, Economia Políti-

ca, com Washington Albino, e Teoria Geral do Estado, com Orlando de Carvalho. E, desde então, o gosto juvenil comum, que era o direito penal, e já havia uma inclinação marcante pelo direito constitucional, em que tivemos, então, um jovem professor, Raul Machado Horta, recém-admitido no curso, na Faculdade.

[FF] — *Professor Raul Machado Horta?*

[SP] — É.

[FF] — *E o direito constitucional da sua época era muito diferente do atual direito constitucional? Estou falando aqui do final dos anos 1950. Como era o direito constitucional?*

[SP] — Sim. Bem. Enfim, correspondia ou correspondeu, no meu curso de direito, ao quinquênio do governo Juscelino Kubitschek. E vivemos então, a minha geração, a grande ilusão de que democracia, instituições democráticas, o constitucionalismo democrático de 1946 era uma conquista definitiva, era algo absolutamente consolidado e que, então, era preciso avançar, avançar na economia, daí a sedução de toda a minha geração pelo movimento nacionalista, e, também, já mais para o final do curso, nos movimentos sociais e na luta pela justiça social, pela igualdade, etc. Então o direito constitucional, embora a matéria me seduzisse, como a Teoria Geral do Estado, não tinha a dramaticidade que viria a conquistar, quando a minha geração, a pós-geração vem a descobrir, em 1964, que aquela nossa ilusão de que a democracia formal era uma conquista definitiva não passava de uma ilusão; e tivemos que atravessar, adultos, já adultos, nós e a juventude que logo nos seguiu, vinte anos de regime autoritário, de períodos totalitários e de toda a luta que foi a retomada, até a retomada do processo democrático, em 1985.

O Governo de Juscelino Kubitschek e sua relação com a UNE

[FF] — *Ministro, voltando um pouco aos anos 1950, como o senhor via o governo JK?*

[SP] — Bem. [silêncio] Difícil situar esta visão num prisma único. De um lado, pela... pelo clima de extrema liberdade de... que se viria a chamar uma abertura democrática sem limites, que nos deu aquela ilusão de uma democracia definitivamente conquistada. De outro, para nós engajados no movimento nacionalista, uma visão crítica da extrema abertura ao investimento estrangeiro, ao capital estrangeiro, que marcou a política desenvolvimentista do quinquênio JK. E de outro, para os que tiveram o privilégio do contato pessoal com o presidente, aquela sedução pessoal, eu creio que até hoje, incomparável, na vida política brasileira. Então o trato conosco, por exemplo, os dirigentes do movimento estudantil, era um trato inconcebível para os períodos posteriores, porque o presidente nos recebia, praticamente, no dia ou no dia seguinte ao pedido de audiência e nos tratava como verdadeiros estadistas, [risos] com extrema seriedade; às vezes, mandando, antes, nos servir um café reforçado, que éramos revolucionários famintos, [risos] e de uma simpatia humana absolutamente incomparável.

[FF] — *Ele recebia no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro?*

[SP] — Ou no Palácio do Catete ou, frequentemente, no Palácio das Laranjeiras, pela manhã.

[IN] — *E era ele quem se referia a vocês como revolucionários famintos?*

[SP] — Como revolucionários famintos, é. Ele dizia ao secretário: “Já deu um café bom para esses meninos aí? Porque senão eles vêm com muita raiva”. [risos]

[AM] — *Sob a bandeira do movimento nacionalista, que o senhor comentou que era extremamente defendida ao longo da sua militância no movimento estudantil, quais eram os elementos que configuravam essa pauta de uma agenda nacionalista, de um projeto político brasileiro?*

[SP] — Sim. Bem. Era... Isso começa a ganhar corpo com o movimento, que nos precede de alguns anos na militância estudantil, que é a campanha do *Petróleo é Nosso*. Depois, os seus desenvolvimentos e todo aquele esforço de criação de uma industrialização brasileira e de um movimento de substituição de importações por indústrias brasileiras, que viria a caracterizar aquele período do governo.

[FF] — *Ministro, antes da formatura, o senhor chegou a desempenhar funções que a gente poderia chamar de jurídicas, não? O senhor fez estágios jurídicos para advocacia?*

[SP] — Não. Quer dizer, eu passei a metade do terceiro e a metade do quarto ano mais entregue ao movimento estudantil do que ao curso universitário. Sempre soube fazer provas, então... Quem vê o meu currículo de prêmios, etc. acha que era um *fura-livro*. [risos] Mas na verdade não. Eu era apenas... Quer dizer, muito entregue ao movimento estudantil, conseqüentemente à boemia das reuniões noturnas nos bares de Belo Horizonte e do Rio, mas sabia fazer provas, numa época em que o curso de direito era muito simples, porque se resumia a uma prova no meio do ano e uma prova no final do ano; que era fácil, para quem aprendesse os segredos de fazer boas provas com estudos de uma quinzena à base do Pervitin, que era o remédio contra o sono. [risos]

[IN] — *Como era o nome do remédio?*

[SP] — Pervitin. Na nossa época, inocentes, comprados só na época das provas. Depois...

[FF] — *O senhor me permite perguntar sobre alguns desses truques?*

[SP] — Hein?

[FF] — *Alguns dos truques a que o senhor se refere.*

[SP] — O de aprender a... se poderia chamar de *nariz de cera*, quer dizer, nunca enfrentar diretamente a questão, mas enfrentar questões globais da matéria, onde se estivesse mais seguro, para depois chegar... [risos] objetivamente à questão.

O início da vida profissional e a ida para Brasília

[FF] — *Quando é que o senhor considera que começou a sua carreira jurídica? Tem a ver com a sua formatura?*

[SP] — Bem. Aí volto a Belo Horizonte e à vida estudantil normal, já no final da quarta série e da quinta série. Então, o que hoje se chama estágio era uma inscrição como solicitador acadêmico, e com dois colegas, uma colega já bacharel, e outro colega de turma, montei um escritório em Belo Horizonte, onde começamos a brincar de advocacia. Segue-se a formatura e com ela o período da angústia do título de um livro de Roberto Lyra, “Formei-me em Direito. E agora?”. [risos] Isto coincide, para a minha roda “belohorizontina”, com a frustração, que seria um outro caminho natural, que era o início de qualquer pré-carreira política, em atividades auxiliares de governo, porque são os bacharéis de 1960, logo após duas acachapantes derrotas eleitorais: a do general Lott para Jânio Quadros e a do Dr. Tancredo para Magalhães Pinto. E, então, isto nos fechava de imediato qualquer tentativa de início de pré-carreira política. E isso, numa noite em que estávamos três de nós no Rio de Janeiro, a puxar angústias, uma ideia um tanto amalucada para a época: por que não vamos para Brasília? E daí, na irresponsabilidade do tempo, [risos] viemos, quatro colegas. Compramos

um carro à prestação e nos mandamos para Brasília, para ver no que dava. E desde o primeiro tempo, aquela fase fascinante da advocacia, sobretudo para jovens em Brasília, que ia da porta de xadrez ao Supremo Tribunal, no mesmo dia. [risos] Vem daí... quer dizer, a minha primeira experiência são esses dois anos, um ano e meio de início de advocacia. Segue-se uma opção pela vida acadêmica, no momento da criação da Universidade de Brasília, que, atropelada pelo movimento de 64, tenta sobreviver, aos trancos e barrancos, mais algum tempo, até que em 1965 explode. Quinze professores, inclusive eu, demitidos, e duzentos e tantos professores pedindo dispensa em solidariedade aos demitidos. E que fez... quer dizer, voltar ao nada o que já se tinha começado a fazer na Universidade de Brasília. E... Enfim, aí se encerrou, fora pequenas intromissões em outras instituições, a minha pretensa vocação acadêmica. Vem uma passagem pelo Ministério Público do Distrito Federal, também encerrada pelos generais. Aí mais importante, porque foram precisos três para assinar a minha aposentadoria... [risos]

[AM] — *A Junta Militar?*

[SP] — É, a Junta Militar. E aí então a advocacia até 1985, quando sou escolhido por Tancredo Neves para a Procuradoria-Geral da República.

[FF] — *Ministro, o senhor me permite voltar só um pouco, se o senhor teria um pouco mais de lembranças de como foi essa noite, como foi embasada essa decisão, que o senhor classificou de amalucada, de ir para Brasília? O senhor se lembra quem eram os dois colegas com quem o senhor discutiu? Foram os mesmos com quem o senhor dividiu o carro?*

[SP] — Foi, foi. Eu creio que a presença, nessa noite da decisão, era apenas eu e Modesto Justino. Modesto, a quem eu já me referi. Mas chamamos, logo depois, um colega de faculdade, um ano a nossa frente, já com alguma experiência, que era José

Guilherme Villela, que veio a ter esse final trágico, desse triplo homicídio, ainda misterioso. E mais um outro colega. Este ainda não tinha formado, mas em compensação sabia dirigir, [risos] então foi admitido como motorista e futuro advogado.

[FF] — *Ministro, posso também lhe perguntar... o senhor mencionou uma encruzilhada da vida, que fez o senhor não seguir um início de carreira política. Ainda no movimento estudantil e na faculdade, o senhor se lembra de como a sua família, em particular o seu pai e a sua mãe, viam a sua trajetória de estudante universitário e militante político?*

[SP] — E militante político? Bem. Sem entusiasmo, mas também sem restrições.

[FF] — *Tinham algum costume... o senhor tinha outras pessoas que faziam política na família, eventualmente, eles já estavam acostumados com isso?*

[SP] — Não. Papai se intrometeu na política sabarense, jovem, depois, nunca mais, nunca mais teve participação política militante.

[FF] — *Como é que o senhor e seus colegas viam Brasília? Voltando para essa noite ou para qualquer outro momento. Quais eram os projetos? O que vocês projetavam?*

[SP] — Sim. Aquela... Quer dizer, na nossa perspectiva de início de carreira profissional, como uma cidade para a qual seria atraído o mundo judiciário, e sem as limitações das grandes cidades. Ficar em Belo Horizonte ou ir para o Rio, São Paulo, com quem não tínhamos maiores ligações, significava começar como júnior, como auxiliar, no escritório de algum medalhão. E, à nossa rebeldia e à nossa vaidade, isso parecia pouco. [risos] Então resolvemos ir para aquela cidade em que tudo estava aberto e que, realmente, como eu lhes disse a vida profissional, às vezes, variava, no mesmo dia, entre o Núcleo de Custódia,

que era o presídio provisório da cidade, e uma sustentação oral no plenário do Supremo Tribunal Federal.

[IN] — *O senhor se recorda da sua primeira sustentação oral no plenário do STF, nessa sua época?*

[SP] — Eu lembro, me lembro, lembro.

[IN] — *Quando foi? Como foi?*

[SP] — Isto foi logo no primeiro ano. Não me lembro exatamente da causa. Alguma promessa de compra e venda mal sucedida. [risos] Isto prossegue, com eventuais atuações no Supremo Tribunal, e uma delas, segundo o depoimento, a vocês do CPDOC, do meu mestre Evandro Lins, que... enfim, me acarretaria uma outra experiência profissional, que foi a atuação como secretário jurídico - nome menos pretensioso do que o de assessor de ministro, [risos] - secretário jurídico do ministro Evandro Lins, que disse... enfim, não me conhecia, e que ficou impressionado com uma sustentação oral, então pediu ao Victor Nunes Leal que me sondasse, para servir no seu gabinete.

[FF] — *O senhor já conhecia o ministro Victor Nunes Leal?*

[SP] — Victor Nunes, eu tinha acabado de conhecer há pouco, porque já então eu trabalhava também na Universidade de Brasília, e o Victor era o coordenador do curso tronco de ciência, direito e administração... de ciência política, direito e administração.

[AM] — *Ministro, o senhor vivenciou os primeiros anos de Brasília. Poderia contar um pouco como era o cotidiano da cidade, a configuração urbana da cidade?*

[SP] — Sim. Sim. Em poucas palavras, um contraste fascinante. De um lado a parte monumental já, praticamente, toda erguida, e em volta um panorama de faroeste. [risos] A começar lá da cidade livre, o Núcleo Bandeirante, onde era naquela época a parte mais

movimentada, mais humana, mais boêmia de Brasília. E, enfim, intimamente, aquela sensação, de que se estava participando de um momento raro de construção de uma capital urbanística e arquitetonicamente revolucionária, plantada no meio do cerrado brasileiro. A princípio, com muitas dúvidas se sobreviveria. Claro que a máquina administrativa não se transferiu de um dia para o outro, como praticamente... Há anedotas da época. Um procedimento burocrático qualquer, salvo engano, no Itamarati, em que, de início, o cidadão se dirige ao começo do Itamarati em Brasília, eles dizem: “olha, o papel, está tudo em ordem, etc., mas o carimbo ainda está no Rio.” [risos] E passam-se alguns meses. Quando ele volta, o funcionário lhe diz: “o carimbo chegou. Os papéis é que voltaram.” [risos] Isso... Quer dizer, essa fase de entusiasmo, que para nós que participamos da saga, muito marcada pela criação da Universidade de Brasília, pela... que também, para nós, era uma revolução, algo inteiramente diferente, da rotineira, das rotineiras universidades de então no país; e isso vai, quer dizer, coincide, pouco depois, ainda em 1961, com a renúncia de Jânio Quadros, a crise político-militar daí instalada, a instalação do governo Jango sobre bases precárias de parlamentarismo, o plebiscito, e a volta ao presidencialismo, a crise que vai se avolumando, e chega ao golpe de 1964. E a partir daí, para quem vivia em Brasília, a sensação de que tudo acabara. [risos]

[FF] — *Ministro, pouco antes de 1964, o senhor teve esse início de carreira política interrompida, enfim, e decidiu pela advocacia. Mas, se eu bem entendi, chegando a Brasília, projetando uma carreira na advocacia, o senhor vai é para a academia.*

[SP] — Sim.

As aulas na Universidade de Brasília

[FF] — *Como se dá o seu ingresso, a aproximação com a UnB?*

[SP] — Bem. Eu mesmo não sei a quem devo, individualmente,

a indicação. Darcy procurava, com a universidade, que praticamente inaugurava no país um sistema novo, montar o esquema de um corpo de pós-graduandos que, ao mesmo tempo, serviriam como auxiliares docentes e, com isso, busca atrair, nos centros principais do país, jovens graduados que se dispusessem a esse trabalho, a essa dupla tarefa de estudantes de mestrado e auxiliares docentes dos professores seduzidos para a aventura da Universidade de Brasília. Sim, eu mesmo já não me lembro por mão de quem ou por indicação de quem, eu fui indicado e sondado, então, para assumir esse papel de instrutor do curso de Direito; de onde vem a minha aproximação com outra figura absolutamente marcante na minha vida, que foi Victor Nunes Leal.

[FF] — *Ministro, a Izabel perguntou se o senhor se lembra da sua primeira sustentação oral. Eu pergunto se o senhor se lembra da primeira aula que deu. A primeira vez que o senhor esteve na frente dos estudantes, como professor.*

[SP] — Sim. Particularmente o curso de Direito, nos seus primeiros anos, seduziu muito funcionários públicos, de certa graduação intelectual, a quem a vida, a agitação da vida no Rio de Janeiro não havia propiciado seguir um curso universitário regular. Então, as minhas primeiras experiências na docência universitária eram basicamente marcadas por uma aula, nós a chamávamos uma aula maior, semanal, dada pelo titular da disciplina – para nós, por exemplo, de início, Victor Nunes Leal, e depois Machado Neto, um jovem professor baiano, de Introdução à Ciência do Direito. A experiência mais marcante é que eu era, com exceção de dois ou três que ainda hoje são meus amigos, o mais jovem na sala, [risos] porque vários já eram encanecidos, no serviço público, sobretudo, nos corpos mais qualificados do serviço público, o Congresso Nacional, o Tribunal de Contas, etc.. E com isso...

[AM] — *O senhor mencionou há pouco que... Desculpa.*

[SP] — E com isso, óbvio, com essa sensação de temor [risos] pela... Uma sensação de nervosismo e de temor, nas primeiras aulas, até que me acostumassem com aquela convivência fraterna com os mais velhos.

[FF] — *O senhor chegou a fazer amizades, estabelecer relação com alguns alunos que eram altos funcionários?*

[SP] — Ah sim, vários deles.

[FF] — *Algum mais marcante, que mereça citação aqui?*

[SP] — Não. A distinção seria difícil.

[AM] — *O senhor mencionou há pouco que a criação da UnB foi revolucionária, um projeto de universidade revolucionário. É a visão que o senhor tem com relação a esse momento/projeto?*

[SP] — Certo. É evidente. É.

[AM] — *Em que sentido?*

[SP] — Bem. Eu cito a partir da minha própria experiência como estudante e depois como auxiliar docente. Como estudante, a velha universidade coimbrã: turmas, reunindo algumas dezenas quando não centenas de estudantes, e um professor encanecido e afamado a proferir uma conferência, inteiramente distante do estudante. Salvo alguns de temperamento mais ameno. A Universidade começa por romper com este marco do professor *coimbrão*, combinando a aula maior, que era uma aula conferência, com as aulas menores, confiadas as auxiliares quando não aos instrutores que eram mestrados; estes, em turmas de quinze, vinte alunos, com uma convivência fraterna e acrescida pela figura do orientador, que cada estudante tinha, na universidade. E isso tudo num ambiente... quer dizer, isso tudo gera um ambiente de todo diferente daquele a que nos acostumáramos nas tradicionais universidades brasilei-

ras, um ambiente de convivência, de... enfim, de camaradagem e de companheirismo, e assusta, evidentemente, as camadas mais conservadoras e atrai, sobre a Universidade de Brasília, toda uma série de investigações e de CPIs, [risos] em que os assuntos iam desde por que numa determinada aula, uma determinada prova, havia uma questão sobre direito constitucional soviético, até por que os professores frequentavam a universidade de calça *jeans*. [risos] E muitos de barba.

[FF] — *Ministro, se o senhor me permite a indiscrição, a UnB mais a advocacia lhe permitiam ter que estilo de vida, que cotidiano, em Brasília?*

[SP] — Bem. Apertado. Porque a advocacia foi muito limitada, com as exigências da universidade. E desse ponto de vista, a libertação viria com o concurso para o Ministério Público, em que... enfim, fui vitorioso.

O ingresso no Ministério Público do Distrito Federal

[FF] — *Isso foi em que ano?*

[SP] — Isso foi no final no final de 1963, começo de 1964, quando já estava em plena efervescência a crise. E dura até 1969, quando sou aposentado pelo Ato Institucional número 5.

[IN] — *O senhor falou sobre essa fase, de um momento mais apertado. Nessa época o senhor já era casado, já tinha filhos?*

[SP] — Sim. Não. Quer dizer... Não, não. Quando me casei já era promotor.

[FF] — *E o senhor se lembra como, então, se o senhor me permite, um breve acompanhamento. O senhor começou uma carreira no movimento estudantil, e não foi para uma carreira política. Em Brasília, acabou indo para a advocacia e para a academia; e da academia, o senhor vai exercer uma função jurídica pública,*

que é a de promotor de justiça. O senhor se lembra se viu o edital, se alguém o avisou do concurso? Essa nova guinada na sua carreira jurídica... como ela aconteceu? O senhor se lembra como ela se dá?

[SP] — Bem. Uma... Um concurso para o Ministério Público, em Brasília daquela época, era um acontecimento nacional. [risos] Atraiu, na época, algumas centenas de candidatos de todo o Brasil, magistrados, promotores, e, obviamente, também chegaria ao nosso conhecimento aquela oportunidade, que era efetivamente, nas perspectivas daqueles dias, uma forma de conciliar uma sobrevivência mais folgada, com a aspiração da carreira universitária.

[FF] — *O senhor tem memória de quantas centenas de candidatos para quantas vagas? De quem compunha a banca examinadora?*

[SP] — Bem. Eu me lembro que os candidatos eram algumas centenas, trezentos, quatrocentos. Fomos aprovados, inicialmente, vinte e poucos [silêncio, pensativo]. É um concurso por isso mesmo significativo, na época.

[FF] — *Então o senhor é aprovado. O senhor se lembra da sua primeira lotação como promotor de justiça?*

[SP] — Sim. Eu fui... Quer dizer, embora, naquela época, o cargo inicial da carreira, vinda do Rio de Janeiro, era o de defensor público; eu, pelas vagas existentes e pela classificação obtida, fui logo lotado como promotor de justiça.

[FF] — *A classificação do senhor... a classificação do senhor foi?*

[SP] — Eu fui o primeiro colocado. E então não tive a experiência, lamentavelmente, não tive a experiência da defensoria pública.

[FF] — *O senhor me permite mais uma pergunta?*

[SP] — Todas.

[FF] — *Eu pesquisei os concursandos de hoje, e todos contam que é*

um momento muito memorável a colocação num concurso concorrido. Eles têm a memória nítida das pessoas dando parabéns. O senhor se lembra quando foi primeiro colocado no concurso para o Ministério Público, o senhor comemorou?

[SP] — É. Eu me lembro de que foi na época muito significativo. Eu era um dos mais jovens, dos concorrentes. E já então indicado no Iate Clube e tal... [risos]

[FF] — *Indicado no Iate Clube?*

[SP] — Na roda do Iate Clube, indicado como o primeiro classificado do concurso do MP.

[FF] — *O senhor me desculpe, eu não sou de Brasília. O Iate Clube naquela época...*

[SP] — Era o centro principal de reunião social da cidade.

[AM] — *Qual era a configuração do concurso? Era uma prova? Havia alguma etapa na qual precisaria se pronunciar que não fosse de forma escrita? Como era?*

[SP] — Não. Nessa, foram todas provas escritas.

[AM] — *E havia um programa de estudo?*

[SP] — Sim. Eu me lembro do que mais me marcou em matéria de programas. É que... Enfim, um dos membros da banca examinadora era um professor, era um advogado vindo do Rio de Janeiro, e que... enfim, por falta de tempo ou outra circunstância, simplesmente, entregou aos organizadores do concurso o seu programa de direito comercial na Faculdade Nacional de Direito, na qual a metade do programa era de Direito Comercial Marítimo. [risos] Então...

[FF] — *O senhor se lembra do nome desse professor?*

[SP] — Lembro. Professor Dr. Rui Nunes Pereira. E me lembro que nos dávamos pessoalmente com ele, e no dia da prova, -

“mas Rui, que sujeira” e tal. - “Mas vocês imaginaram que eu ia fazer pergunta de direito marítimo?”. “Foi no programa.” E realmente, meu companheiro de estudos, e meu grande amigo até hoje, Eduardo Ribeiro de Oliveira, que foi depois ministro do Superior Tribunal de Justiça, e eu ficamos estudando lá a natureza jurídica do capitão de navio... [risos]

[IN] — *Ministro, enfim, desculpe... o senhor falou em quatro amigos que vieram com o senhor. O senhor está falando de um outro amigo agora.*

[SP] — Sim. Esse veio um pouco depois.

[IN] — *O senhor falou então do Modesto, do José Guilherme Vilela, o senhor e mais outro, mas não falou o nome.*

[SP] — Cid Ferreira Lopes.

[FF] — *Cid Ferreira Lopes, era o que sabia dirigir.*

[SP] — É, o que eu brinquei que veio, a princípio, porque sabia dirigir. Porque ele ainda não tinha terminado o curso.

[IN] — *E os senhores moravam todos juntos?*

[SP] — A princípio, sim. Fizemos uma república, uma vida republicana, de economia centralizada. [risos]

[IN] — *Por quanto tempo os senhores moraram juntos?*

[SP] — Ah. Até os primeiros casamentos.

[IN] — *Que foram lá pelos anos 1960.*

[SP] — É. Isso foi... os primeiros, em 1964. É. Por aí. Acho que já na... acho que, já no início do regime militar, dois já eram casados.

A saída da UnB

[IN] — *O senhor falou da sua saída da UnB. Como foi? Foi um momento muito difícil, pelo que o senhor falou.*

[SP] — Foi. Enfim... Foi final de 1965. Na UnB, no começo, logo depois do golpe, se fez uma tentativa de convivência, de sobrevivência e tal. Foi designado reitor um professor da Unicamp ou de Ribeirão Preto, um homem de categoria universitária; depois dele, no entanto, se designou uma figura menor, também da Universidade de São Paulo, e que entrou, como macaco em casa de louça, a fazer asneiras etc. E culminou com a devolução, às universidades de origem, de alguns professores de prestígio. E isso determinou uma greve, a demissão de quinze professores, entre os quais eu fui incluído, e aí um movimento coletivo de solidariedade, em que se demitiram duzentos e dez ou duzentos e vinte, de duzentos e cinquenta professores que a universidade tinha.

[FF] — *Então o senhor foi afastado nessa primeira leva de vinte professores.*

[SP] — É. Foi. Vinte.

[FF] — *E depois outros duzentos e muitos, em solidariedade, se demitiram.*

[SP] — Se demitiram.

[FF] — *Posso perguntar por que esses vinte foram afastados, e os outros duzentos e vinte não? O que esse grupo tinha de diferente?*

[SP] — Aí, critérios lá do sistema policial da universidade. Acharam que eram os agitadores mais perigosos.

[FF] — *O senhor não se via como um dos agitadores mais perigosos?*

[SP] — Quem sou eu!

[IN] — *Como foi esse dia, ministro, o senhor tem lembrança desse dia?*

[SP] — Tenho. Em tudo que ele... Essa crise da universidade coincide com a decretação do Ato Institucional nº 2, de outubro de 1965. É que no final não teve uma fase repressiva vio-

lenta, como viria a ter depois... como teve, de início, o primeiro Ato Institucional e como viria a ter o Ato Institucional nº 5, de 1969. Mas nós temíamos, realmente, os demitidos sobretudo, que seríamos os primeiros alvos num ressurgimento da violência do governo militar. Mas não houve, naquele momento, não houve repressão maior. A repressão viria depois com o AI-5.

[IN] — *E os professores foram convocados para alguma reunião, o reitor chegou a conversar?*

[SP] — Não, não, não houve conversa. Reuniões... reuniões de amigos e de solidariedade mútua, porque, se nós bacharéis em Direito sempre nos arrumamos, [risos] havia outros que tinham deixado postos universitários na Europa, nos Estados Unidos, para vir para a Universidade de Brasília; e, de repente, se sentiram soltos no mundo, sem profissão, sem o que fazer.

O Golpe Militar

[AM] — *Ministro, nesse momento, quais eram as percepções acerca desse novo cenário político que se desenhava? Não se sabia que duraria tanto tempo a intervenção militar. Havia essa noção de continuidade ou havia uma percepção de que o poder, novamente, seria entregue aos civis?*

[SP] — Bem, é. Aí, eu acho que a percepção comum foi a da... da elite política brasileira, que seria uma intervenção militar de curta duração. A ilusão começa a desfazer-se quando, em 1965, realizam-se as eleições diretas para governador, em alguns estados, os mais importantes: Rio de Janeiro e Minas Gerais, e o governo perde as duas eleições para dois políticos marcadamente juscelistas, Negrão de Lima, no Rio de Janeiro, e Israel Pinheiro, em Minas Gerais. E, a partir daí, há pressão na Vila Militar, e a edição do Ato Institucional nº 2 cancela as eleições diretas, dissolve os partidos políticos e dá sinais, então, de um

movimento com pretensões mais duradouras; até que sobrevivendo as crises de 1968, se chega ao Ato Institucional nº 5. Aí, no título de um jornalista, o Elio Gaspari, autor de uma série importante da época, chegou-se *A Ditadura Escancarada*.

[FF] — *Mas até 1968 o senhor, que já fora afastado da UnB, mantinha o seu cargo no Ministério Público?*

[SP] — Mantinha. Quando fui afastado da UnB, eu estava no Ministério Público, posto à disposição do Supremo Tribunal para servir como secretário jurídico de Evandro Lins. E esse período termina pouco antes do AI-5. Naquela época, só poderia ocupar essa posição por dois anos. E o meu período tinha que terminar pouco antes do AI-5.

A experiência como secretário jurídico de Evandro Lins e Silva no STF

[AM] — *Quais eram as atividades mais comuns ao cargo de secretário jurídico?*

[SP] — Bem. Era o de assessoria, o de pesquisa e de... Os tempos ainda permitiam dizer que era o de um assessor, que preparava pesquisas e, eventualmente, minutava votos para os ministros. Estávamos muito longe da grande crise do Supremo, que viria já no meu tempo no Tribunal, quando algumas questões multitudinárias – FGTS, eu acho que é o símbolo mais expressivo –, de repente abarrotam o Tribunal, com trezentos mil processos idênticos. E, a partir daí, o assessor se torna uma figura central, porque era humanamente impossível supor-se que o ministro tomasse conhecimento, pessoalmente, de cada processo. Naquela época, ainda se podia dizer.

[FF] — *Ministro, mas o senhor está se referindo ao gabinete do ministro Evandro Lins e Silva, que foi abarrotado de processos?*

[SP] — Não, não. Eu estava dizendo, naquela época em que servia como secretário, a função de um secretário jurídico era a de um verdadeiro assessor. Quer dizer, que preparava pesquisas, estudos para o ministro; mas se podia dizer que o ministro era pessoalmente responsável por cada voto. E...

[FF] — *É. É um momento bastante interessante. Já é uma experiência profissional no seio do STF.*

[SP] — Sim, é claro. Que foi a primeira. Eu conheci o Supremo Tribunal recém-formado, quando vim para Brasília, em março de 1961. Tenho de 1965 a 1967 essa primeira experiência do STF por dentro, de já ver coisas, tomar conhecimento de... enfim, de crises, de desavenças entre ministros, etc. Então foi uma experiência inesquecível.

[FF] — *O ministro Evandro Lins e Silva, os ministros do STF da época dispunham de uma equipe grande?*

[SP] — Não. Não. Pequena.

[FF] — *Como eram os gabinetes?*

[SP] — O gabinete não teria dimensão maior do que esta sala, onde se situavam, sentados, o ministro, o secretário jurídico, uma datilógrafa titular e uma datilógrafa auxiliar. [risos] E ainda, quando preciso, ali se acomodavam o motorista e o capinha, o auxiliar de plenário do Ministro. Isso era tudo.

[FF] — *Cada ministro tinha um capinha.*

[SP] — Tinha.

[FF] — *Na época em que o senhor foi assessor, a diferença exata entre o capinha e o assessor jurídico qual era?*

[SP] — Não. O capinha não era um funcionário de qualificação jurídica. Era o auxiliar de plenário do ministro, encarregado de... a partir do... da capinha, vestir o ministro para o início da sessão, era o encarregado de botar os processos em ordem, levá-los ao ministro à medida que chamados etc.

[FF] — *O senhor se lembra particularmente de alguma dessas disputas ou desavenças que o senhor classificou como ricas, na sua primeira experiência no Supremo?*

[SP] — Supremo? Não. Nada... Sim. Algumas coisas significativas. Não queria personalizá-las, passando por pouco tempo. Mas... um momento marcante foi o do Ato Institucional nº 2, em que, sobre a solução, pregada pela linha dura, de cassações no Supremo Tribunal, prevalece a solução mais suave, a de aumentar de onze para dezesseis o número dos ministros do Supremo Tribunal. Claro que a recepção, pelo Tribunal, desses cinco não foi a mais cordial. E eu costumo citar um exemplo, porque, talvez, era um parlamentar muito *agressivo*, muito *sarcástico*, *brilhante*. Aliomar Baleeiro. Foi sem dúvida o que o Tribunal recebeu com mais restrições, pelo estilo parlamentar, o estilo agressivo etc. Mas viria a tornar-se um dos ministros mais liberais da história do Supremo.

[AM] — *Quando o senhor assume como secretário, a justiça comum já não era mais responsável pelos chamados crimes contra a ordem político-social.*

[SP] — Foi exatamente nesse período.

[AM] — *O AI-2 transfere a competência desse crime da justiça comum para a justiça militar.*

[SP] — Exato. Eu entrei pouco antes do AI-2.

[AM] — *Mas ainda assim, havia algum mecanismo para que crimes dessa natureza chegassem de alguma forma ao STF, por exemplo?*

[SP] — Sim. Sim. Os documentos constitucionais militares mantiveram sempre, como um gesto cerimonial, um recurso ordinário do STM ao Supremo, no julgamento de civis. Sem maiores resultados.

[FF] — *O senhor tem lembrança de qual era a inclinação do ministro Evandro Lins e Silva em relação ao governo?*

[SP] — Bem. Obviamente...

[FF] — *Quando ele julgava um ato do governo.*

[SP] — Não. Obviamente, eu creio que ele se portou como magistrado. Agora emocionalmente, é claro, era um homem adverso a todo aquele movimento de militarização do regime.

[FF] — *E o senhor tinha proximidade pessoal com ele, a ponto de testemunhar esse conflito que ele devia estar sentindo, entre o magistrado e o cidadão?*

[SP] — Sim, porque discutíamos processos. E depois discutíamos também acontecimentos políticos.

[FF] — *Eu estaria correto em afirmar, quando o senhor diz que ele é um grande mestre, que não é apenas um grande mestre de direito, de direito penal.*

[SP] — Não, não. É um homem de uma verticalidade e de uma biografia, toda ela extremamente identificada com a defesa das liberdades, desde a adolescência, praticamente, como fica magnificamente retratado no livro depoimento que vocês publicaram: Salão dos Passos Perdidos.

[AM] — *Ministro, em 1966, os crimes contra a economia popular, também, passam para jurisdição da Justiça Militar. Ainda assim o ministro Evandro Lins e Silva é relator de alguns habeas corpus, anteriores ao período de 1966, que apreciavam a conduta de paideiros, açougueiros, etc. O senhor se recorda desse momento?*

[SP] — Não, este... Essa identificação processual dos crimes contra a economia popular aos crimes políticos vem bem de antes, vem do Estado Novo, do Tribunal de Segurança Nacional. E onde Evandro Lins é um dos advogados mais frequentes, defende mais de mil processos, entre eles, muitos relativos à

segurança nacional, e de acusados políticos de todas as cores e de todas as tendências, desde os esquerdistas e os comunistas, esquerdistas, que foram a clientela predominante, até os atos de espionagem nazista.

[FF] — *Então, não foi com a saída do ministro Evandro Lins e Silva que o senhor deixou de ser secretário jurídico.*

[SP] — Não. Eu tinha terminado o meu período pouco antes.

[FF] — *E aí o senhor volta ao Ministério Público.*

[SP] — Eu ainda volto ao Ministério Público... É. Volto ao Ministério Público e já pondo um pé na advocacia, naquela época era possível, com o escritório que viria a montar, com outros advogados já estabelecidos em Brasília, com Victor Nunes que viria a montar pouco depois de aposentado, com quem eu trabalharia até assumir a Procuradoria-Geral da República em 1985.

A experiência no escritório de advocacia de Victor Nunes Leal

[FF] — *O ministro Victor Nunes era o titular do escritório, era o patrono?*

[SP] — É. Era a figura dominante.

[FF] — *E ele o convidou?*

[SP] — É, ele me convidou, ainda na... nós chamávamos de o *ve-lório* da sua aposentadoria. Victor Nunes, que era um homem muito objetivo, cogitava logo de... [risos] quem é que toparia a aventura de montar um escritório com ele, enquanto Evandro dava expansão à sua revolta e ao seu protesto.

[FF] — *Quem topou? O senhor se lembra?*

[SP] — Lembro. Cláudio Lacombe, advogado desde os primeiros dias de Brasília, já vindo de um escritório importante do Rio de

Janeiro, que é Dario de Almeida Magalhães, Pedro Gordilho, José Guilherme Villela, eu, Oswaldo França, que era secretário do Ministro do Supremo e se encarregava da parte administrativa. É. Salvo engano, éramos esses no escritório. Depois, quando, juntamente comigo, é aposentado do Ministério Público, o José Gerardo Grossi também se incorpora ao escritório. E, posteriormente, o escritório se expande, associando-se a um grupo no Rio de Janeiro e outro em São Paulo.

[FF] — *O senhor se recorda quem eram esses grupos? Eles ainda existem?*

[SP] — [silêncio] Bem. O escritório de São Paulo era um escritório já de tradição, montado então pelo já falecido professor Jorge Americano e vários outros advogados. No Rio de Janeiro é Victor quem organiza o escritório, do qual viria a participar Euclides Aranha, filho de Oswaldo Aranha, o Célio Borja, então deputado, e vários outros advogados mais jovens, inclusive o Bento Ribeiro e o próprio José Gerardo Grossi; e, posteriormente, depois de aposentado normalmente no Supremo Tribunal, Oswaldo Trigueiro.

O afastamento do Ministério Público do Distrito Federal

[FF] — *Ministro, então, se eu acompanhei bem, a Izabel perguntou sobre suas memórias acerca do afastamento da UnB, o senhor também foi afastado, pelo governo, do seu cargo no Ministério Público.*

[SP] — Fui.

[FF] — *Como isso aconteceu?*

[SP] — Bem. Pelo Diário Oficial. [risos]

[FF] — *O senhor soube pelo Diário Oficial?!*

[SP] — Soube pelo Diário Oficial. [risos]

[AM] — *Havia uma justificativa?*

[SP] — Não. Não havia essas cerimônias. [risos]

[AM] — *Mas o senhor atribui a algum fato?*

[SP] — O Ato Institucional, que depois viria a ser numerado como número 1, distinguia atos de subversão dos de corrupção. O Ato nº 5 perdeu a cerimônia. Era no interesse da revolução. Então... Mais gentil para uns, menos gentil para outros, porque não os distinguia de certos companheiros que você não gostaria de escolher. [risos]

[FF] — *A que o senhor atribui o fato de o governo imaginar o senhor ou ver o senhor como inimigo da revolução?*

[SP] — Bem. Não posso identificar precisamente. Posso lhe dar duas ou três diretivas. No dia 9 de abril de 1964, dia do decreto do Ato Institucional, é também o dia que a briosa Polícia Militar de Minas Gerais chama de a tomada da Universidade de Brasília. Enfim, eu me lembro que estava dando aula numa sala que dava para um jardim interno e de repente vejo militares, com uniforme de campanha, rastejando por esse jardim. É o que nos desperta para o fato de que a universidade tinha sido *tomada* [risos] pelas forças militares, pelas forças da Polícia Militar de Minas. E uma dezena, duas dezenas, no máximo, de professores fomos depois chamados à reitoria e gentilmente convidados ao camburão e levados, primeiro para a Teatro Nacional e depois para as instalações militares da...

[FF] — *O senhor foi, então, preso?*

[SP] — Preso. Preso. E isso rendeu... Naquela época, tudo era mais cerimonioso, quer dizer, uma cassação dependia de uma investigação. Então fui chamado e interrogado por... algumas horas depois, interrogado pelo comandante das forças militares de Brasília. Não me lembro se era... é, Polícia do Exército ou Guarda Presidencial. E sei que esta investigação é encami-

nhada ao Rio de Janeiro, com recomendação de cassação. Mas ela não vem. O Ato Institucional de 64 limitava a seis meses o poder do presidente de cassar mandatos, suspender direitos políticos e demitir, demitir ou aposentar servidores. Não veio. Desde então, conforme o ambiente, eu recebia ou não boatos de que meu nome voltava a circular na zona do perigo [silêncio, pensativo]. Não sei, quer dizer... das chamadas forças do esquema de segurança, se houve mais alguma... Esta primeira... Quer dizer, a prisão, na tomada da Universidade de Brasília, e os interrogatórios no Exército, aqui em Brasília, foram coisas infantis. Era o movimento da UNE, particularmente a recepção a Fidel Castro, como presidente da UNE em exercício. Lembro bem que impressionou muito ao interrogador uma foto de um dos jornais principais do Rio de Janeiro, que era uma porta fechada de um hotel e a legenda era que Fidel só recebeu a sós o presidente da UNE, José Paulo Pertence. E isso durou horas, para saberem o que é que eu tinha conversado com Fidel. Até que eu disse: “você acredita mesmo que alguém conversa com Fidel?” [risos]. Eu ouvi, durante três horas. Mas... E outras coisas, de Belo Horizonte, de... de movimentações estudantis corriqueiras; um júri simulado que fizéramos na universidade, em que eu participara, que eu comandara...

[FF] — *Universidade de Brasília ou de Minas?*

[SP] — De Minas, em que eu comandara a defesa de Fidel Castro. Bem, surge aí na política menor, por volta de 1965 ou 66, abre-se uma vaga no Tribunal de Justiça, destinada ao Ministério Público. E aí duas correntes se formam em torno de dois membros mais graduados do Ministério Público. E creio que para evitar incluir na lista o procurador-geral, porque este seria o favorito, era um endeusador dos militares, um militante...

[FF] — *O senhor se recorda o nome do procurador-geral da República?*

[SP] — Faz questão? Procurador-geral do Distrito Federal.

[FF] — *Ah. Do Distrito Federal.*

[SP] — É Guimarães Lima. Mas então, eu creio que o tribunal, para evitar a inclusão do procurador-geral, resolve incluir na lista alguém que não tinha chance. E eu era o jovem promotor com o título de primeiro classificado no concurso, então sou incluído nesta lista. Eu sei que o procurador-geral jamais me desculpou, acreditou na minha inocência nesta manobra política do Tribunal. Então, ao que me dizem, quando sobrevém o AI-5, a Junta Militar, o Gama e Silva no Ministério da Justiça, teria partido do inconformismo desse procurador a provocação para que o meu processo fosse retomado das gavetas e viesse a aposentadoria. Mas, isso tudo eu sei assim, sem poder confirmar.

[AM] — *A sua vinculação ao ministro Evandro Lins e Silva poderia também ser um motivo?*

[SP] — Sim. Tudo isso. Tudo isso. Eu já trabalhava no escritório com doutor... com o ministro Victor Nunes, trabalhara, no Supremo, com Evandro Lins e... enfim, era ligado com uma série de políticos da esquerda já punidos ou a serem punidos. Então eu não me... Embora lhes dê notícia desse boato, eu não assumo compromissos com nenhuma das versões.

[FF] — *Mas... Isso é bem particular, ministro. O senhor foi preso algumas vezes.*

[SP] — Eu fui preso nesta data de 1964 e... enfim, já no AI-5, chamado a depor no que seria a formalização do IPM da UNE. O IPM teve um destino inglório. Tomaram, quando tomaram a sede da UNE em 1964, recolheram todos os papéis que lá encontraram e com eles montaram um IPM, afora investigações que seguiram por anos. E, ao que consta, o inquérito ficou tão volumoso, que ameaçava derrubar o prédio de uma auditoria do Rio de Janeiro. Então acabou arquivado, por segurança arquitetônica. [risos]

[FF] — *Como promotor de justiça o senhor chegou a ser chamado a depor? O senhor chegou a ser preso na condição de promotor de Justiça?*

[SP] — Não fui preso. Fui convocado, fui convidado...

[FF] — *O senhor não chegou a ser algemado, encarcerado?*

[SP] — Não.

[FF] — *Não chegou a sofrer violência física também?*

[SP] — Não. Não.

[IN] — *Ministro, o senhor falou que tomou conhecimento da sua aposentadoria pelo Diário Oficial?*

[SP] — Sim. Eu não estava cogitando daquilo naquele momento. Nenhum boato me chegara, não. Até que...

[FF] — *Seu sentimento naquele momento, o senhor se lembra?*

[SP] — Bem. Eu já era então, minha situação pessoal, um homem casado, com filhos. E não é cômodo [risos] saber que perdera o que então era o rendimento básico, que eram os vencimentos de promotor. Mas... a partir daí, me integrei [pausa] no escritório, no dia a dia do escritório e... enfim, sobrevivi, sem maiores problemas.

O retorno à advocacia

[FF] — *E durante um bom tempo o senhor ficou inteiramente dedicado à advocacia?*

[SP] — À advocacia, sim.

[FF] — *Como foi esse período?*

[SP] — Bem. Muito ativo e muito excitante. Circulando permanentemente, Rio, São Paulo, Brasília, no final, Belo Horizonte, com relativo êxito profissional. Nas horas que a profissão me

permitia, participando de duas... duas trincheiras que restavam: a defesa de perseguidos políticos na Justiça Militar e o início de participação no movimento da Ordem dos Advogados.

[FF] — *Poderia nos contar brevemente como foi? Como o senhor definiria sua atuação em uma e em outra trincheira?*

[SP] — Sim. Na Justiça Militar, participei de uma dezena ou duas dezenas de processos, não mais do que isso. Até porque as auditorias principais e o Superior Tribunal Militar, na maior parte do tempo, funcionavam no Rio de Janeiro, as auditorias, no Rio de Janeiro e São Paulo. Mas, sempre que me foi possível, participei e ajudei na defesa, desde estudantes a líderes sindicais, a políticos, políticos cassados; e na defesa, que envolvia o escritório globalmente, do presidente Juscelino Kubitschek, e de outro processo, que já mais no final do período militar teria grande projeção, que foi a dos sindicalistas do ABC, nas greves de 79-80. O mais destacado deles, o futuro presidente Luís Inácio.

[FF] — *O senhor foi advogado do presidente Lula?*

[SP] — Sim, fui. Participei da equipe.

[AM] — *Qual a imagem que o senhor tem da Justiça Militar nesse período? Das auditorias e do STM.*

[SP] — Sim. Bem. Há muitos que elogiam desbragadamente a Justiça Militar, porque teria sido... teria evitado violências maiores. Eu acredito que em certos casos, esses elogios podem ser merecidos, por uma circunstância: a Justiça Militar era mais bem informada que a Justiça Civil, sabia os momentos em que poderia liberalizar-se e os momentos de endurecer. Afora isso, as lembranças que tenho de algumas auditorias são tristes, pelo desrespeito, pelo deboche, pelos oficiais com a botina em cima da mesa, com um sorriso de ironia durante a sua sustentação, etc. E o Tribunal Militar não. O Tribunal Militar, em termos de cordialidade, era exemplar, ora mais duro, ora

mais leniente. E aí eu creio que o que determina melhor isso é a maior informação que tinha da conjuntura.

[FF] — *Ministro, uma breve pergunta sobre a advocacia: era rentável advogar para presos políticos?*

[SP] — Não. Não. Eu nunca, nunca exerci profissionalmente essa advocacia. Advocacia... enfim, honorários, era o outro departamento do escritório.

[FF] — *O senhor advogava pro bono para presos políticos.*

[SP] — Sim. Nunca tratei de honorários.

[FF] — *E qual seria sua especialidade?*

[SP] — Ah. Muito genérica, porque muito centrada no Supremo Tribunal, que... não se presta muito a especializações rígidas, quer dizer, pelo menos para o militante diário do Supremo Tribunal. Enfim, eu sempre fui um pouco pretensioso, então ia de um contrato a uma questão penal ou uma questão de servidor público com muita facilidade, eu variava nesses problemas. O dado que gosto de frisar é que com relação aos acusados de crimes políticos, fossem eles pessoas de recursos ou não, eu jamais cogitei de honorários.

[FF] — *Perfeito. E assim foi até quando isso, o período em que o senhor viveu exclusivamente da advocacia, ainda que com uma militância na advocacia pro bono e uma militância na OAB?*

[SP] — Na OAB. Na OAB, eu sou eleito conselheiro seccional do Distrito Federal no princípio de 1970, por aí. Em 1977 sou eleito conselheiro federal, pelo Distrito Federal. Nessa condição fui vice-presidente do Conselho Federal, candidato derrotado à presidência; e... de qualquer forma, participei do Conselho Federal da Ordem até 1985, quando Tancredo Neves escolhe o meu nome para a Procuradoria-Geral da República.

[FF] — *Ocorre em que ano a sua nomeação?*

[SP] — Procurador?

[FF] — *Para Procurador-geral da República.*

[SP] — Em 1985. Na posse, que não houve, do Tancredo.

[FF] — *Ainda antes o senhor foi... O senhor chegou a ser anistiado?*

[SP] — É. Fui anistiado, é isso, na lei de 1978, não é?

[AM] — *De 1979.*

[SP] — É 1979. E representou pouco para mim. Eu já tinha poucos anos de promotoria, um aumento insignificante nos proventos. Eu não optei pela volta.

[FF] — *O senhor não voltou nem para a Promotoria nem para a UnB.*

[SP] — Não, não. Não, não voltei. Não. Também não. Na UnB, participei da solenidade, porque, quando veio a anistia da UnB, eu já era procurador-geral da República. Mas eu nunca consegui conciliar as duas posições, as duas atividades, então eu nunca mais voltei a lecionar, não.

[AM] — *Mas simbolicamente, a sua anistia representou alguma coisa?*

[SP] — Bem. Na universidade, teve valor simbólico ser recebido na UnB. No Ministério Público, como eu optei por não voltar, não foi fato de maior significação.

[FF] — *Até a sua nomeação para procurador-geral da República, o senhor seguiu advogando?*

[SP] — Segui advogando.

[FF] — *Ministro, eu gostaria de fazer uma pergunta ao senhor, porque talvez nós tenhamos recolhido uma informação equivocada, que está no site do Supremo Tribunal Federal. O senhor atuou como juiz federal nos anos de 1983 e 84, isso é equivocado?*

[SP] — É equivocada.

[FF] — *Essa informação é equivocada. Então o senhor vai para a Procuradoria-Geral da República, volta, portanto, para o Ministério Público, em 1985, nomeado pelo presidente Sarney.*

A nomeação como Procurador-Geral da República

[SP] — Em 1985, exato. Nomeado pelo presidente Sarney. É, foi ele que... Anunciado pelo presidente Tancredo, nomeado pelo presidente Sarney.

[FF] — *Na verdade era o presidente Sarney concretizando uma vontade do presidente Tancredo?*

[SP] — Sim. O presidente Sarney assumiu como vice-presidente e nomeou todo o ministério e todos os cargos de primeiro escalão anunciados por Tancredo, como Tancredo os anunciara uma semana antes. Só depois de... Só no ano seguinte, quando das desincompatibilizações dos que seriam candidatos a deputado, é que Sarney monta o seu primeiro ministério.

[FF] — *E é esse que o senhor integra?*

[SP] — Não. Eu o integrei desde o primeiro dia do governo Sarney.

[FF] — *Como foi? Como é que o senhor diria que se tornou procurador-geral da República? Como é que o senhor soube dessa possibilidade?*

[SP] — Sim. Bem. Tinha relações cordiais, mas não próximas do presidente Tancredo Neves. Até participara da sua campanha a candidato a governador do estado, em 1960, mas isso não teve maior relevância. No burburinho dos boatos da composição do ministério, do ministério Tancredo, algumas áreas da própria Procuradoria-Geral da República colocam o meu nome em pauta; e, a partir daí, alguns outros... algumas outras figuras de maior convivência com o presidente Tancredo Neves... enfim,

levam a candidatura a seu nome. No que seria uma semana antes da posse, um fim de semana, eu recebo do deputado Fernando Lira, que tinha sido escolhido Ministro da Justiça, a notícia de que Tancredo me convidaria. Segue-se uma cena tipicamente tancrediana. Um telefonema para minha casa, num sábado, dizendo: “Meu querido Pertence, vou precisar de sua colaboração”, não sei o que... Elogios de praxe. “E quero fazer um pedido. Até segunda-feira, isto fica entre nós dois. Ou melhor, nós mineiros acabamos falando com a mulher, então, afora a sua mulher, mais ninguém. Porque na segunda-feira é que você será convidado, não por mim, mas pelo nosso Ulysses”. E, efetivamente, na segunda-feira pela manhã, eu recebo um telefonema do Dr. Ulysses, com quem tinha boas relações, ajudado em alguns episódios... na advocacia, em alguns episódios da campanha Tancredo, dizendo-me que... enfim, e chegara a pensar em outro nome, mas que este outro era mais jovem e teria outras oportunidades. Que achava que a hora era do companheiro e que [risos] vinha autorizado pelo presidente a me convidar. Não cheguei mais a estar com o Dr. Tancredo, porque... Bem. Todos sabem da tragédia na véspera da posse.

[FF] — *Qual foi seu sentimento quando do convite? Era algo que o senhor esperava?*

[SP] — Eu sabia que era um dos cogitados, mas não tinha grandes ilusões.

[FF] — *Mas como o senhor sabia?*

[SP] — Numa época daquela em Brasília, [risos] em cada mesa de restaurante, havia um ministério.

[FF] — *E o senhor queria?*

[SP] — É irrecusável.

[FF] — *Por quê?*

[SP] — Porque... enfim, depois de duas décadas de inconfor-

midade, de resistência possível ao governo militar, eu achava que participar daquela retomada do processo democrático era algo de irrecusável. E por outro lado, como lhe disse, havia uma corrente, um pequeno grupo de procuradores da República que já me haviam procurado para obter minha autorização de que agitassem o meu nome como candidato a procurador-geral.

[FF] — *E eles obtiveram sua autorização?*

[SP] — Sim. Eu falei sim, se viesse, eu não recuaria; não ia mendigar apoio e... mas...

[FF] — *Tenho uma última pergunta com relação à sua nomeação que é como o senhor seguiu o conselho tancrediano? O senhor comentou com a sua esposa?*

[SP] — Sim.

[FF] — *E ela? Apoiou? Qual foi a reação dela?*

[SP] — É, me apoiou. [risos] E manteve o sigilo.

[AM] — *Ministro, como o senhor avaliaria o impacto do processo de redemocratização na sua atuação profissional como procurador?*

[SP] — Bem. [silêncio, pensativo] Do processo em si, eu acho que, nas circunstâncias, ele foi vitorioso. Acho, sobretudo, que se cometem grandes injustiças históricas no julgamento do presidente do presidente José Sarney, que teve durante cinco anos um exercício diário de paciência, que haveria poucos homens públicos com a capacidade, com a tolerância, com nervos bastantes para aguentar aquele quinquênio. Vice-presidente, vindo do grupamento civil de apoio ao regime militar, um homem de um estado pequeno, tendo de conviver com uma aliança multiforme e heterogênea, e leva, com momentos de popularidade e momentos de desprestígio, relacionado, sobretudo, à conjuntura econômica, o certo é que leva sem acidentes o quinquênio a termo; e transmite ao adversário mais feroz a

presidência da República. Na Procuradoria-geral, eu vivi anos fascinantes. A Procuradoria-Geral da República era tida até então como um departamento qualificado do governo federal, de estrita fidelidade ao governo federal, mais dedicada psicologicamente à sua tarefa de advocacia da União do que à sua tarefa de Ministério Público. E eu creio que pude, não conduzir, mas coordenar um grupo de procuradores, aqueles mesmos que me haviam procurado antes ou no curso da montagem do ministério, e nós pudemos iniciar a mudança do perfil do Ministério Público Federal, abrindo-o à sociedade civil, inclusive aos setores marginalizados da sociedade civil, com resistências internas evidentes. A Procuradoria foi tida, durante algum tempo, como um principado da República [risos], destinada a nomeações de filhos de presidentes, de ministros de Estado ou de ministros do Supremo. Já então ingressando num período de concursos públicos. E disposta... E essa turma mais nova comandou essa mudança do perfil, da criação de um verdadeiro Ministério Público Federal, que culminou na luta da Assembleia Constituinte. Eu creio, sem dúvida, que, das instituições estatais, talvez nenhuma, em comparação com os regimes anteriores, tenha crescido tanto quanto cresceu o Ministério Público. Então eu sou orgulhoso de ter participado, de ter exercido a função de comando e de coordenação desse movimento.

A Comissão Afonso Arinos

[FF] — *O senhor tem alguma recordação da Comissão Afonso Arinos?*

[SP] — Muita.

[FF] — *O senhor chegou a integrar a Comissão?*

[SP] — Cheguei a integrar a Comissão. Participei intensamente dela. Uma experiência fascinante, sobretudo, quer pela temá-

tica, quer pelos companheiros de quem me aproximei na Comissão. E por outro lado, costumo dizer que o anteprojeto da Comissão é o documento mais injustiçado da história do Brasil. Porque... [Entra alguém na sala].

[SP] — É... Mas eu dizia?

[IN] — *Da Comissão Afonso Arinos, a experiência.*

[SP] — Ah. Da Comissão Afonso Arinos.

[FF] — *Documento mais injustiçado.*

[SP] — É. Porque um cotejo entre a Comissão, o projeto da Comissão Afonso Arinos, e a Constituição de 88 em alguns dos seus prismas mais avançados e mais relevantes mostrará que é o documento mais copiado e menos citado da Assembleia Constituinte. [risos]

[IN] — *Como o senhor participou da Comissão? Qual foi sua atuação?*

[SP] — Bem. Naturalmente, participei intensamente de todos os trabalhos plenários, agora, me dediquei mais concretamente aos capítulos relativos ao Poder Judiciário e ao Ministério Público. E nestes, particularmente, a comparação entre o texto da Comissão Afonso Arinos e o da Constituição é extremamente expressivo.

[AM] — *E pensava-se em mudanças relativas à Constituição, à organização do Poder Judiciário?*

[SP] — Sim. E grande parte das inovações que vieram a ser introduzidas quer na Constituição, quer posteriormente, na chamada reforma judiciária de 2004, surgem, inicialmente, na Comissão Afonso Arinos.

[FF] — *Então, na criação do STJ, da AGU e da Defensoria Pública da União, pode-se dizer que o senhor foi partícipe dessas inovações republicanas.*

[SP] — Todas. Fui. É. Da AGU, por exemplo, com certa resistência interna dos meus... do meu público interno, que, como é natural, não queria perder o poder. Mas achava que para compor, para assumir, aquele perfil de Ministério Público que vínhamos organizando era essencial que se libertasse da função de advogado da União. Quando tomei posse na Procuradoria, no discurso, notei que o cargo de procurador-geral da República era o ponto de encontro de um dilema cruel: de um lado, o advogado da União, a exigir plena integração e solidariedade com o governo, e de outro, o de chefe do Ministério Público, a postular independência. Achava impossível, efetivamente, que isso continuasse indistinto, como era anteriormente.

[FF] — *O senhor avalia a sua participação no governo Sarney, integrando a equipe dele como procurador-geral da República, como um daqueles que construíram o governo, apesar das adversidades que o senhor narrou?*

[SP] — Não, não tenho essa pretensão.

[FF] — *Um dos fatores, claro.*

[SP] — A minha relevância política era pequena. No que coube ao Ministério Público, sim. E aí, o que posso também testemunhar é que durante quatro anos, quase quatro anos e meio que servi como procurador-geral, eu nunca me senti pressionado de qualquer forma pelo presidente da República.

[FF] — *Por algum outro, o senhor chegou a sentir algum tipo de pressão?*

[SP] — Tive conflitos – inevitáveis – com ministros de Estado. Mas do presidente da República, jamais.

[FF] — *A sua relação com o presidente Sarney, o senhor classificaria como? Como foi a sua relação com o presidente Sarney durante o Ministério Público?*

[SP] — Durante o governo? Sim. Acho que com a distância conveniente e a cordialidade que vinha de um longo conhecimento. Conheceu Sarney nos tempos da UNE, quando ele, recém-chegado à Câmara dos Deputados, participava da Frente Parlamentar Nacionalista, que era o nosso ponto de conexão com o Congresso. Isso se transformou, independentemente da diáspora de 1964, numa relação de amizade pessoal, o que facilitou muito a relação dos quatro anos de participação no governo.

[FF] — *Que culmina em 1989...*

A indicação para o Supremo Tribunal Federal

[SP] — Em 1989, com a indicação para o Supremo Tribunal.

[FF] — *Como é que ela se deu, ministro?*

[SP] — Bem. Eu impusera aos meus amigos do governo e da política que me vinham falar... Afinal de contas, é frequente na história da Procuradoria a conversão dos procuradores-gerais em Ministros do Supremo. Mas eu impusera aos meus amigos no governo e na política que... enfim, recusaria o cargo, se soubesse que tinha havido algum pedido, alguma solicitação, alguma reivindicação pela minha indicação do meu nome junto ao Sarney. A Constituição veio a impor que o procurador-geral da República fosse um membro de carreira do Ministério Público. Isto, é claro, excitou a pressa dos adversários. E, no curso de um despacho administrativo, de uma audiência administrativa com o Presidente, no Palácio da Alvorada, eu me lembro, no meio ou já ao final da audiência, ele me disse: “É. O seu povo lá está querendo a Procuradoria. Precisamos ver, precisamos inventar a sua vaga no Supremo Tribunal”. E eu lhe disse: “Está difícil, porque...”. Enfim. Havia ocorrido uma vaga meses antes, do ministro Djaci Falcão, que fora preenchida por Paulo Brossard. E havia uma outra, meses depois, ainda no governo

Sarney, decorrente da aposentadoria compulsória do ministro Rafael Mayer, que já se dizia comprometida com o Saulo Ramos, grande amigo do presidente. Então eu não via perspectiva... Mas, creio que semanas depois, o presidente nomeia Ministro da Justiça o ministro Oscar Corrêa e, nesta vaga, me indica para o Supremo Tribunal.

[FF] — *Quando o presidente anuncia para o senhor pela primeira vez, durante esse despacho, precisamos inventar a sua vaga no Supremo, o senhor cogitava essa possibilidade de tornar-se Ministro do Supremo?*

[SP] — Bem. A partir dali, eu tive que tomar aquilo como algo concreto, que se poderia realizar. Eu não imagino como.

[FF] — *À época, o senhor queria?*

[SP] — Queria.

[FF] — *Por quê?*

[SP] — Bem. Tem uma frase célebre da República Velha. Para um bacharel, para o que hoje se chama pedantemente de operador do direito, [risos] o cargo de Ministro do Supremo não se postula nem se recusa. [risos] Eu não... não coloquei como aspiração de vida essa nomeação para o Supremo Tribunal; mas, quando dela cogitei, sempre a achei irrecusável. Anos antes, à noite de natal de 1985, primeiro ano do governo Sarney, enfim, logo na recepção, o presidente brincou que nunca pensara que “esse meu advogado de tanto tempo iria tornar-se meu procurador-geral da República...”, etc. e tal. Minha mulher falou então que gostava mais dos tempos da advocacia. E, a partir daí, em duas ou três vezes, durante a ceia de Natal que ele oferecera aos ministros presentes em Brasília, ele me chamou, para indagar se eu tinha algum interesse numa vaga existente no Superior Tribunal Militar. A conversa não me agradou. Dois ou três dias depois, naqueles dias mortos entre Natal e Ano Novo, mandei que se consultasse

o Palácio sobre se havia uma hora para falar com o presidente. A agenda estava folgada, e eu apareço lá. E o presidente nota logo que a conversa de Tribunal Militar não havia me agradado. “Acho que você não entendeu. Eu só quis dizer isso, porque não só me resolveria um grande problema (havia uma disputa muito grande para essa vaga), mas também que pudesse lhe interessar. Porque essa coisa de... Sei lá se você quer fazer carreira política? Para quem quer fazer carreira política, ter sido ministro é uma beleza. Vira ministro para o resto da vida e tal e coisa. E isso, isso é muito bom, na campanha política”. Eu brinquei: “Olha, francamente, não tenho nenhuma pretensão de fazer carreira política. Seria assim uma sinecura. Eu acho que estou muito jovem. Por outro lado, graças ao processo de democratização que você comanda, o Tribunal Militar... não se pode prever que o Tribunal Militar volte a ser um tribunal importante. E você não me imagina lá, ao lado de uma série de generais, almirantes e brigadeiros, a julgar estudante, porque distribuiu panfletos”. Ele riu e me disse assim: “Isso é muita pretensão sua. Porque o dia que o Tribunal Militar voltasse a ser importante nessas condições, a primeira coisa que lhe ocorreria é ser cassado de novo.” [risos] E assim terminou essa conversa. Em bons termos.

[FF] — *Mas com o senhor recusando a vaga para o Superior Tribunal Militar?*

[SP] — Claro. Claro. Disso não se cogitou mais.

[FF] — *Essa não era irrecusável? Essa não era uma vaga irrecusável?*

[SP] — Não. Não.

[FF] — *Mas a do Supremo, então, o senhor aceitou.*

[SP] — Sim, aceitei.

[FF] — *O senhor lembra quando foi a sua posse como ministro do Supremo Tribunal Federal?*

[SP] — Amanhã faz... [pausa, pensativo] vinte e três anos: 17 de maio de 1990. Não. 17 de maio de 1989. Vinte quatro anos.

[IN] — *Feliz coincidência. Vinte e quatro anos.*

[SP] — [risos]

[FF] — *Ministro, o senhor tem memória de como foi o seu primeiro dia como ministro do Supremo Tribunal Federal?*

[SP] — Primeiro dia... Tenho memória. É. Além das emoções da posse e tal, que é um dia atípico. Do primeiro dia típico ou do primeiro dia normal de Ministro do Supremo, o que mais me surpreendeu - eu que frequentava o Supremo desde os vinte e três anos de idade, quando chegara de Belo Horizonte - foi, da garagem até o meu gabinete, a quantidade de servidores que teve que se pôr de pé e me chamar de excelência. [risos] Poxa! Pensava: Quem será? [risos] E aí se foram dezoito anos de Supremo.

[FF] — *Se passaram dezoito anos... E com relação ao gabinete que o senhor conheceu como assessor do ministro Evandro, como foi montar um gabinete? O seu gabinete se parecia com o gabinete do ministro Evandro?*

[SP] — Não. Era bem mais amplo. Ainda pequeno, ante o que eu deixei, mas bem mais amplo, já com uma dezena de servidores, com dois assessores, uma funcionária antiga e tradicional do Supremo, que já havia servido com outros ministros, o outro, um jovem bacharel, que eu, ainda estudante, nomeara meu assessor na Procuradoria-geral e que, hoje, é Subprocurador-geral da República.

[FINAL DA PRIMEIRA SESSÃO]

5

Entrevista com o ministro Sepúlveda Pertence (2ª sessão)

PROJETO > **História Oral do Supremo (1988-2013)**

ENTREVISTADO > **José Paulo Sepúlveda Pertence**

LOCAL > **Brasília, DF** (escritório do Ministro)

ENTREVISTADORES > **Fernando de Castro Fontainha, Angela Moreira Domingues da Silva, Izabel Saenger Nuñez**

BOLSISTA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA > **Amanda M. S. de Oliveira**

ANALISTA DE AUDIOVISUAL > **Ninna de Araújo Carneiro Lima**

TRANSCRIÇÃO > **Maria Izabel Cruz Bitar**

DATA DA TRANSCRIÇÃO > **6 de outubro de 2013**

CONFERÊNCIA FIDELIDADE > **Izabel Saenger Nuñez e Amanda M. S. de Oliveira**

DATA DA CONFERÊNCIA > **10 de dezembro de 2013**

DATA DA ENTREVISTA > **13 de setembro de 2013 (2ª sessão).**

[FERNANDO FONTAINHA > FF] — *Muito bem, ministro, retomando de onde paramos da última vez... Nós chegamos a cobrir a sua infância, onde o senhor cresceu, como era a sua vida em Minas Gerais; depois, a sua mudança para Brasília; falamos bastante sobre como o senhor se tornou professor da UnB; seus primeiros contatos com o Supremo Tribunal; falamos sobre o seu ingresso no Ministério Público; e paramos por volta da Comissão Afonso Arinos, o contexto brasileiro bastante... um momento de efervescência, de muitas mudanças, e a eleição do Dr. Tancredo; e eu gostaria de saber se a gente poderia retomar dessa parte, mesmo. Como é que foi...? Como é que o senhor nos contaria...? Qual memória o senhor tem da sua participação na Comissão Afonso Arinos?*

A Comissão Afonso Arinos; a atuação como Procurador-Geral e a Constituição de 1988

[SEPÚLVEDA PERTENCE > SP] — Bem, eu tenho a melhor recordação possível daquela comissão, que reuniu 50 pessoas de diferentes formações. Muito criticada no início, como se tratasse da organização de um projeto que o governo tentaria impor à futura Assembleia Constituinte e, enfim, de uma comissão, em conjunto, reacionária, a partir de alguns nomes que a compunham. O trabalho se desenvolveu por cerca de um ano e foi uma surpresa – uma grande surpresa – para os observadores. O projeto, no campo social e no campo dos direitos, era um avanço significativo no constitucionalismo brasileiro, e tinha uma opção por um semipresidencialismo, com nítida influência do regime português, que, segundo os analistas políticos gerais, teria sido a razão pela qual o presidente Sarney, enfim, não fez nenhum encaminhamento oficial do projeto da Comissão à Assembleia, porque discordava da conotação mais parlamentarista que, no campo da relação entre os poderes e o

jogo político, a Comissão havia adotado. Mas, afora isso, curiosamente... Eu costumava dizer que o projeto da Comissão Afonso Arinos foi o documento mais criticado e mais copiado do Brasil, porque grande parte da Constituição que se veio a elaborar é nitidamente inspirada, quando não copiada, em grande parte, do anteprojeto da Comissão Arinos. Eu diria, por exemplo, nos capítulos que me coube relatar na Comissão – do Poder Judiciário e do Ministério Público –, que todo o esquema, o substrato das mudanças propostas partiram da Comissão Afonso Arinos.

[FF] – *Quais mudanças, ministro?*

[SP] – No Poder Judiciário, a tentativa, mais uma, de vencer o congestionamento do Supremo Tribunal, mediante a criação do Superior Tribunal de Justiça, que foi praticamente transplantado da Comissão Afonso Arinos para a Constituição.

[FF] – *Essa ideia foi sua, ministro?*

[SP] – Não, não... Já havia... Essa proposta já vinha de longe.. Coube-me, com mais alguns companheiros da Comissão, elaborar e detalhar essa ideia geral de redução do Supremo Tribunal quase a uma corte constitucional, e a criação de um Tribunal Superior para o direito infraconstitucional federal, com uma possibilidade: o número de juízes do Superior Tribunal de Justiça, no projeto e na Constituição, é flexível e pode ser ampliado por lei. O que não se fez. A psicologia do poder [risos] faz entender por quê. No mais, a vivência, na Comissão Afonso Arinos, com alguns nomes que a compuseram constitui um momento muito gratificante de minha vida, a convivência com tipos como Jorge Amado; Cândido Mendes; Alberto Venâncio; meu amigo de sempre, Cláudio Lacombe; com quem fazíamos as viagens Brasília-Rio; e passamos, depois, quase um mês inesquecível em... aquela cidade perto de Petrópolis?

[FF] – *Itaipava?*

[SP] — Itaipava, no Centro de Estudos do Ministério das Comunicações¹, no qual passamos, em regime de semi-internato, quase um mês a discutir a Constituição. Mas outros capítulos também poderiam ser citados, como o sistema de repartição de competências do federalismo, em que o esquema da Constituição, com uma ou outra alteração, é o que saiu da Comissão Afonso Arinos e, nela, a base dos estudos do professor Raul Machado Horta, que tinha sido meu professor na Faculdade de Direito de Minas; e no campo dos direitos individuais, primeiro, a sua colocação na frente da Constituição, alterando o sistema constitucional que vinha das sucessivas constituições, e a ampliação e modernização da Declaração de Direitos, que a Constituição veio a consagrar.

[FF] — *Ministro, o senhor poderia falar um pouquinho mais sobre o que aconteceu com o Ministério Público?*

[SP] — Sim.

[FF] — *O senhor falou sobre o Judiciário, mas... E o MP em particular, sendo o senhor, na época, o procurador-geral da República.*

[SP] — O procurador-geral da República. Então eu tive, ali, de não só exercer, na Comissão, naturalmente, pelo cargo que ocupava, uma referência na organização do Ministério Público e, ao mesmo tempo, de negociar com o Ministério Público, em sucessivas versões e congressos, e reuniões, uma formulação que não desagradasse, nos pontos fundamentais, todos os estudos, a luta que o Ministério Público vinha desenvolvendo para se tornar essa instituição que eu creio — se comparado com as constituições anteriores —, a instituição pública que mais cresceu na Constituição de 1988. Do projeto da Comissão Arinos, em relação ao texto da Constituição, a inovação substancial foi a limitação da clientela da qual poderia ser escolhi-

1 Refere-se ao Centro de Estudos e Conferências (Centrecon) do Ministério de Minas e Energia, localizado em Itaipava, distrito de Petrópolis (RJ).

do o procurador-geral da República, que nós deixávamos no sistema antigo de escolha do presidente com o aval do Senado Federal, e que a Assembleia Constituinte acabou atendendo à reivindicação dos membros do Ministério Público, de tornar o cargo de procurador-geral da República privativo de membros da carreira do Ministério Público. No mais, sobretudo no campo da definição das atribuições constitucionais do Ministério Público, tudo já estava... praticamente tudo já estava no projeto da Comissão Arinos, sobretudo – e isso se discutiu muito na Comissão – se se criava ou não a figura do *ombudsman*, que se vinha espalhando em várias constituições e que, no Brasil, acabou se concentrando no próprio Ministério Público, quando se lhe deu a atribuição de fiscalizar a observância e o acatamento dos direitos individuais e coletivos por toda a administração, por todo o Estado. Eu hoje tenho sido cobrado por uma frase da minha última audiência como procurador-geral com o presidente Sarney, que, nessa última discussão aí sobre o papel do Ministério Público na investigação policial, foi entendida como crítica ao Ministério Público. Na verdade, era uma frase de exaltação do novo Ministério Público que surgia com a Constituição de 1988. Eu, em tom de brincadeira, a certa altura, disse ao presidente Sarney : “Presidente, o senhor me deixou solto, e eu não sou o Golbery, mas criei um monstro”. [risos] É claro que o monstro aí era no bom sentido, era, como eu disse, uma instituição que mais cresceu substancialmente em relação às constituições anteriores. E ganhou esse papel que hoje se discute muito em razão de alguns abusos pontuais. Mas eu creio que o saldo do Ministério Público no regime constitucional de 1988 é amplamente positivo.

[FF] — *Podia lhe pedir um parêntese, para saber qual a sua opinião sobre o poder de investigação do Ministério Público?*

[SP] — Sim. Eu creio que... eu acho necessário que o Ministério Público tenha, em certas circunstâncias, um poder autônomo e

direto de investigação. Acho que isso não deve se tornar regra. É preciso que a lei que está em discussão no Congresso para disciplinar a investigação criminal tanto pela Polícia quanto pelo Ministério Público, e tem pontos muito delicados a tratar, para, de um lado, dar ao Ministério Público, nos casos necessários, a possibilidade de uma investigação autônoma e, de outro, evitar abusos do próprio Ministério Público – abusos que, eu tenho dito, são inevitáveis num poder novo, mas que fazem parte significativa das críticas que o Ministério Público tem recebido. São atuações pontuais, são seduções minoritárias pelo holofote. Eu creio, no entanto, que é preciso considerar o papel discreto do Ministério Público em todo o país, em certos setores que eram verdadeiros direitos sem sujeito, particularmente na área dos direitos difusos, do direito ao meio ambiente, à moralidade pública. O expressivo é que não se deu ao Ministério Público poder privativo nesses setores. No entanto, é importante observar como, na história da ação civil pública, para a defesa desses interesses coletivos e difusos, a própria sociedade recorre ao Ministério Público. São pouquíssimas as ações civis públicas partidas de organizações da sociedade civil. Prefere-se entregar, representar ao Ministério Público, pelo poder que tem, pela *expertise* que tem, para comandar essas lutas na ação civil pública, cuja lei antecede a Constituição. Aliás, a sanção dessa lei foi uma luta, a primeira luta que eu enfrentei como procurador-geral, porque foi sancionada nos primeiros meses do governo Sarney. Até aí eram verdadeiros direitos sem sujeito, ficavam como declarações líricas das constituições, sem que houvesse o mínimo de viabilização processual de sua submissão ao Judiciário.

[FF] – *Ministro, deixa eu lhe fazer então uma... só para... um pouco mais sobre o Ministério Público porque, realmente, o senhor teve um protagonismo grande nesse processo. É uma provocação: a qual dos três poderes da República pertence o Ministério Público?*

[SP] — Bem, se fosse obrigatório responder a essa pergunta que, durante décadas apaixonou muitos teóricos [sorrindo], eu ainda acho que a sua função é uma função do Poder Executivo, que perdeu, nos tempos modernos, no Brasil e alhures, aquele caráter unipessoal e rigidamente hierarquizado que o caracterizava. É um organismo que exerce uma função que, a ter de escolher, se aproxima da função executiva, mas liberto de quaisquer laços hierárquicos com o Poder Executivo. Isto envolveu uma polêmica grande que eu tive que administrar desde a Comissão Afonso Arinos e, depois, no trâmite dos trabalhos da Constituinte, que foi contra a opinião, sobretudo, de áreas importantes do Ministério Público Federal – alguns, meus amigos e colaboradores diretos –, que foi o abandono da função de advocacia do Estado, com a criação da Advocacia-Geral da União e seus quadros correspondentes nos estados. Isto sempre foi minha opinião. Ao tomar posse, disse eu que o cargo vivia um dilema crucial, entre a chefia do Ministério Público, a reclamar independência em relação aos poderes políticos, e a advocacia de Estado, a envolver uma necessária solidariedade ao governo.... Não baixo à miuçalha de poder o procurador ser demitido, mas é que o próprio sistema de sua nomeação o levava a ser um membro do governo, que se ampliou até nos quatro anos em que exerci o cargo, ainda por inspiração do Dr. Tancredo Neves, que já planejara a primeira reunião do ministério dando assento ao procurador-geral da República. E, durante os quatro anos em que eu exerci o cargo, a minha função era esta, de um homem do Poder Executivo, embora tenha enfrentado situações em que tive que dialogar francamente com o presidente da República, informando-lhe, por uma questão de lealdade e de solidariedade ao governo, que iria tomar atitudes que não agradariam, politicamente, ou em termos de economia, ao governo. Mas avisava antes ao presidente da República porque, afinal, o cargo era de confiança. Isto cessou com o sistema da Constituição, também ele vindo da Comissão Afonso Arinos, de

um procurador-geral da República, ainda na Comissão Afonso Arinos, escolhido livremente, mas que teria... seria uma nomeação a termo, o chamado mandato, com a recondução limitada, de forma a desvinculá-lo daquela ligação estreita com o Poder Executivo, que só se justificava na medida em que o Ministério Público acumulava a função de advocacia do Estado.

[FF] — *Ministro, o senhor pode me dar um, ou talvez mais exemplos de situações, que... Porque o senhor está narrando que, ao longo da sua estada na Procuradoria-Geral da República, o senhor deixou de se tornar um membro do gabinete do presidente da República para se tornar o que a gente conhece hoje, o chefe do Ministério Público independente do governo. E isso se deu a partir de algumas situações que o senhor viveu...*

[SP] — Sim, sim. Certo, sim eu vivi, mas vivi...

[FF] — *O senhor poderia dizer algumas?*

[SP] — Eu vivi nesta situação de lealdade ao governo. Por isso, não foram muitas, três ou quatro ou cinco vezes, em matéria tributária e em matéria política. Porque o procurador-geral acumula a função de procurador-geral eleitoral, que eu exerci numa época fascinante, de abertura ao pluripartidarismo, de eleições diretas em todos os níveis etc. E muitas vezes tive que opinar, quer como procurador-geral da República junto ao Supremo Tribunal, sobretudo em matéria tributária, quer no Tribunal Superior Eleitoral, em matéria de elegibilidade e de criação de partidos etc. Então calculo que uma meia dúzia de vezes eu tenha apelado e esse método de convivência que adotei para solver aquilo a que me referi no discurso de posse como o dilema crucial do procurador-geral: avisava ao presidente da República a tempo para que, se fosse o caso, me exonerasse, mas eu deixava claro que, com ou sem a aprovação dele, se não fosse exonerado, iria tomar a posição anunciada [risos].

[FF] — *Mas, ao contrário de exonerá-lo...*

[SP] — Não. O presidente foi...

[FF] — *O senhor tinha uma boa relação com o presidente Sarney?*

[SP] — *Tinha.* Tinha uma relação antiga. Nos meus tempos de UNE, o meu companheiro inseparável no movimento estudantil, como já referi, era o Modesto Justino de Oliveira, cujo irmão, José Aparecido, tinha um apartamento no Rio, solteiro, e que então exercia uma dupla função: era o aparelho do nosso grupo mais chegado à política estudantil e, ao mesmo tempo, era o aparelho da Bossa Nova da UDN. [risos] E o mais jovem da Bossa Nova da UDN era José Sarney. Vem dessa época, uma relação extremamente amistosa, que alguns companheiros de ministério não entendiam, porque, afinal de contas, eu era tido como um da cota de esquerda, na *engenharia* da montagem do governo de Tancredo Neves. Alguns se espantavam com a afabilidade e a liberdade com que tratava o presidente Sarney e por ele era tratado.

[FF] — *Mas que vem de outras épocas?*

[SP] — Sim, vem dessas épocas.

[FF] — *Se explica desse...*

[SP] — Exato.

[FF] — *Perfeito.*

[ANGELA MOREIRA > AM] — *Ministro, esse processo de redemocratização, a Comissão Afonso Arinos, a Assembleia Nacional Constituinte e a própria Constituição de 1988 denotam uma espécie de reequilíbrio de poderes, que se perdeu ao longo do regime militar, um reequilíbrio entre Executivo, Legislativo e Judiciário e uma modificação interna, inclusive, em cada um desses poderes. O senhor chegou a mencionar a criação do STJ como uma possibilidade, de certa forma, de desafogar a agenda do Supremo. Na sua avaliação, essa modificação surtiu um efeito que pode ser considerado satisfatório?*

[SP] — Olha, embora tenha advogado muito essa solução, eu creio que o problema continua dramático. Enquanto o Superior Tribunal de Justiça já há muito ultrapassou o número de um milhão de recursos especiais e um número *astronômico* de *habeas corpus*, o Supremo tem hoje na sua pauta, para julgamento em plenário... não me responsabilizo pela centena, mas creio que seiscentos, setecentos ou oitocentos processos.... Isso não é da Constituição; a Constituição não manteve, por um vício de nascença, a arguição de relevância — porque fora adotada no chamado *Pacote de Abril e era decidida em sessões secretas* — mas que veio a ser adotada na reforma do Judiciário de 2004, com o nome de *repercussão geral*. Ocorre que, uma vez reconhecida a repercussão geral, no sistema do plenário virtual que se montou, a competência para decidir do recurso é do Plenário. E isso, somado à multiplicidade de processos de *habeas corpus* e de competências originárias múltiplas, em particular, a da ação penal nos casos de prerrogativa de foro (é só pensar nessa *coisa* que marcará a história do Supremo, esse julgamento da Ação Penal 470, com trinta e tantos réus [risos] e que praticamente paralisou o Supremo Tribunal desde o segundo semestre do ano passado). Então, esta pauta do plenário vai se acumulando, e já não se pode prever mais quando ela poderá ser vencida pelo Supremo. Eu não sei, realmente... No Superior Tribunal de Justiça — que hoje luta por um mecanismo similar ao da repercussão geral —, eu acho que se tem de considerar antes um aspecto a que eu já me referi: a Constituinte adotou a fórmula, sugerida pela Comissão Arinos, de um número flexível de juizes do Superior Tribunal de Justiça. Havia até uma proposta alternativa de criar vários tribunais superiores especializados: o Superior Tribunal Cível, o Superior Tribunal Penal, o Superior Tribunal Tributário etc. Acabamos optando, na Comissão, por um só grande tribunal, mas um tribunal cujo número de juizes se pudesse multiplicar, e especializar seções, na medida do necessário.

[IZABEL NUÑEZ > IN] — *E como é que eram essas discussões sobre a mudança do Tribunal Federal de Recursos para o STJ? Se pensava em tudo isso?*

[SP] — Também criou problemas. O Tribunal Federal de Recursos, pelo menos alguns de seus ministros não entenderam que o Tribunal era *promovido*, substancialmente, em relação ao velho Tribunal Federal de Recursos, que era um tribunal de segundo grau, não é, das causas da União, com umas poucas competências nacionais, e que se transformou no *grande* tribunal do direito comum no Brasil inteiro, com as únicas exceções do direito eleitoral e do direito trabalhista.

[IN] — *E se pensava nesse desenho que tem hoje, ministro, do STJ?*

[SP] — Sim.

[IN] — *Era esse desenho mesmo?*

[SP] — Era mais amplo. Como procurador-geral da República, compareci a uma reunião internacional de procuradores-gerais, que se fez na Itália e, naquele mesmo dia, eu tinha visto na imprensa italiana que o Tribunal de Cassação ultrapassara os trezentos membros, ou os trezentos e cinquenta membros. Então, no coquetel que nos ofereceu o então chanceler italiano, eu fui apresentado a um juiz da Cassação e mostrei o meu espanto com um tribunal que tinha mais de trezentos e cinquenta membros. E perguntei: “Mas o senhor conhece todos os seus colegas?”. E o juiz me disse: “Bem, pelo seu assunto, pelos assuntos de que você está tratando, eu poderia tomar precauções para que não acontecesse o que já me aconteceu mais de uma vez: estar conversando sobre assuntos jurídicos, e perguntar ao interlocutor ‘*Lei è avvocato?*’, e ele, ‘*Non. Giudice della Cassazione.*’ ‘*Oh, collega?!*’ “Porque”, dizia esse juiz, “nós só nos reunimos todos na solenidade de abertura do ano judiciário, sob um calor terrível, e nunca mais nos vemos”. Porque esses trezentos e cinquenta juízes da Cassação se dividem em seções

e turmas, praticamente sem comunicação entre uma e outra. Esse foi o modelo que se pensou para o Superior Tribunal de Justiça, que, ao invés de criar diversas estruturas, como era a outra proposta a que já me referi, de criar cinco ou seis tribunais, com toda a parafernália burocrática que isso envolve – cinco ou seis bibliotecas, cinco ou seis serviços médicos etc. –, optou-se por um tribunal que pudesse crescer na medida da demanda. Mas isto, politicamente, é difícil pensar hoje.

[FF] – *Ministro, então, falando da Itália e da França, países em que há pouca distinção entre o Judiciário e o Ministério Público.*

[SP] – Na Itália, sobretudo, é uma só carreira.

[FF] – *E na França, idem, não é?*

[SP] – É.

[FF] – *O magistrado...*

[SP] – O magistrado pode fazer a carreira circulando ora na judicatura, ora no Ministério Público.

[FF] – *Isso. Vulgarmente, magistrado sentado e magistrado de pé. Na França, chama-se siège e parquet.*

[SP] – Sim.

[FF] – *Mas não é o caso do Brasil. E o senhor era um membro do Ministério Público de carreira que...*

[SP] – Não, eu não era de carreira. A minha carreira foi...

[FF] – *O senhor não ingressou por concurso?*

[SP] – Sim. Mas se encerrou...

[FF] – *Sim, é verdade.*

[SP] – ...se encerrou aí pelos seis anos. Não sei se pelos meus méritos, a Junta Militar entendeu que eu já merecia uma aposentadoria [risos].

[FF] — *Mas então, após esse episódio, o senhor ocupa o cargo mais importante do Ministério Público no país. Mas a pergunta que fica é se o senhor alguma vez tinha se visto como magistrado. O senhor foi advogado; depois, membro do Ministério Público...*

[SP] — Não. Magistratura... O *espírito* do magistrado, é claro que parte dele o que o membro do Ministério Público deve ter: a imparcialidade. E já se disse que é uma função paradoxal, porque é uma parte de quem, todavia, se reclama imparcialidade. Mas, evidentemente, não julga. É um elemento ativo, de provocação do Judiciário, mas sem função judicial. E essa é... Quer dizer, nem posso dizer que essa é a tradição brasileira porque, na Primeira República, o procurador-geral era um membro do Supremo Tribunal escolhido pelo presidente da República. Mas isso findou em 1930. Quer dizer, é uma magistratura, mas uma magistratura que não pode sentar-se. [risos] Tem que ter muita consciência de que é uma magistratura de pé.

A nomeação como Ministro do Supremo

[FF] — *Deixa-me fazer então essa pergunta de outra maneira, mais direta: o senhor queria ser Ministro do Supremo, em algum momento, sobretudo nesse? Quando é que surgiu na sua vida...? Fora que o senhor foi assistente no Supremo; o senhor, como procurador-geral da República, evidentemente, tinha muita ligação com o Supremo.*

[SP] — Olha... Tinha muita ligação, é claro...

[FF] — *Quando surgiu essa...?*

[SP] — Eu não... Embora houvesse muitos precedentes de procuradores-gerais nomeados ministros do Supremo Tribunal, eu nunca me pus essa possibilidade como uma aspiração pessoal ou política. Isso envolveria algo extremamente desagradável, que era a procura de apoio possível e pressões e manifes-

tos dirigidos ao presidente da República, como depois eu pude verificar no arquivo da correspondência do presidente Sarney, que está lá no convento de São Luís².

[FF] — *O que foi que o senhor verificou, ministro?*

[SP] — Eu verifiquei algumas campanhas para o Supremo Tribunal.

[FF] — *Ministro, se o senhor não ficar à vontade de citar nomes, não precisa, mas descreva como eram essas campanhas.*

[SP] — Ora, campanhas de um desembargador que, a cada comarca que visitava, pedia que houvesse um *manifesto* de prefeito, vereador e... afora os políticos de primeira linha de seu estado. Nos Tribunais Federais, também, uma série de abaixo-assinados em favor de candidatos ao Supremo.

[FF] — *Tudo endereçado ao presidente?*

[SP] — É.

[FF] — *Então, só para entender, essa pessoa...*

[SP] — Eu *nunca*... Pelo contrário, amigos que me procuraram, oferecendo-se para essa intermediação com o presidente da República, eu proibi veementemente e disse até que não aceitaria, se fosse nessa base. E aconteceu que veio a Constituição, e determinou que o procurador-geral da República teria que ser um membro da carreira. Logo, as correntes menos simpáticas a mim na Procuradoria começaram a reivindicar a imediata implantação da Constituição no ponto. E, em uma audiência com o presidente da República, creio que... acho que já no ano de 1989, começo do ano de 1989, ele brincou: “Seus rapazes e suas moças lá estão inquietos, o lugar é deles”. Eu falei: “Ora, eu volto para o meu escritório sem reclamação nenhuma. Você é quem decide

2 Refere-se ao Convento das Mercês, em São Luís (MA), que abriga a Fundação da Memória Republicana Brasileira.

a hora”. Ele disse: “Não. Antes precisamos de uma vaga no Supremo para colocá-lo”. E foi assim que, pouco depois, o presidente nomeava Ministro da Justiça um Ministro do Supremo, Oscar Dias Corrêa, e me comunicou que eu seria indicado.

[FF] — *E essa foi então a vaga que se abriu?*

[SP] — Foi. Havia outras vagas: havia uma ainda não aberta para a qual, nessa conversa, o presidente me disse que já tinha convidado o ministro Paulo Brossard. A do ministro Oscar Corrêa foi uma vaga não prevista, ele ainda teria alguns anos antes da compulsória. E a que se contava era a abertura de uma segunda vaga, pela aposentadoria compulsória do ministro Rafael Mayer. Mas essa vaga não prevista, a do ministro Oscar Dias Corrêa, foi aquela para a qual o presidente me indicou. E a terceira vaga veio a ser ocupada pelo ministro Celso de Mello.

[FF] — *Perfeito. Ministro, se o senhor me permite lhe perguntar mais uma vez, se o senhor não quiser citar nomes, por favor, fique à vontade, mas só para eu entender bem, antes de acontecer essa... O senhor está me dizendo que alguns amigos, colegas, eles vinham até o senhor se oferecer para fazer a sua campanha...?*

[SP] — Para fazer o *lobby* junto ao presidente da República e agregar apoios etc. Havia também os adversários, dentro do próprio governo: o candidato do Ministro do Exército, por exemplo, era um desembargador do Paraná, que estava em campanha aberta.

[AM] — *E essa mobilização envolve pessoas dos três poderes?*

[SP] — Sim.

[AM] — *Integrantes do Executivo, do Legislativo, do Judiciário que se articulam...*

[SP] — Sim. Sobretudo dos poderes políticos.

[FF] — *Mas então o senhor chegou a afirmar que o senhor os*

proibia, inclusive com o ultimato... vamos chamar de ultimato antilobby, dizendo que “se eu souber que existe lobby e vier a ser convidado, eu nego”.

[SP] — Exato.

[FF] — *Mas aí não... Vindo diretamente do presidente...*

[SP] — Não.

[FF] — *Tanto é que a história aconteceu e o senhor aceitou.*

[SP] — Aceitei. Creio, a frase é de um dos velhos Ministros da Primeira República, salvo engano do grande Pedro Lessa: “Ministro do Supremo é um cargo que não se pede, mas também não se recusa”. [risos]

A Sabatina

[FF] — *Ministro, então, o senhor foi nomeado pelo presidente, já na vigência da nova Constituição, que prevê a sabatina.*

[SP] — Sim. A minha sabatina teve... ganhou um tom *polêmico*. Eu tinha, na Procuradoria-Geral, recebido uma representação firmada por um número grande de senadores e de deputados. Mas, na verdade, em todas essas listas parlamentares, é preciso saber quem é o dono de cada uma delas. No caso era, ostensivamente, o então senador Roberto Campos, contra a Lei de Informática. Eu refleti... Naquela época, o procurador-geral ainda detinha o monopólio da provocação do controle abstrato de constitucionalidade – hoje é ADIn; na época, representação de inconstitucionalidade. E pensei: “Se eu simplesmente arquivo a representação, virá uma tempestade de críticas e de agressões, pelo número de parlamentares que a assinam”. A essa altura, eu já sabia como as listas do Congresso se fazem. É quase... considerado quase uma ofensa pessoal, negar-se a assinar a lista para qualquer coisa. Mas, na verdade, aquela era

imponente mesmo: tinha a maioria do Senado e um número grande de deputados. Eu então fiz uma representação de inconstitucionalidade em termos inéditos no Supremo Tribunal, dizendo que a formulava em respeito à manifestação de tantos parlamentares ilustres etc., eu representava para que o Supremo examinasse a lei. Mas, na própria petição inicial, eu sustentava a constitucionalidade da lei, que na época era objeto de um contencioso diplomático com os Estados Unidos. Eu sustentei então a constitucionalidade da lei, o que não era costume. A rotina do procurador-geral era encaminhar a representação, dizendo que atendia ou não atendia, a pedido de alguém, de algum governador. Sobretudo os governadores, que não tinham esse poder, eram os clientes preferenciais da Procuradoria-Geral da República. Mas o procurador-geral apenas solicitava que, colhidas as informações, o processo lhe voltasse para opinar sobre o mérito da representação. Essa era a rotina, já posta num verdadeiro formulário. Mas eu rompi com isto, quando ofereci a representação sobre a Lei da Informática e, de antemão, antecipava o meu parecer contra a representação, quer dizer, pela constitucionalidade da lei. É que era inimaginável, também, que o procurador-geral da República, então um homem identificado como um homem do governo, em meio a um contencioso internacional sério, pusesse em dúvida a constitucionalidade da lei que o governo sustentava. Pois bem, passaram-se os meses e essa representação ainda não fora julgada...

[FF] — *Ministro, desculpe lhe interromper. Só para ficar claro no registro, brevemente, do que se tratava esse contencioso internacional? O mérito do contencioso, qual era?*

[SP] — Sobre a informática, que era... A Lei de Informática era, enfim, extremamente nacionalista, uma verdadeira reserva de mercado da indústria de informática, que vigorou durante algum tempo. E os críticos entendiam que com isso se atrasou o desenvolvimento do país na área da informática. Mas isso é

problema da polêmica. A questão é que vem então a minha indicação para o Senado e, na Comissão de Justiça, eu tenho a surpresa de encontrar o senador Roberto Campos, que não era membro da Comissão. Depois o líder do seu partido na época, senador Jarbas Passarinho, me disse que a pedido dele mesmo Roberto Campos fora designado para a minha sabatina. E nela, aberta a oportunidade para que os senadores questionassem o candidato, o senador Roberto Campos se inscreve em um dos primeiros lugares e literalmente diz: “Senhor presidente, para ser Ministro do Supremo, pressupõe-se saber jurídico, gosto pelo trabalho e ilibada reputação, ou moralidade inquestionável. A esse senhor que hoje está aqui como candidato a Ministro do Supremo, eu tenho o desprazer de dizer que lhe faltam todas essas qualidades”.

[FF] — *Ouvir isto...*

[SP] — Ouvir isto...

[FF] — *Ouvir isto? Como é? Como foi ministro?*

[SP] — É duro.

[FF] — *Ministro, então, na fita anterior, nós paramos na intervenção do então senador Roberto Campos.*

[SP] — Exato.

[FF] — *E aí eu lhe pergunto como foi ouvir isto a seu próprio respeito.*

[SP] — Bem, é óbvio que, em um ambiente de cordialidade que é o da Comissão, isto soou como uma bofetada. E refleti comigo mesmo, parafraseando uma frase que o José Aparecido gostava muito. Dizia ele: “Sou mulato de Conceição, nasci nu e estou vestido, então não tenho o que perder”. Eu pensei nisso, e respondi...

[FF] — *Desculpa, ministro. Como é a frase, mesmo?*

[SP] — O José Aparecido dizia: “Sou mulato de Conceição, nasci nu e estou vestido, então não tenho nada que perder” [risos].

Eu pensei nesta frase e disse: “Pois bem, também eu nasci nu, lá em Sabará, e estou vestido, então...”. E respondi, enfim, que a animosidade do senador Roberto Campos... Porque depois ele falava sobre a demora nessa representação etc. e, enfim, entrava no tema da representação. Mas então eu disse: “O senador Roberto Campos deve desconhecer, mas a nossa animosidade vem de muito antes”. E aí recordei, dos tempos de movimento estudantil e dirigente da UNE, quando Roberto Campos era o símbolo do *entreguismo*, na linguagem política da época, que o denominava de *Bob Fields*. E disse assim: “Até um dos pe-sares que tenho, desta época de estudante, é que, estando na Europa, eu não pude comparecer ao *enterro* de Sua Excelência promovido pela UNE”. A propósito, eu já não me lembro o que era, mas uma das medidas que... Creio que ainda uma consequência da luta pela Petrobras ou coisa que o valha... E então... Enfim, recordei os tempos na UNE e disse: “Então não me espanta, talvez espante a Sua Excelência, tanta animosidade na sua pergunta, porque tem plena razão em não gostar de mim”. O senador, depois, eu sei que, aprovado na Comissão de Justiça, ele ainda buscou apoio no plenário etc., mas sem maior êxito. Embora o governo, naquela época, já estivesse em queda de fim de governo, a aprovação no plenário foi tranquila, contra o voto quase solitário do senador Roberto Campos.

[FF] — *O senhor se lembra do placar?*

[SP] — Cinquenta e um a três, salvo engano.

[AM] — *E as outras perguntas que lhe fizeram, eram de que natureza?*

[SP] — Aí eram as perguntas normais: questões jurídicas, questões de estrutura do Judiciário...

[FF] — *Nenhuma que tentava antecipar eventuais votos do senhor em julgamentos que estavam em curso?*

[SP] — Não... Ah, sim!

[FF] — *Como é que o senhor lidou com isso?*

[SP] — Isso eu lidei...

[FF] — *O senhor deu a resposta?*

[SP] — Dei resposta a propósito de questões abstratas, não de matérias que estavam ou ameaçavam estar nas próximas pautas do STF.

[FF] — *“Votaria dessa maneira...”*

[SP] — Não. Dizendo o assunto era tão sério que eu pediria vista. [risos] Não estava preparado para votar. Já comecei com uma polêmica interna, sobre se a reunião poderia realizar-se ou não, porque ia abrir-se a reunião plenária do Senado, então me perguntaram: “Se o senhor fosse senador, como é que o senhor decidiria?”. Eu falei: “Uma coisa que divide uma comissão tão ilustre, eu não iria decidir na hora; eu ia pedir vista”. E foi assim. Eu fugi de tudo aquilo que eu não podia responder. Mas, tirante o *affaire* Roberto Campos, foi tudo civilizado e pude revelar as grandes linhas do meu pensamento jurídico e político.

[FF] — *Mas tendo o senhor politizado a sabatina, ficou muito claro que... “Nós somos adversários político-ideológicos, isso explica... é normal que ele não queira”. E os aliados político-ideológicos? Eles lhe ajudaram, ao contrário do senador Roberto Campos?*

[SP] — É. Na verdade, sim.

[FF] — *Como eles fizeram isso?*

[SP] — Não, naqueles discursos prévios a uma pergunta, que até hoje continuam [risos]. Tive muita solidariedade, de vários senadores. O relator, que depois seria meu colega no Supremo e fora meu colega de Faculdade e de turma, Maurício Corrêa [risos], me garantia o respaldo da relatoria [risos], malgrado passadas adversidades.

A nomeação como Ministro do STF

[FF] — *Ministro, então, tem a nomeação, tem a sabatina... Na vida de um Ministro do Supremo, o que acontece depois?*

[SP] — Bem, aprovado em sabatina, vem o ato formal da nomeação.

[FF] — *Como é que ele se dá?*

[SP] — *Aí já não há mais disputa...*

[FF] — *Assinatura de papéis etc.? É só isso? E publicação.*

[SP] — *É.*

[FF] — *E depois? E para o senhor?*

[SP] — Depois, os entendimentos com o próprio Supremo Tribunal, marcar a posse e os encargos sociais disso, de convites etc.

[FF] — *Como o senhor se lembra? Que memória o senhor tem da sua posse?*

[SP] — Da minha posse? Bem, eu me lembro de que foi uma posse extremamente concorrida. E explica-se. Não eram os meus belos olhos. Era que, antes de assumir a Procuradoria-Geral, eu tinha sido candidato à presidência do Conselho Seccional da Ordem em Brasília, contra Maurício Corrêa [risos], e fui derrotado. Mas a minha nomeação... Como já acontecera na nomeação para procurador-geral, fizera centenas de amizades nessa campanha, que foi muito... Foi uma campanha agitada. Então, ocorreu um número de advogados de Brasília, e sobretudo as amizades feitas, Brasil afora, principalmente no Rio de Janeiro. Quer em função da advocacia itinerante, que praticava com os escritórios de Victor Nunes, quer em função da participação intensa no Conselho Federal da Ordem, muita gente também veio do Rio e de outros Estados. Curiosamente, com muitos governadores presentes, não tive a representação de Minas: descuidos, certamente. Mas, é claro, foi um momento

extremamente emocionante.

[FF] — *Mas como é que acontece? Tem um discurso?*

[SP] — Não, não. A posse no Supremo é a decepção das senhoras, que se preparam nos salões; é republicanamente sóbria e dura cerca de cinco minutos. Aberta a sessão, o presidente solicita ao mais antigo e ao mais novo dos juizes que conduzam ao plenário o empossando, que lê o compromisso, é proclamado empossado pelo presidente do Tribunal, e levado pelos dois ministros, que o haviam introduzido à sessão, à sua cadeira que lhe estava reservada. E está encerrada a sessão.

[AM] — *E como foi a recepção da sua chegada, por parte dos outros ministros?*

[SP] — Dos outros ministros? Bem, naquela época, com os meus quatro anos e meio de Procuradoria-Geral, a relação com o Supremo Tribunal já era muito grande. Diferente da minha nomeação para procurador-geral da República, em que a maioria dos ministros não viu com simpatia a nomeação, fosse pelo meu diploma de esquerdismo, vindo da vida estudantil, da demissão na Universidade de Brasília, da aposentadoria no Ministério Público e da própria advocacia – porque, embora tenha sido uma advocacia profissional, eu sempre guardei um espaço para causas de relevância política na luta pela retomada do processo democrático. Então, procurador-geral, eu diria que talvez só dois ministros me vissem com simpatia; os outros não gostaram. Mas, já quando nomeado ministro, eu já tivera quatro anos e meio para mostrar que não comia criancinhas. [risos]

[FF] — *O primeiro dia de trabalho, ministro.*

[SP] — [silêncio] Bem, a emoção é inevitável, sobretudo com a cruel tradição, ou norma regimental do Supremo, que faz com que na ordem das votações se invertam a ordem de antiguidade no Tribunal. Então, o benjamim vota logo após o relator em

todos os casos. Assim, a primeira sessão é sempre um pouco espantosa. Mas eu fiquei pouco tempo nesta função de calouro, de caçula no Supremo Tribunal, porque tomei posse em maio e creio que, ao final... ou em junho, antes das férias, ou no começo de agosto, se completou de novo a composição do Tribunal, com a posse do ministro José Celso de Mello, disciplinadamente estudioso, que passou a preparar-se para acompanhar (ou discordar) do Relator, sempre com a pesquisa exaustivamente da matéria....

[FF] — *E aí ele passou a ser o calouro. E isso aliviou a pressão...*

[SP] — Alivia. Aliviou muito [risos]: para concordar ou dissentir, ele lhe trazia pronta a pesquisa.

[FF] — *Mas só para ficar claro para... a maioria de todas as pessoas que vão assistir ao depoimento, que nunca foram Ministros do Supremo. Em que consiste exatamente a pressão de votar logo depois do relator?*

[SP] — A tensão de chegar, àquela época... Ainda nem se havia chegado ao que depois se construiu, que são as pautas com mais ou menos homogeneidade temática, como é hoje. Você era surpreendido com casos de que estava tomando conhecimento naquele momento.

[FF] — *No momento da relatoria?*

[SP] — No momento do voto. Logo após o voto do relator. E recorde-se que, até a implementação da Constituição de 1988, ao Supremo tocava a última palavra sobre todos os temas, fossem as questões constitucionais mais complexas, fossem as questões de direito privado em geral, fossem as questões menores de direito administrativo, vantagens do servidor público ou do direito trabalhista. Afora o *habeas corpus*, via de levar ao STF desde questões fundamentais da garantia constitucional da liberdade até os abusos cotidianos das prisões arbitrárias e tantas outras.

A atuação como Ministro

[FF] — *Se o senhor me permite uma provocação, não existe sempre a saída do “voto com o relator”?*

[SP] — Sim. Mas nem sempre se pode fazer isto e nem sempre, também, o que é obviamente a saída, algumas vezes o benjamim realmente está surpreendido pelo tema e não se sente à vontade para votar, o pedido de vista, que é visto... que é inevitável, nesta passagem pelo posto de calouro do Tribunal. Mas desde que não se exagere... O “com o relator” é útil quando nada se tenha a dizer sobre o tema. Nas grandes questões abertas, muitas vezes o “de acordo com o relator” não é nem a solução mais cômoda: muitas vezes, ela prenderá o ministro em aspecto novo da questão, não teve em vista no voto do relator.

[FF] — *O que seria um exagero, ministro, nessa dinâmica de...?*

[SP] — O *excesso* de pedidos de vista.

[FF] — *Como o senhor tocou no assunto... Isso acontece mesmo. Como é isso de...? Pedir vista consiste em quê?*

[SP] — Consiste em interromper o julgamento. Os autos do processo vão ao ministro, e ele, uma vez preparado o seu voto, retorna o processo à mesa.

[FF] — *E qual seria o objetivo de existir um pedido de vista?*

[SP] — É exatamente a oportunidade de dar-se ao ministro, que não se sente preparado naquele momento para votar, que estude melhor o caso. Não é só do calouro. Às vezes é o próprio relator ou os demais veteranos que divisarão questões novas, de que antes não se havia percebido.

[FF] — *E isso acontecia muito? Isso era normal?*

[SP] — Com o calouro, se tem maior tolerância; com os mais antigos, o abuso causa mal-estar.

[FF] — *Por quê?*

[SP] — Porque interrompe e retarda o julgamento, num tribunal que vive há muitas décadas angustiado pela avalanche de processos com que se tem de haver.

[FF] — *Mas poderia haver fins outros que não um melhor exame dos autos, quando o ministro pede vista?*

[SP] — [silêncio] Pode haver desconfianças [risos].

[FF] — *Entendo. Ministro, já que o senhor mencionou a “avalanche de processos” – imagino que o senhor esteja falando em quantidade de processos –, quando o senhor entrou, o senhor se deparou com um gabinete assim, com muitos processos? Que gabinete o senhor encontrou quando chegou?*

[SP] — É... Eu encontrei um gabinete... O ministro Oscar era muito trabalhador e não era um daqueles gabinetes cujo espólio é dramático, mas, de qualquer modo, o número de processos que você encontra é de assustar.

[FF] — *Imagino que o senhor não tenha esse número de cor, mas só para nos dar uma ideia de quantos...*

[SP] — Àquele tempo, mil processos já eram considerados uma herança maldita. [riso] Depois, durante o meu tempo, houve uma fase, sobretudo, de solução daqueles... vulgarmente, se chama de “os esqueletos” de governos anteriores, dos planos econômicos etc., em que o número chegou a cifras absolutamente espantosas. Eu me lembro... E isso ainda foi numa fase que se mostraria saudosa dentro de poucos anos. Uma vez, em Roma, participei de uma reunião das Cortes Constitucionais Europeias em que houve um convite especial ao Brasil, Estados Unidos e uns poucos outros países. Em determinado momento, a direção da reunião achou que devia ouvir aqueles convidados especiais sobre a sua estrutura, a estrutura da Justiça Constitucional de seu país etc. Isto ocorreu em julho, e eu disse que... enfim, mostrei

o drama, a multiplicação de demandas, fruto quer do modelo, quer da própria retomada do processo democrático, e disse que, naquele semestre ou no semestre anterior, havíamos julgado 18 mil processos. Veio depois o intervalo do café e se aproxima de mim o juiz da Suprema Corte americana, Stephen Breyer, e diz: “Olha, você não tomou cuidado com a intérprete. Ela se referiu a *eighteen thousands*. É claro que é *eighteen hundreds*, o que já é escandaloso!” [risos]. Eu falei: “Não, a intérprete é muito boa; o modelo é que não presta”. Mas nós chegamos depois, anos depois, à cifra de 120 mil processos em um ano. É claro que aí a grande maioria era de processos repetitivos, mas que envolvem o trabalho da assessoria. Quer dizer, você fica nos processos novos, que dependem de pesquisa etc., praticamente sem auxiliares para ajudá-lo, porque estão naquela linha de produção em série, de preparar decisões individuais, nesses processos batidos. Lembra? O maior pique foi quando se decidiu o problema da correção monetária do FGTS, das contas do FGTS.

[FF] — *Bresser, Collor e Verão?*

[SP] — É. E depois, o Plano Collor. Plano Verão e ainda, depois, Plano Collor II etc. E isso levou, realmente, a essa coisa inimaginável de cento e tantos mil processos em um ano, que, para quem queira julgar com um mínimo de seriedade... Quer dizer, envolve tomar conhecimento pelo menos de que se trata daquele assunto...

[FF] — *Processo por processo.*

[SP] — É. Antes de assinar o formulário que vem da assessoria, você tem que ter um mínimo de exame, para ver que é aquilo mesmo. Hoje, o Supremo recebeu da reforma judiciária promulgada no final de 2004 esses dois instrumentos: o requisito da repercussão geral e o instrumento da súmula vinculante.

[FF] — *Ajudou?*

[SP] — Até agora, não. Sobretudo pelo gargalo do plenário, com um número de recursos em que se reconheceu a repercussão geral. Precisamente por serem causas relevantes, são causas que normalmente vão provocar sustentação oral etc. E o Supremo ainda não encontrou uma solução para esse drama de hoje, que é de 600 a 800 processos prontos para julgar em plenário.

[AM] — *De quando era o processo mais antigo que o senhor julgou, o senhor se recorda?*

[SP] — Recordo. Era de uns 15 anos.

[FF] — *Ministro, a assessoria, não ficou muito claro... Porque o senhor fala das cifras e eu fico imaginando como é que uma pessoa julga da ordem de dezenas de milhares de processos/ano ali na assessoria. Como é que isso funciona? Quantas pessoas são? Como é que era o seu gabinete, a dinâmica do trabalho? Como o senhor escolheu seus assessores?*

[SP] — Quando cheguei, assessores, realmente, eram apenas dois. Hoje, acho que são quatro ou cinco, ainda com a possibilidade de requisitar um magistrado.

[FF] — *O juiz auxiliar.*

[SP] — É, o juiz auxiliar.

[FF] — *O senhor também tinha essa possibilidade?*

[SP] — Não. Bem, o trabalho do assessor como disse vai além de auxiliar o ministro em pesquisa e em coisas mais complicadas, que o ministro vai decidir pessoalmente, até tratar desta soma fabulosa de processos repetitivos, em que, no entanto, é preciso examinar um a um, para ver os requisitos formais, para ver se é exatamente essa questão, e isso é feito pelo assessor e conferido pelo ministro. Eu pelo menos agia assim, pelo menos verificando de que se tratava realmente aquela matéria. E isso é *angustiante*.

[FF] — *Por quê?*

[SP] — Porque... Eu me lembro que... Sexta-feira, normalmente, não há sessão no Supremo, então, eu reservava para passá-la no gabinete, para dar conta da linha de produção daquela semana. Mas, muitas vezes, passava no gabinete, almoçava e ia para o gabinete e saía de lá as nove, dez horas (e o ministro Celso, às três horas da manhã, no método dele). Quer dizer, dava uma imensa frustração, quando você chegava em casa, depois de dez horas no gabinete, e se indagava: “Eu fiz algum raciocínio jurídico hoje?” Você via que não, que você passou o tempo todo nesse trabalho quase mecânico de verificação do ajustamento das fórmulas que você criara para os processos repetitivos, se era ou não aplicável a cada um daqueles processos.

[FF] — *Então, a maioria era denegação de seguimento mesmo, por questão formal.*

[SP] — Sim. Ou provimento, de acordo com decisões plenárias de causas multitudinárias.

[FF] — *Ministro, então, o senhor imagina que a prática do assinar sem ler...? O senhor está afirmando que não, que no seu gabinete não acontecia, mas na sua intuição isso já aconteceu? Isso é razoavelmente comum?*

[SP] — É. Creio que...

[FF] — *Sobretudo nesses processos menos...*

[SP] — Nesses processos repetitivos.

[FF] — *Mas eu continuo com o cálculo aqui. Então não era só o senhor; era o senhor e mais dois, para o trabalho inteiro.*

[SP] — É. Tinha ainda os subassessores etc. É preciso...

[FF] — *Mas que também ajudavam, digamos, na linha de produção?*

[SP] — Ajudavam pelo menos na seleção dos processos: “Essa pilha aqui é FGTS; essa aqui é Plano Collor 2”.

Os casos dos planos econômicos

[FF] — *Já tocando nesse assunto, ministro, eu queria perguntar sobre, justamente, essa ação dos planos econômicos. Qual memória o senhor tem desse julgamento? Como o senhor votou? Se eu me lembro bem, eram expurgos considerados com base em cinco planos... cinco expurgos de três planos e passaram a dois, não é isso? Se eu me lembro bem. Não é isso?*

[SP] — *Eu também já não tenho a memória tão... Mas parece que a correção monetária foi, realmente, no final, reduzida a dois ou três planos: teve o Bresser; teve o Collor 1, que se negou; o Collor 2, que se deu...*

[FF] — *Porque não era só o Supremo, mas a Justiça Federal era completamente assolada de ações individuais pela recomposição dos expurgos.*

[SP] — *Claro. Sim. Isso tudo passava pela justiça de primeiro grau.*

[FF] — *E aí, a partir da decisão do Supremo, uma grande reviravolta em todas essas ações no Brasil, a ponto de – o senhor, por favor, me corrija, se eu estiver equivocado acerca da história – a Caixa Econômica oferecer acordo, com base na decisão do Supremo.*

[SP] — *Sim.*

[FF] — *Ela ofereceu em acordo para todos... “Não precisa mais entrar com ação. Você vem aqui e a gente...”*

[SP] — *A Caixa Econômica teve uma tradição de compreensão desse... Eu me lembro que, em determinada época, um grupo de procuradores da Caixa foi destacado para assentar-se lá na secretaria do Supremo e desistir de recursos fadados à negativa de seguimento no gabinete do relator. Foi uma ajuda significativa.*

[FF] — *Um acerto entre Caixa Econômica e Supremo Tribunal?*

[SP] — É, o procurador-geral disse que gostaria de fazer isto, e é claro que o Supremo recebeu com louros.

[FF] — *Ministro, deixa eu tentar forçar a sua memória e fazer uma provocação sobre esse caso: a decisão teve algum componente econômico? Os senhores olharam a conta... “Se tiver que pagar tudo, vai ser de um jeito; se tiver que... paga só dois...” Ou foi jurídico?*

[SP] — Não.

[FF] — *Para ser bem provocador, se o senhor me permite.*

[SP] — É, eu sei. É claro que a...

[FF] — *Havia uma planilha?*

[SP] — Não. Há ministros que a gente chama de consequencialistas. Para estes, as projeções das consequências econômicas são sempre levadas pelo governo em termos de “beira de falência”, e tantas foram as beiras de falência, que eu já não acredito nelas. E há os Ministros principistas, que, enfim, não se prendem, pelo menos primariamente, à consequência econômica e financeira para decidir.

[FF] — *Na composição plenária desse processo, a maioria era principista ou consequencialista?*

[SP] — É difícil. Eu passei 18 anos no Supremo, e foram várias mudanças.

[FF] — *E o senhor era principista ou consequencialista?*

[SP] — Ou consequencialista? Eu acho que eu *tendia* mais ao principialismo, mas, muitas vezes, consciente e *angustiado* também pelas consequências. Mas creio que nunca votei em função exclusivamente das consequências alegadas.

[AM] — *Essas categorias podem ser aplicadas a outras causas que não sejam econômicas também?*

[SP] — É mais raro, e mais temerário para ministros.

O caso Collor

[IN] — *Qual o grande julgamento que o senhor participou ou que o senhor foi relator de que se recorda mais...? O caso mais importante, que o senhor pensa como o grande caso que decidiu e que atuou como ministro?*

[SP] — Certo. [silêncio] Eu creio... É difícil, nessa altura, me recordar de muitos, porque minha memória não guardou tudo. Agora, eu me lembro de uma fase preocupante e dramática, em certo ponto, que foi o acompanhamento judiciário do *impeachment* do presidente Collor. E eu creio que o Supremo Tribunal montou... Foram seis ou sete processos. Praticamente, a cada passo, um dos lados ia ao Supremo Tribunal. E foi uma série de processos, e eu creio que não haverá tribunal que tenha uma jurisprudência tão rica em matéria de *impeachment*, mesmo nos Estados Unidos, onde o *impeachment* se aplica a uma multidão de funcionários, do que essa que nós enfrentamos, no qual em todos os passos da tramitação na Câmara e no Senado o processo teve o seu prisma judiciário, para aprovar ou não aprovar, deixar avançar ou retardar o caminho do processo no Congresso Nacional. No mais, esses planos; muitos processos criminais, que, em meio à rotina, são fascinantes. Para quem gosta, evidentemente. Para outros, são um martírio. [risos] E, enfim, depois desse processo que está em pauta no Supremo, a gente falar em grande julgamento... fica até intimidado. [risos]

[IN] — *Mas, para o senhor, qual teria sido o seu grande, o processo importante para o senhor, inesquecível, que o senhor lembra...*

[FF] — *Desculpa te cortar, Izabel.*

[IN] — *Imagina!*

[FF] — *Algum paralelo entre o mensalão e o impeachment?*

[SP] — Não, não. Eu estou dizendo que, depois deste dos dias de hoje, fica difícil falar em grande julgamento, pelo menos em extensão.

[FF] — *Porque são figuras da política, o Collor, na época, era o presidente, e nós estamos falando de quadros centrais do partido que está no governo também. Então, pensando em... como o senhor colocou, consequencialistas e principialistas, imagino que poderiam ter pessoas que pensassem nos princípios jurídicos envolvidos no processo de impeachment e outras que pensassem na estabilidade – não econômica, mas política – do país. “Se tira o Collor...” Isso se manifestou? O senhor observou isso? Aconteceu isso?*

[SP] — Não. Manifestava-se difusamente nos próprios debates. Mas creio que o Tribunal saiu engrandecido do episódio, porque julgou com muito equilíbrio, até o mais dramático deles, que foi o pós-*impeachment*: o mandado de segurança do ex-presidente questionando a aplicabilidade da pena de inabilitação para ocupar cargos públicos depois da renúncia, e que terminou empatado de quatro a quatro e se teve que fazer renascer um mecanismo, que foi a convocação de Ministros do Superior Tribunal de Justiça para o desempate.

[FF] — *Como o senhor votou no mandado de segurança?*

[SP] — Eu negava a segurança.

[FF] — *E foi o voto vencedor.*

[SP] — Foi o voto vencedor. Quer dizer, os três ministros do STJ votaram negando a segurança. Mas é um tema...

[FF] — *A discussão foi acalorada?*

[SP] — Ah, foi. Foi uma discussão...

[FF] — *Qual a memória que o senhor tem da discussão em plenário desse mandado de segurança?*

[SP] — [silêncio] Eu me lembro... O Supremo Tribunal do qual eu participei por 18 anos era uma casa mais tranquila e mais litúrgica do que o de hoje, então, as discussões ainda... as mais acaloradas – e eu fui um discutidor que mantinha...

[FF] — *Acalorado?*

[SP] — Acalorado. Sobretudo com um ministro, que foi o maior polemista que eu conheci, nestes 50 anos de vivência de Supremo Tribunal: o ministro Moreira Alves. E tive com ele uma série de discussões, no Tribunal. Lembro muito de uma em que, terminada a discussão do ponto, sem conclusão, evidentemente, eu tirei a capa e a joguei na bancada e saí, e os ministros se espantaram, pensando que se repetia o caso, no princípio dos anos 1970, do ministro Adauto Lúcio Cardoso, que, vencido numa... Discutia-se se era absoluto ou não o poder do procurador-geral da República de arquivar pedidos de representação por inconstitucionalidade, naquele caso apaixonante que dizia respeito a um decreto-lei que permitia a censura de livros pelo Ministro da Justiça. Mas, enfim, o ministro Adauto votou pela procedência da representação, ficou vencido, jogou a capa e, do seu gabinete, mandou descer um pedido de aposentadoria. No meu caso foi bem menos dramático: eu aproveitei e fui ao banheiro fumar cachimbo. [risos]

[FF] — *Mas o motivo de ter jogado a capa foi...? O senhor jogou a capa por quê?*

[SP] — Porque... Uma discussão que me irritara. Depois... Quer dizer, no princípio, essas discussões me enervavam um pouco, sobretudo aquelas com meu querido amigo Moreira Alves. Mas...

[FF] — *Ele já era um grande amigo ou tornou-se um...?*

[SP] — Não. Já o conhecia. Mas o princípio da minha... da passagem pelo Supremo foi de discussões muito vivas e que me irritavam. Depois eu descobri que o ardor, o calor com que o Moreira

Alves discute é apenas um problema intelectual e um modo de ser, mas que, passada aquela discussão, era um colega *admirável* em todos os sentidos. Lembro-me que nesta que... acho que foi nesta, da jogada da capa para fumar cachimbo, ele telefonou para a minha mulher e, preocupado com os meus nervos, que eu era muito emotivo – como se ele não fosse –, e propondo-se usar algo que décadas atrás se usava às vezes na escrivania de um burocrata ou de um... “chefe nervoso”, “chefe calmo”, “chefe...”. Eu falei: “Então a minha pode ser fixa” [risos].

[FF] – *O que o senhor colocaria lá, fixo?*

[SP] – Fixo?

[FF] – *“Chefe nervoso”, fixo?*

[SP] – É. “Não me provoque. Chefe nervoso” [risos].

[FF] – *Ministro, qual foi então a polêmica do senhor com o ministro Moreira Alves no mandado de segurança do Collor?*

[SP] – Sim, ele concedia a segurança, com três outros colegas, mas com o ardor e a capacidade polêmica que não tem paralelo nesses anos que eu vivi no Supremo Tribunal.

[FF] – *Nem o senhor era paralelo?*

[SP] – Não.

[FF] – *Nem o senhor era páreo para a capacidade dele, para essa capacidade que o senhor está evocando? Porque o quadro que o senhor me parece que pinta agora é o seguinte: ele estava capitaneando a concessão da segurança.*

[SP] – Sim.

[FF] – *Ficou nas suas mãos, a responsabilidade da denegação da segurança?*

[SP] – Da denegação da segurança? Não. Talvez tenha sido eu o que mais discuti, mas... O ministro Moreira Alves tinha,

evidentemente, um... eu chamava às vezes, para provocá-lo, de voto de liderança.

[FF] — *Ministro, me permite uma provocação? Se o senhor não tivesse entrado nesta polêmica com o ministro Moreira Alves, o presidente Collor não teria sido punido com os oito anos de impedimento de direitos políticos?*

[SP] — Não, não creio que eu tenha...

[FF] — *Foi o senhor que convenceu os outros três ao empate?*

[SP] — Não, não. Em um caso como este, é muito difícil que alguém vá sem uma convicção firmada para um julgamento deste.

[FF] — *Não houve mudança de opinião?*

[SP] — Eu não creio que tenha havido.

[FF] — *Nem na ação penal?*

[SP] — Na ação penal é mais complicado, porque eram também vários réus. Não comparável ao drama de hoje, o da APn 470, mas eram vários réus, e vários crimes, e o julgamento se arrastou por mais de uma semana. E aí pode ter havido mudanças de convicção, no meio da discussão.

[FF] — *Como é que se deu esse julgamento, ministro? Como é que se deu o julgamento da ação penal contra o Collor?*

[SP] — Como?

[FF] — *Na sua memória, o senhor, que participou do...*

[SP] — Certo. Bem, com relação ao ex-presidente, realmente, a discussão ficou muito centrada numa questão que eu pusera ainda no julgamento liminar do recebimento da denúncia. Era a exigência ou não, para a configuração do crime de corrupção passiva, de que o corruptor visasse a prática de um ato de ofício determinado pelo presidente da República. Esta foi a tese vitoriosa naquela época.

[FF] — *Que não era a do senhor?*

[SP] — Que não era a minha. Porque eu entendia que, além de outros argumentos jurídicos e de direito comparado, sobretudo em se tratando de um presidente da República, de um chefe de governo, que os interesses, sobretudo de grandes empresas, não eram, necessariamente, para obter prática de um ato determinado, a não ser em situações concretas. Bastava a preocupação de não ter a adversidade, a antipatia de um governo com tantos poderes de intervenção econômica como são os do presidente da República no Brasil. Bastava para configurar o crime, segundo entendi, que determinado ato de corrupção visasse apenas a não criar uma barreira entre a empresa do corruptor e o governo. Foi a hipótese do caso, e que eu julguei provado. Foi exatamente isso. Uma grande empresa automobilística mundial, conforme entendi estar provado, que realmente foi procurada pelo tesoureiro de campanha do presidente Collor, depois da eleição, e que pôs à direção da empresa o seguinte dilema: “Vocês não ajudaram na campanha; agora nós estamos endividados, queremos uma colaboração. Vocês sabem... Vocês é que sabem”, ou coisa que o valha, “se lhes interessa ou não”. E este foi, realmente... o ponto em que eu julguei provada a corrupção passiva do presidente. Comigo nessa linha votaram os ministros Néri e Velloso.

[FF] — *O que a imprensa noticiou na época... O senhor está falando do Fiat Elba? É isso mesmo?*

[SP] — Não, não.

[FF] — *Porque teve aquela história toda na época.*

[SP] — É, não. Eu estou falando de um dinheiro que o presidente prometera, num encontro com um certo deputado, que o ajudaria na campanha, e este auxílio financeiro foi obtido pela doação de uma grande empresa procurada pelo PC Farias.

[FF] — *Alguma frustração de ter sido voto vencido nesse caso?*

[SP] — Não. Não tinha nenhuma paixão. Aliás nunca tive paixão para condenar ninguém. Era a minha convicção.

[FF] — *Então, ministro, falando sobre a sua polêmica com o ministro Moreira Alves, sobretudo no mandado de segurança do Collor, em que o senhor chegou a dizer agora que as polêmicas, as rusgas, vamos dizer assim, entre os ministros, não eram como são hoje.*

[SP] — Sim. Eu posso dizer como eram as minhas, porque após o meu tempo... Terminada a sessão, terminada a discussão, muito poucas foram as mágoas pessoais que restaram entre os juízes, no meu tempo. E eu e Moreira Alves – éramos os mais agitados no plenário – somos a prova disso.

A TV Justiça

[FF] — *Mas eu lhe faço essa pergunta porque em recentíssima entrevista, concedida em 2012, o senhor declarou que “é preciso que os ministros se contenham”, acerca da TV Justiça.*

[SP] — Sim.

[FF] — *O senhor chegou a viver a experiência de julgamentos televisionados?*

[SP] — É. Nos últimos anos... Que já havia a TV Justiça, não há dúvida; não faço muita ideia de de quanto tempo antes da minha saída do Tribunal.

[FF] — *Mudou?*

[SP] — Eu acho às vezes, em casos que chamam a atenção geral, que os votos ficaram mais longos.

[FF] — *E de uma maneira geral, como é que o senhor acha que a TV Justiça impactou o Supremo Tribunal?*

[SP] — Bem, impacta nesse sentido. Eu mesmo sou surpreen-

dido com a quantidade, é engraçado, particularmente de médicos, que gostam de ouvir as sessões plenárias, ou de ver as sessões plenárias do Supremo pela TV Justiça. É óbvio que aquela sensação de estar falando para um público indeterminado pode levar à preocupação de votos mais longos, mais pormenorizados, e, às vezes, mais eruditos. Muita gente acha que a solução está em fechar a TV Justiça. Eu não. Acho, primeiro, que é um passo que não tem possibilidade de retrocesso.

[FF] — *Por quê?*

[SP] — Porque hoje a opinião pública se acostumou a que os julgamentos do Supremo se deem com esta abertura total que a televisão trouxe.

[FF] — *Mas mudou o Supremo para melhor ou para pior, com a TV Justiça?*

[SP] — Isso depende. Depende do prisma que você adote. Eu acho que ela deu, de um lado, uma transparência da seriedade, do esforço intelectual – e às vezes físico nesses julgamentos imensos – com que os ministros cumprem a sua função. De outro, tem essa... Alguns ficam muito preocupados com as discussões, com os atritos entre Ministros do Tribunal expostos ao público. Agora, eu estou convencido de que hoje não se aceitará mais que as sessões não fossem transmitidas, embora seja, efetivamente, uma singularidade brasileira em todo o mundo. Já o julgamento em público é raríssimo. O modelo amplamente dominante é o da Suprema Corte americana.

[FF] — *O modelo de sigilo de deliberação.*

[SP] — É. Tem-se o debate oral, os ministros... os juízes intervêm mais do que os brasileiros na sustentação oral, pondo questões para os advogados, mas terminado isso, o tribunal se retira e vai decidir, ou no mesmo dia ou depois, que decisão tomar. Há muitos partidários desta fórmula.

[FF] — *O senhor é partidário desta fórmula?*

[SP] — Eu estou tão acostumado... [risos] estou tão acostumado com a sessão aberta que não concebo o fechamento.

[AM] — *Ministro, como era lidar com a tensão ou, porventura, pressões externas, em casos de tamanha repercussão como, por exemplo, o impeachment do presidente Collor? Os ministros deliberavam, conversavam sobre isso?*

[SP] — Não.

[IN] — *Isso influenciava as sessões plenárias? Ou não chegava a ser cogitado?*

[SP] — Houve, antes do primeiro julgamento da série do Caso Collor, uma reunião administrativa. Muitos supõem que nessa reunião se tivesse discutido o caso. Na verdade, não houve; foi apenas uma discussão sobre o comportamento a tomar, porque seria a primeira sessão do Tribunal – não existia a TV Justiça – aberta à televisão e ao rádio. Então, a única decisão dessa sessão secreta administrativa foi de que não haveria apartes.

[FF] — *Apartes... Um ministro não apartearia o outro.*

[SP] — Um ministro não apartearia outro.

[FF] — *Por quê?*

[SP] — Para evitar, exatamente, a repercussão que teria um eventual atrito. Creio que os mais quietos temessem por mim e por Moreira Alves. [risos]

[AM] — *E como foi o processo de decisão para que essa sessão fosse televisionada?*

[SP] — Foi uma discussão...

[AM] — *Foram os ministros que propuseram ou foi uma proposta externa?*

[SP] — Foram. Acho que foi, salvo engano, o presidente. Essa sugestão foi do próprio presidente na época, o Gallotti. Não. Na época

ca, nos primeiros casos, o Sydney Sanches. Nos últimos é que ele ou estava no Senado presidindo o processo ou se julgou impedido.

[FF] — *Ministro, eu vou fazer uma pergunta que nós íamos fazer ao senhor de outra maneira: no seu tempo de magistrado no Supremo Tribunal Federal, o senhor nunca foi solicitado a votar de tal jeito ou tal jeito? Nunca lhe pediram voto?*

[SP] — Não. Pedido de voto, não me lembro. Lembro...

A relação com outros poderes e com os Presidentes da República

[FF] — *Howe tentativa de pressão para o senhor votar de tal ou tal maneira?*

[SP] — Lembro de visitas, algumas vezes, de Ministro de Estado, por exemplo. Mas comigo a conversa nunca passou de uma argumentação sobre as consequências, sobre a gravidade do problema etc. Uma vez, íamos decidir uma questão qualquer, um problema de servidor público, e o ministro da área dera uma declaração que a imprensa deu ampla cobertura no dia, na manhã do dia em que haveria o julgamento, dizendo que confiava, estava despreocupado, apesar das graves consequências que daria uma decisão contrária ao governo, porque confiava no patriotismo dos Ministros do Supremo. Coincidiu que, nesse mesmo dia, havia uma solenidade qualquer no Congresso, no Salão Negro do Congresso, a que compareceu o presidente da República, e que me disse: “Você deve estar chateado com o fulano”.

[FF] — *O presidente ainda era o Sarney?*

[SP] — Não. Fernando Henrique. “Você deve estar preocupado e deve estar chateado.” Eu falei: “Estou”. “Pode deixar que dentro em pouco você recebe...”. Realmente, terminada a solenidade, voltei para o Tribunal – era presidente do Tribunal à época – e recebi o telefonema do ministro se desculpando.

[FF] — *O senhor se dava muito bem com o presidente Sarney?*

[SP] — Sim.

[FF] — *Com o Fernando Henrique, também?*

[SP] — Com o Fernando Henrique, sem intimidade, mas me dei bem com extrema cordialidade.

[FF] — *E com o Collor?*

[SP] — Com o Collor foi uma relação curiosa. Quando governador, na chamada guerra contra os marajás de Alagoas, ele precisou muitas vezes bater às portas do procurador-geral, porque só o procurador-geral a tempo poderia levar a arguição de inconstitucionalidade diretamente ao Supremo Tribunal. Tivemos não menos que uma meia dúzia de audiências. Então, nos dávamos cordialmente. Isso causou até uma certa estranheza, quando da visita do presidente Collor, já eleito, mas não empossado, ao Supremo Tribunal. Ele foi recebido no Salão Nobre e, terminada a conversa, nos cumprimentos aos ministros, na forma cerimonial das recepções no Salão Nobre, ele cumprimentou a todos os ministros, mas comigo parou e tivemos, então, meio minuto de conversa e tal. Na verdade, ele me disse: “E pensar que tudo começou lá no seu gabinete!”. Eu disse: “Bem, espero que isso me leve ao Paraíso; não ao Inferno”. Mas foi tudo... Era uma relação distante, mas cordial.

[FF] — *Itamar Franco.*

[SP] — O Itamar, também. O Itamar era um homem de muito poucos amigos íntimos. Eu não era um deles. Mas nas poucas vezes que estive com ele, foi extremamente cordial – sobretudo depois de deixar a Presidência, quando embaixador em Portugal, ele me recebeu no aeroporto e me pôs toda... com toda a gentileza e cordialidade.

[FF] — *Lula.*

[SP] — Lula, a relação vinha também de longe, da minha participação na defesa, no processo por crime contra a Segurança Nacional, oriundo da greve de uma... da greve mais longa e tumultuada do ABC. E, depois disso, ele me visitou algumas vezes, jantou algumas vezes em minha casa. Tínhamos, então, uma relação extremamente cordial.

[FF] — *Como foi julgar a reforma da Previdência diante dessa relação que o senhor tinha com o presidente Lula?*

[SP] — [silêncio] Bem, do presidente Lula nunca recebi uma palavra sobre julgamento no Supremo Tribunal. Especificamente na reforma da Previdência o ponto mais dramático foi o da incidência da contribuição previdenciária sobre os inativos, e a respeito do qual eu votei pela constitucionalidade muito à vontade, porque, no governo Fernando Henrique, a mesma questão se pusera, mas decretada por uma lei ordinária subsequente à reforma constitucional da Previdência, e eu entendi que essa lei era inconstitucional. No governo Lula, a contribuição dos inativos estava posta claramente na própria emenda à constituição e eu entendi que aí não havia inconstitucionalidade alguma.

[FF] — *E o senhor, nessa, também não foi voto vencido.*

[SP] — Nessa, não. Nessa, eu votei com a maioria.

[FF] — *O senhor tem alguma recordação particular de como foi esse processo?*

[SP] — Bem, foi uma longa discussão, foi dramática, e o apelo dramático, também, contra a cobrança dos inativos, dos pobres velhinhos, da contribuição previdenciária. Eu ainda não conhecia as despesas dos aposentados com remédios, senão... [risos]

[FF] — *Foi mais difícil, durante o governo Fernando Henrique, julgar a constitucionalidade do Plano Real?*

[SP] — Não. O Plano Real, curiosamente, ele não veio ou ele só veio a ser questionado no final da minha estada no Supremo Tribunal – um dispositivo sobre as regras de conversão. Não houve provocação ao Supremo contra o Plano Real, contra o complexo do Plano Real. Estes planos, é preciso esclarecer, no mais violento deles, o chamado Plano Collor 1, o Supremo foi muito criticado por não ter decidido pela inconstitucionalidade das medidas mais duras do Plano Collor, particularmente do congelamento dos ativos financeiros, dos depósitos bancários. Na verdade, como aconteceu nos outros diversos planos, o que houve foi falta de iniciativa, sobretudo dos partidos políticos, que tiveram ao que penso um receio muito grande de atacar o núcleo dessas reformas monetárias e elas virem a dar certo. Então, realmente, com relação ao mais dramático deles, que foi o Plano Collor 1, o Supremo recebeu uma ação direta do PT, que julgou inepta – eram duas páginas sem... em que, se apelando para princípios gerais da Constituição, se atacavam as dez ou vinte medidas provisórias que consubstanciavam o Plano Collor 1. Depois, e aí se pode até falar em consequencialismo, a primeira arguição apta só veio quando já se iniciava a devolução dos depósitos dos ativos financeiros congelados, e veio num juízo liminar, julgado numa ação direta do PSB, com um pedido de liminar, que o ministro Celso de Mello relator concedia. Eu confesso que, nesse caso, posso ser taxado de consequencialista, porque uma *paralisação* naquele momento das consequências do Plano Collor, que não tinha sido atacado no seu início, seria realmente uma hecatombe financeira do país. Então, em termos de liminar, pelo menos, eu não ousei acompanhar o voto do ministro Celso.

[FF] — *E ele foi voto vencido?*

[SP] — Foi voto vencido.

[FF] — *Ministro, o senhor acha então que... Estou entendendo*

que com relação à inépcia dessa petição de duas páginas do PT, o senhor está falando não só em termos técnicos, mas também em termos do senso comum.

[SP] — Sim.

[FF] — *A petição não só não cumpria os requisitos formais como ela era ruim.*

[SP] — Era ruim.

[FF] — *Juridicamente ruim.*

[SP] — Não havia um argumento que dizia... “Violou o princípio da separação dos poderes...” Quer dizer, umas três frases de efeito...

[FF] — *Demorou-se então... O mundo político, os partidos demoraram para entender a importância do Supremo? É isso?*

[SP] — Exato. Ninguém ousou questionar a sério isso, a não ser essa ação direta, acho que do Partido Socialista, um ano e tanto depois, quando já se iniciava a devolução dos depósitos e aplicações congelados.

[FF] — *Esse comportamento mudou, por parte dos partidos políticos, durante a sua estada no Supremo?*

[SP] — [silêncio] Não sei. O Plano Real, como eu lhe disse, jamais foi objeto de um ataque frontal. Só veio a discutir-se — isso está no Supremo para julgarem — uma regra de conversão em que o sistema financeiro se entende preocupado. É hoje, talvez, a grande, a maior causa que o Supremo tenha em termos de política econômica e de consequências para o mercado financeiro.

A relação entre os Ministros do STF

[AM] — *Ministro, em relação à dinâmica de funcionamento do STF, e o relacionamento entre os ministros, é possível dizer que há*

algum ritual de sociabilidade? Os ministros se encontram, além das sessões plenárias, em algum outro lugar, algum outro espaço?

[SP] — Muito raramente. Cheguei a dizer – o ministro Jobim gosta muito de repetir esta frase minha – que éramos onze ilhas incomunicáveis, um arquipélago de onze ilhas incomunicáveis. Realmente, na maior parte dos dezoito anos que passei, as relações pessoais eram extremamente raras. Acontecia de em certos acontecimentos sociais se encontrarem vários ministros, e aí o senso corporativo funcionava muito para que ficassem todos reunidos. Eu sempre fui rebelde a isso. Mas a convivência pessoal era raríssima.

[FF] — *Nem para tratar de assuntos que não fossem pessoais, que fossem profissionais?*

[SP] — Bem, era da tradição do Tribunal, em certos casos, uma discussão prévia, sem tomada de votos, sobre aspectos relevantes e tal de um julgamento próximo. Isso praticamente acabou, pela oposição radical do ministro Marco Aurélio a tais reuniões. Eu me lembro, nos anos que passei lá, de uma reunião extremamente informal na casa... não me lembro bem – ainda era... o prédio, ainda era cheio de Ministros do Supremo –, mas em um dos apartamentos, sobre a primeira medida provisória do governo Collor que o Supremo Tribunal derrubou. Era uma medida provisória que havia sido rejeitada pelo Congresso e, poucas semanas depois, reeditada pelo presidente. Enfim, não sei por que, o presidente... Foi um dia que havia um jantar no mundo jurídico, oferecido a não sei quem. E, depois desse jantar, nós fomos convidados para um breve papo de meia hora, em que se viu que haveria unanimidade na decisão. Então a sessão foi calma.

[FF] — *O senhor se lembra como é que foi a provocação desse bate-papo de meia hora? “Vamos lá conversar?” Como é que aconteceu?*

[SP] — Foi. Foi no próprio jantar, na casa de um advogado que

costuma oferecer jantares em homenagem a personalidades, é que surgiu essa ideia e se convocou esta reunião.

[FF] — *E uma reunião dessa natureza, essa é a única que vem à memória do senhor?*

[SP] — É. No caso Collor, eu já me referi àquela puramente procedimental, e houve, ainda no caso Collor, uma reunião em que se discutiu um aspecto em que eu fiquei vencido. Tratava-se de decidir se havia ou não prevenção do ministro [Ilmar] Galvão para os processos... para a ação penal e outras questões do *affaire* Collor. Não as do *impeachment*. E aí se discutiu se haveria ou não a prevenção. Prevenção, vocês sabem, é a prévia escolha de um relator que já tenha sido relator, pelo regimento, de causas relativas ao mesmo processo. A Secretaria do Supremo aplica isso com uma certa liberalidade. Na área criminal, por exemplo, há episódios anedóticos, do réu com um *habeas corpus* pendente ligar para a secretaria e perguntar: “Mas, vem cá, por que é que em todo caso meu surge esse tal de Moreira Alves?”. E o secretário: “Não, é um problema de prevenção”. E dizia o preso: “Ele não pode ter prevenção contra mim! Eu nem o conheço!”. Mas aí se decidiu que o ministro Ilmar estava prevenido e eu fiquei vencido. Mas foi só esta questão, se havia ou não prevenção.

[FF] — *E por que o senhor achava que não havia prevenção?*

[SP] — Porque ele tinha arquivado, uma coisa de... O Supremo tem também essa cota de petições psiquiátricas, *psicóticas*. E eu achei que, naquele caso, era melhor sortear livremente o relator.

[FF] — *Ministro, o que seria uma petição psicótica?*

[SP] — Ah! Tem gente que impetra mandado de segurança para assumir a presidência, ou para assumir o Império do Brasil [risos]. Tem uma senhora coreana, ao que parece, e que havia uma briga entre o filho e a ex-mulher sobre guarda de filhos...

Isso a gente só veio a entender lá pela sexagésima petição. Mas ela, coitada, se *mudou* para Brasília, e eram três petições por semana. Ela pedia a um advogado para assinar, ou ela mesma assinava etc. E só muito tempo depois – porque normalmente eram ininteligíveis as petições – é que vimos a saber que atrás disso estava uma briga do filho com a ex-mulher sobre guarda de filhos e tal. Mas tem muita. Durante o processo do caso Collor, por exemplo, havia petições de todos os lados; pedidos de *impeachment* de todos os presidentes da República assinados por qualquer do povo.

A relação com a mídia

[FF] — *Ministro, além de eventuais pressões que pudessem vir de qualquer lado, a mídia já funcionou ou funciona como um veículo de pressão, para um ministro do STF? Como é a relação do STF com a imprensa em geral?*

[SP] — Bem, [silêncio] que a mídia, em certos casos, funcione como uma pressão difusa é inevitável, porque os ministros não vivem no mundo da lua. Agora, quanto à eficácia dessa pressão, eu tenho muitas dúvidas.

[FF] — *O senhor acha que nunca algum ministro votou com medo da repercussão...?*

[SP] — Não, eu não diria nunca essas frases absolutas, “nenhum ministro”. Mas acho que... Enfim, *globalmente* considerando, não é um método aconselhável e eficaz.

[FF] — *O senhor chegou a ser procurado por algum jornalista? Isso existia? Os jornalistas procuram os ministros?*

[SP] — Olha, procuram. Eu, no exercício da presidência, no princípio, causei um certo espanto entre os colegas porque abri muito para a imprensa: primeiro, com um assessor de imprensa que é um azougue, Irineu Tamanini; segundo, abrindo-me a

diálogos com os jornalistas acreditados no Supremo ou, eventualmente, com outros jornalistas de maior hierarquia, mas sobre aspectos institucionais. Vinham com conversa sobre casos pendentes, eu dizia: “Juiz, quando o assunto esquenta, ele fica burro, então, vamos continuar nossa conversa sem...”. Então eu creio que abri, para aquela época, muito para a imprensa. É claro que hoje a abertura de alguns ministros é muito maior, sobretudo nas declarações em *off*. Porque eu brinco muito que, na leitura de decisões dos colegas etc., os *offs*, pelo menos para o Tribunal, são absolutamente inconsequentes, porque se adivinham logo que certas fixações estilísticas não são de certos ministros. Então eu brincava... Não é o caso, mas quem já leu um texto do ministro Celso sabe que ele tem uma verdadeira fixação no *grifo* das palavras. É muito curioso, porque ele às vezes risca, sublinha a palavra *não* em uma frase e, ao ler, você também pode fazer o... pode ver exatamente o que está sublinhado no texto dele. Então, quando eu vejo declaração em *off* de um “*Ministro que preferiu não se identificar*” com frases sublinhadas... [risos] E outros colegas mais abertos.

[FF] — *Na sua época, isso também acontecia, ministro, de sair na imprensa uma declaração em off de um ministro que prefere não se identificar?*

[SP] — Não. Isto era impensável. Com o tempo... Eu me lembro, em um desses casos que apaixonam a imprensa, eu me lembro que saiu uma declaração desta e o ministro Paulo Brossard disse: “É preciso tomar providência! *Isto é uma mentira!* Nenhum ministro desta casa vai dar declarações em *off!*”. Obviamente, sabendo que a declaração era mais do que autêntica. [risos]

[FF] — *O senhor já deu alguma declaração em off, enquanto ministro do Supremo?*

[SP] — Não. Até nas minhas brigas, foram sempre em *on*.

[FF] — *E quais eram os assuntos institucionais sobre os quais o*

senhor falava com a imprensa? Bom, já que o senhor opôs institucional a jurisdicional... Jurisdicional, o senhor não falava.

[SP] — Não.

[FF] — *Quais eram os institucionais que o senhor falava?*

[SP] — A discussão da reforma judiciária, que então estava efervescente, mais ou menos na base da que viria a ser aprovada só em 2004, mas na qual eu tinha uma reunião quase permanente com os presidentes de outros tribunais e com deputados de relevo no andamento do caso etc.; algumas polêmicas...

[FF] — *Alguma que o senhor se recordaria em particular, que mais lhe marcou?*

[SP] — Bem, o senador Antônio Carlos Magalhães, não é preciso dizer que eu tive, às vezes, de responder, pelo Tribunal, a certas impropriedades que eram do seu estilo. Lembro-me do presidente Fernando Henrique, quando, numa decisão nossa contrária ao governo, a imprensa colheu, numa conversa informal deles, naquele minuto que os fotógrafos têm para registrar as coisas, uma frase, “eles não pensam no Brasil”, e que todos interpretaram como relativa ao Supremo Tribunal. E eu respondi com a energia que o assunto merecia, então, houve muita fofoca de que estávamos rompidos e tal. Mas não houve. A coisa acabou em gargalhadas.

A CPI do Judiciário

[AM] — *O senhor mencionou há pouco o então senador Antônio Carlos Magalhães. O senhor estava no Tribunal na época da Comissão Parlamentar de Inquérito conhecida como CPI do Judiciário.*

[SP] — Sim.

[AM] — *Como o Tribunal foi instado ou se posicionou... foi instado a se posicionar ou se posicionou, acerca desse evento, desse episódio?*

[SP] — É claro que com preocupação pelos rumos que poderia tomar a CPI, que, já se disse, sempre se sabe como começa, mas não se sabe onde terminará. Convocado algumas vezes para decisões jurisdicionais a respeito, por exemplo, de juízes convocados para esclarecer sentenças ou decisões judiciais, o Supremo se opôs; e casos assim, mas, no mais, se acompanhou, é claro que com preocupação, pelo estilo desabrido do saudoso inspirador da CPI, mas não houve mais do que essa preocupação inevitável e, duas ou três vezes, chamados para *conter* a CPI nos limites constitucionais que decidimos.

A atuação no Tribunal Superior Eleitoral

[IN] — *E como foi a atuação no TSE, ministro? Como foi a sua atuação?*

[SP] — Sim. Bem, eu vivi um longo período no TSE: primeiro, os quatro anos da Procuradoria-Geral, em que o... No TSE, a Procuradoria tem um relevo que é pouco frequente no Supremo Tribunal. Então eu vivi, primeiro, como Procurador-Geral a fase da abertura do leque partidário; como membro do governo fiz o meio de campo entre o Tribunal e o governo numa tarefa hercúlea do Tribunal, sobretudo do seu presidente à época, o ministro Néri da Silveira, que foi o recadastramento geral do eleitorado brasileiro, e que o governo e os políticos em geral temiam muito que a coisa não desse certo no dia da eleição e tal. Eu fiz muito o papel de mostrar que havia plano B, se não desse certo e tal. E alguns casos politicamente delicados que tive de enfrentar e de opinar sobre eles na época, na Procuradoria-Geral. Depois, em dois períodos, compus o trio do Supremo no Tribunal Eleitoral, e exerci a presidência do Tribunal em ambos os períodos: primeiro na eleição geral de 1994, na primeira eleição do Fernando Henrique; e depois na eleição municipal, em 2004, me parece. O Tribunal Eleitoral é uma experiência

marcante, porque... quer dizer, *além* da sua função jurisdicional que se exerce, como em outros tribunais, marcada apenas pela rapidez de certos processos, sobretudo na época pré-eleitoral, tem a sua função administrativa, que marcou, nesses períodos pós-ditadura, sucessivos avanços comandados pelo Tribunal Eleitoral: o recadastramento, que já me referi; logo após, na minha primeira gestão como presidente, a estruturação de uma rede de comunicações que ainda nos permitiu, com a votação tradicional, de papel, às dez horas da noite, ter chegado já à maioria absoluta de votos do candidato vitorioso, que foi o Fernando Henrique, em 1994; posteriormente, o problema da urna eletrônica, eu já não participava do Tribunal à época, deixara a infraestrutura necessária à introdução da urna, que era essa rede de comunicações, mas não participei da feitura do projeto da urna eletrônica, que foi comandada pelo meu sucessor, o ministro Carlos Velloso, que organizou; e depois, na reeleição... Essas tarefas, não só de julgar os conflitos surgidos, sobretudo à época de registro, que nas eleições nacionais é pouco relevante, mas nas eleições municipais é objeto de um número brutal de recursos. É, sobretudo, essa administração e a polícia das campanhas eleitorais que levam a momentos de tensão e de excitação muito grande no Tribunal Eleitoral e, particularmente, de quem exerça na época a sua presidência. Porque é um fenômeno, como, num país das dimensões do Brasil, com a centralização das linhas mestras na mão de um único órgão, e um órgão judiciário, se faz uma eleição que é um *milagre*. Você vê que é uma data em que você reúne cem milhões de pessoas, em um horário limitado, que *não pode* ser adiada e *não pode* dar errado. Eu me lembro, quando presidi as eleições de 1994, já altas horas da noite eu recebo a notícia de que o material da votação não chegaria a tempo em Cruzeiro do Sul [cidade no estado do Acre]. E não teria nenhuma importância se atrasasse a votação numa eleição nacional para os que votassem em Cruzeiro do Sul, salvo a coincidência de ser um dos pontos cardeais

do país. Então, você tinha a Rede Globo instalada e para fazer de um eventual adiamento das eleições em Cruzeiro do Sul um fato nacional que estragaria todo o esforço feito. E eu tive que acordar o comandante da Aeronáutica da região, que estava em férias, coitado, em Búzios, para autorizar o deslocamento de um helicóptero, que pegou este material no meio do rio, numa barca que não tinha velocidade para chegar a tempo, e levou-o a Cruzeiro do Sul. Nessa mesma noite... O estado de Alagoas tinha eleições muito tensas – eu me lembro que uma das razões é que era candidato a deputado um ex-comandante da Polícia Militar tido como matador –, e requisitamos tropa para todo o Estado. E quase meia-noite eu tenho notícia de que os juizes de todo o estado tinham ido para Maceió e estavam praticamente em greve e não abririam a votação se não chegassem as tropas federais. Eu tive, naquele mesmo dia, de localizar e procurar, já pelas madrugadas, o comandante do Exército, que fez com que as tropas chegassem a tempo a todos os municípios de Alagoas. E os incidentes da campanha eleitoral, em que se tem que julgar... Havia, sobretudo, as disputas surgidas entorno da chamada propaganda gratuita, o direito de resposta e suspensão de campanha etc., em que você tem que julgar, em 24 horas do juízo inicial. Às vezes, sobretudo nas eleições municipais, o caso pode vir de um juiz de primeiro grau até o TSE, e com toda a dramaticidade que uma eleição provoca. É uma experiência marcante e inesquecível, esta. Porque isso tudo se faz, pelo menos em relação aos três Ministros do Supremo, sem nenhum ato de caridade do Supremo Tribunal – você continua recebendo normalmente a distribuição. Eu já tive que decidir, em casos dramáticos, pedidos de liminar de *habeas corpus* chegando em casa às três horas da manhã, vindo do Tribunal Eleitoral. Diferente e emocionante, a experiência.

[FF] — *Ministro, se o senhor me permite a coloquialidade da provocação, árbitro pode apitar jogo do seu próprio time? O que eu quero*

dizer com isso? O senhor é um homem de nítidas posições políticas, um pensamento político claro e definido ao longo de uma trajetória. E aí o senhor se torna um magistrado eleitoral. Isso nunca lhe pôs conflitos? Como é que o senhor viveu essa experiência?

[SP] — Não, é claro que tinha momentos de tensão. Mas os guardei, com a discrição possível.

[FF] — *Sem dificuldade?*

[SP] — Sem dificuldades.

A Comissão da Verdade

[AM] — *Ministro, o senhor já comentou longamente sobre o seu papel e a sua participação e inclusive as suas opiniões acerca do período da ditadura militar, então eu lhe pergunto: como o senhor analisa e avalia a criação e a atuação da Comissão Nacional da Verdade?*

[SP] — É uma iniciativa legítima. Talvez, um pouco retardada. E não sei, a essa altura, que possibilidades têm de desvendar episódios ainda desconhecidos da repressão e das violências da ditadura militar. E aí chegaríamos a outro problema, subjacente à atuação da Comissão Nacional da Verdade, que é o problema da anistia, em que eu paguei todos os meus pecados, porque fui relator, no Conselho Federal da Ordem, da posição da entidade em face do projeto de anistia de 1977 ou 1978, do governo Figueiredo. Esse parecer veio à tona e foi muito comentado no tempo em que o Supremo Tribunal – eu já aposentado – julgou a ação da Ordem contra a Lei de Anistia, particularmente contra a anistia dada aos agentes da repressão da ditadura. Então, realmente, paguei os meus pecados, em torno das agressões sofridas, como se tivesse sido minha a iniciativa, e não o que está expresso no parecer, de que, se a anistia aos torturadores era o preço a pagar pela anistia aos banidos do re-

gime militar, não nos restava outra alternativa. E disso continuo convencido. Mas sofro até hoje.

[FF] — *E o que o senhor acha da decisão do Supremo sobre isso?*

[SP] — Bem, eu já estou dizendo, a decisão...

[FF] — *O senhor participou do...? O senhor votou, nesse...?*

[SP] — Não, não. O meu parecer na OAB compareceu, com destaque, a partir do voto do relator, que foi o ministro Eros Grau, outra figura insuspeita, porque prisioneiro e maltratado, mais do que eu, na ditadura.

[FF] — *Só para ficar... O parecer do senhor...?*

[SP] — Foi no Conselho Federal da Ordem.

[FF] — *E foi no sentido de que...?*

[SP] — De que... Eu reclamava contra a restrição aos crimes violentos da luta contra o regime e contra um ou dois pontos específicos do projeto, mas reconhecia que, naquela quadra política, a anistia aos agentes da repressão era o preço a pagar pela anistia, que teve, naquela época, para o início da retomada do processo democrático, uma função primordial.

[FF] — *Optando, portanto, pela constitucionalidade da denúncia.*

[SP] — Optei pela constitucionalidade. Sim. Nem se punha o problema da constitucionalidade, que só veio décadas depois a ser suscitada perante o Supremo Tribunal. Mas eu já estava fora, e o meu parecer foi trazido à tona pelo parecer da Procuradoria e pelo voto do ministro Eros Grau.

[FF] — *E por que o senhor diz que pagou seus pecados?*

[SP] — Porque se punha, com as paixões que o tema suscita, se punha uma pretensa transigência minha e das minhas posições, em admitir que aquela era a anistia possível naquele momento.

[FF] — *O senhor foi criticado?*

[SP] — Fui criticado etc. Depois, no processo sobre os desaparecidos da guerrilha do Araguaia, na Corte Interamericana de Direitos Humanos, em São José da Costa Rica, eu compareci como testemunha do governo brasileiro para... Enfim, descrevi apenas o que era o cenário em 1977 e o que a anistia aos crimes da repressão era o preço a pagar pela anistia conquistada.

O caso Ellwanger

[FF] — *Ministro, eu gostaria de perguntar qual a sua memória sobre outros casos, entre muitos interessantes, que o Supremo julgou e que a gente considera que vale a pena conversar com todos os senhores. O senhor participou do julgamento do caso Ellwanger, não foi? O senhor tem alguma memória, alguma lembrança particular de como é que se deu esse julgamento, o que estava em jogo?*

[SP] — Lembro. Enfim, se punha em jogo um processo criminal contra o autor de um livro (confesso que nunca li o livro) sobre antijudaísmo e negação do holocausto e outras coisas. Foi um debate apaixonante entre a posição que considerava constitucional a persecução penal e a minoria, que entendia estar o caso coberto pela liberdade de expressão.

[FF] — *Quem estava em cada lado? E como é que o senhor votou?*

[SP] — Bem, [silêncio] o relator do caso foi o ministro Moreira Alves, e a resistência, concedendo o *habeas corpus*, a figura que me recordo com mais... lutou nesse sentido foi o ministro Ayres Britto [silêncio].

[FF] — *O senhor se recorda como o senhor mesmo votou?*

[SP] — Eu mesmo, eu votei negando o *habeas corpus*, com certas ressalvas etc., que, a essa altura, precisaria rever [risos].

O caso do aborto de fetos anencéfalos

[FF] — *Ministro, o senhor participou também do caso do aborto de fetos anencéfalos, do crime de aborto no caso de fetos anencéfalos?*

[SP] — [silêncio] Eu participei das decisões liminares. A primeira vez que surgiu no Tribunal a questão, foi relator o ministro Joaquim Barbosa, que submeteu o caso ao plenário, mesmo na fase liminar, que foi concedida, mas sem execução, porque o recém-nascido já tinha morrido, quando comunicada a concessão do *habeas corpus*. Posteriormente, então, houve uma ADPF (arguição de descumprimento de preceito fundamental), em que a questão foi amplamente discutida, proposta a ação por um advogado de entidades feministas e de proteção à saúde, por Luís Roberto Barroso, hoje Ministro do Supremo. Eu cheguei a participar da reafirmação da liminar concedida, salvo engano, pelo ministro Marco Aurélio, mas já não participei da decisão de mérito.

A aposentadoria dos ministros e a sua própria aposentadoria

[FF] — *Ministro, falando do caso Ellwanger, ele é um caso que se aproxima da aposentadoria do ministro Moreira Alves.*

[SP] — Sim.

[FF] — *Como foi vivido pelo senhor o término da judicatura do ministro Moreira Alves? Se é que foi de alguma maneira particular.*

[SP] — Sim. Foi um ponto de inflexão no Tribunal muito importante.

[FF] — *Por quê?*

[SP] — Porque o ministro Moreira Alves, não há dúvida, exerceu uma liderança incontestada sobre parcela significativa do Tribunal, seja por sua rara capacidade intelectual, seja por sua

disposição polêmica para defender, até o último ponto, as suas posições. E a aposentadoria do ministro Moreira Alves ocorreu no início do primeiro mandato do presidente Lula; seguida, uma semana depois, pela do ministro Sydney Sanches e, duas semanas depois, pela do ministro Ilmar Galvão. Então, deram-se ao presidente recém-empossado *três* vagas de uma vez só, no Supremo Tribunal, quando foram nomeados: o ministro Cezar Peluso, vindo do Tribunal de São Paulo; o ministro Ayres Britto, professor de Sergipe; e o ministro Joaquim Barbosa, do Ministério Público Federal. Isso, evidentemente, marcou uma fase do Tribunal importante, que era a substituição de três ministros, e, entre eles, esta figura invulgar de liderança do Tribunal, eu diria, por cerca de vinte anos, que foi a do ministro Moreira Alves.

[FF] — *Como é que o senhor viveu sua própria aposentadoria?*

[SP] — Bem, confesso que atravessava um momento de um certo *fastio* com aquela rotina da estiva que consistia na judicatura no cotidiano do Tribunal. E se aproximavam os setenta anos. Pusera-se... Quer dizer, já se anunciara, em conversas e, eventualmente, talvez em algum diálogo com a imprensa, que eu não pretendia chegar à compulsória, e isto animou uma candidatura à minha sucessão, a do ministro Carlos Alberto Menezes Direito, do Superior Tribunal de Justiça, abraçada por vários ministros do STF, mas com uma, com um risco iminente: ele completaria 65 anos em poucos meses; antes, eu creio, do meu septuagenário. E eu não participava da... Nada tinha contra o nome, mas não participava do movimento da candidatura Carlos Alberto Direito. Mas entendi, naquele caso, para cumprir palavra de que sairia antes e para não cortar a aspiração de um grande magistrado, de um homem contra quem não tinha nada, que não seria leal que eu permanecesse naqueles meses, simplesmente inviabilizando uma candidatura que eu já tinha informações de que, se houvesse a minha aposenta-

doria, estava escolhida pela Presidência da República. Então, refleti muito e achei que soaria como um capricho permanecer mais três meses no Tribunal, fazendo *abortar* uma aspiração legítima e de um homem que tinha todos os títulos para aspirar ao Supremo Tribunal.

[FF] — *Ministro, o senhor diz um capricho porque não haveria consequências mais drásticas? Eu pergunto tanto do ponto de vista de algum processo importante nesses três meses, alguma decisão importante, ou mesmo do ponto de vista pecuniário. Isso implicou uma diferença grande no subsídio da sua aposentadoria?*

[SP] — Não. Não. Não.

[FF] — *Por isso que seria um capricho? Não tinha nada mais sério em jogo?*

[SP] — Não, não tinha, ao que me lembro, *nada*.

[FF] — *É muito diferente, financeiramente, se aposentar a pedido ou compulsoriamente?*

[SP] — Não, não. Já houve alguma diferença financeira, mas hoje não existe.

[FF] — *Despedida? Alguma despedida? Teve despedida?*

[SP] — Teve.

[FF] — *Tem posse. Tem última sessão?*

[SP] — É.

[FF] — *Como é que acontece?*

[SP] — A despedida regimental é uma sessão pela qual, ultimamente, eu não tenho muita simpatia, porque se faz meses depois da saída do ministro, e na sua ausência: é a tradição, depois que um ministro passou mal nesta homenagem, que o ministro aposentado não compareça. Então ela é muito semelhante a uma homenagem fúnebre [risos]. Agora, como eu

entreguei o meu pedido de aposentadoria à presidente do Tribunal – na época, a ministra Ellen Gracie –, e isso vazou, que eu pedi aposentadoria por... Tinha alguns processos para liquidar e pedidos de vista etc., então eu pedi com um certo espaço de tempo. E isso vazou. E então, na sessão que seria a última, houve uma sessão de despedida improvisada: o ministro Celso de Mello; o procurador-geral; os advogados; e minha mulher assistiu. Foi então muito emocionante, essa despedida informal. Depois houve a regimental.

[FF] – *E o senhor estava presente, na regimental?*

[SP] – Não. Mantive a tradição: fiquei lá no gabinete da ministra Cármen Lúcia [risos].

[FF] – *E então, ministro, como curtiu a aposentadoria?*

[SP] – Curtir era algo de que eu falava muito e a simbolizava numa volta aos hábitos da minha juventude, que era ir às matinês de cinema. Fui um *apaixonado* por cinema. Não consegui ir nenhuma vez [risos].

[AM] – *Ministro, o senhor mencionou que foi ao Convento das Mercês, em São Luís, e consultou a documentação do presidente Sarney, inclusive a documentação relativa ao período da sua nomeação. O senhor foi lá especialmente para consultar essa documentação ou foi consequência?*

[SP] – Não, não. Eu fui a São Luís para uma palestra ou para uma coisa qualquer e tive curiosidade de visitar o convento.

[AM] – *O senhor ainda era ministro?*

[SP] – Não.

[AM] – *O senhor já estava aposentado?*

[SP] – Não, não. Era ministro. E aí me deu curiosidade de olhar a correspondência em ordem cronológica.

[FF] — *Ministro, por que o senhor não conseguiu ir ao cinema, sendo um aficcionado por cinema?*

[SP] — Pois é. Porque me embrenhei logo em seguida no escritório e...

[FF] — *Ato contínuo? Sem...*

[SP] — Pouca...

[FF] — *Pouco intervalo?*

[SP] — Pouco intervalo.

O retorno à advocacia e a vida após a saída do STF

[FF] — *Como tem sido, ministro, voltar à advocacia, depois de tantos anos?*

[SP] — Voltar à advocacia? Bem, é gostoso reviver a advocacia. Embora não haja comparação. Eu era um advogado de linha de frente de batalha. Hoje não.

[FF] — *Como o senhor se classificaria?*

[SP] — A maioria dos meus trabalhos é de parecer; raramente, uma sustentação oral. Mas, no Supremo, ainda não, ainda não ousei...

[FF] — *O senhor nunca voltou ao Supremo como advogado?*

[SP] — Não.

[FF] — *Faria?*

[SP] — Vou ter que fazer.

[FF] — *Em que caso? Se o senhor puder falar sobre, é claro.*

[SP] — Não... Têm umas três ou quatro coisas aí que vão, em princípio, se estiver vivo, me obrigar a ir à tribuna, e vai exigir uma preparação nervosa [risos].

[FF] — *Veremos? Veremos o Dr. Sepúlveda Pertence sustentando no Tribunal?*

[SP] — Se existir. Com esse acúmulo da pauta do plenário, eu já não sei [risos].

[FF] — *Ministro, o senhor citou que houve... Dentre os pareceres que o senhor deu nesse período, o senhor deu um parecer para a OAB, no caso da anistia.*

[SP] — Mas isso não foi nesse período. Isso foi antes.

[FF] — *Ah, sim. Desculpa. Ai, meu Deus! Desculpa.*

[SP] — Quando do projeto da anistia estava no Congresso.

[IN] — *Aproveitando essa questão da anistia, como é que foi a sua... quando o senhor foi anistiado e o senhor optou por voltar para a UnB, ou não voltar, como é que foi isso? Como é que o senhor... esse momento... Em 1985, foi isso?*

[SP] — Foi. Em 1985, eu...

[IN] — *Ou em 1981?*

[SP] — Eu e alguns... Não me lembro... eu; Pompeu de Souza, que então era senador e tal... Houve uma solenidade simbólica de nossa anistia. Mas eu estava numa época muito intensa de trabalho na Procuradoria e, depois, nunca mais achei que poderia conciliar a Procuradoria e Supremo Tribunal com as obrigações docentes.

[IN] — *E, nessa anistia, o seu cargo do Ministério Público também foi possibilitado?*

[SP] — Foi.

[IN] — *Por que o senhor também não...?*

[SP] — Eu também não... Já estava intensamente na advocacia e já não tinha mais nenhum *élan* para voltar à rotina do promotor.

[FF] — *Ministro, é melhor ser advogado consultor do que ser advogado de contencioso? O que é melhor?*

[SP] — Não, mais gostoso é o advogado de contencioso, é emocionante etc., mas exige uma idade e uma disposição de luta...

[FF] — *Qual dos dois que paga melhor?*

[SP] — Bem, a advocacia contenciosa, há sempre a oportunidade de uma causa *milionária*, e os pareceres são bem remunerados, mas não há a oportunidade de...

[FF] — *Do parecer milionário.*

[SP] — Do parecer milionário. [risos] Em compensação, para a rotina da vida, você termina um parecer e aquele assunto está posto no seu arquivo, enquanto a advocacia é sempre a angústia do prazo, do que vai acontecer, porque foi distribuído para tal ministro que tem essa tendência ou outra.

[IN] — *E advogar nos casos, durante a ditadura, que o senhor teve um papel importante? Como era...? A advocacia era diferente?*

[SP] — Era diferente, é claro.

[IN] — *Mais emocionante? Como é que o senhor...? Como era a advocacia contenciosa?*

[SP] — Era, sobretudo na primeira instância, nos chamados Conselhos de Justiça, que eram compostos – ainda são – por um juiz togado e quatro oficiais, em um ambiente realmente desagradável. Lembro, no caso Lula, eu não participei do primeiro julgamento, em primeira instância, em São Paulo, eu entrei já no STM onde foi anulado o processo; anulado o julgamento, então se repetiu o julgamento em São Paulo, e aí eu comparei. Realmente, uma experiência *extremamente* desagradável de ver um ou dois dos juízes com a botina em cima da mesa e um olhar irônico, enquanto você falava.

[FF] — *Literalmente, ministro?*

[SP] — Literalmente.

[FF] — *O que eu digo é, literalmente, com o calçado na mesa?*

[SP] — É.

[FF] — *É?*

[SP] — Não é? Extremamente desagradável. Agora, o Tribunal Militar, não. O Tribunal Militar, em termos de cordialidade, é um tribunal exemplar. Basta dizer que se podia fumar. Eu era um [risos]...

[FF] — *O senhor fumava, sustentando oralmente?*

[SP] — Não durante a sustentação, mas durante a sessão.

[FF] — *Outros tempos.*

[SP] — Eram outros tempos.

[AM] — *E, em sua opinião, havia muita diferença entre a atuação da primeira instância e da segunda, no sentido de maior dedicação jurídica, e não política, às questões que chegavam?*

[SP] — O Tribunal, não há dúvida, pela experiência, pelos militares, que compõem dois terços dele – todos, oficiais-generais –, e de certa tradição do Tribunal, era... Quer dizer, mesmo nos períodos em que o Tribunal estava mais duro, o advogado era muito respeitado e bem recebido etc. Há alguns que acham que o Tribunal Militar e... Quer dizer, é verdade que o Tribunal Militar cassou ou reformou muitas loucuras vindas das Auditorias Militares. Agora, há muitos que dizem que foi melhor do que os tribunais civis. Eu não diria isso sem ressalva. Eu acho que o Tribunal Militar tinha mais informação do que o tribunal civil e sabia em que época podia ser mais liberal ou menos liberal. Mas a experiência de deixar o julgamento de adversários políticos do regime autoritário na mão de um Tribunal Militar é absolutamente inconcebível.

[AM] — *O senhor fala melhor no sentido de menos rigoroso do que os tribunais civis?*

[SP] — Sim. Ele reformou muitos absurdos que eram da Auditoria. O próprio caso Lula é sintomático: o primeiro foi anulado por uma razão formal; repetiu-se o julgamento em São Paulo, em que, afrontando princípios fundamentais de que numa anulação provocada pela defesa não se pode piorar a situação dos acusados, as penas foram absolutamente absurdas – para o Lula, foi coisa de 14 ou 15 anos. E o Tribunal Militar veio a dar uma decisão até de importância política, na época, e que eu tinha sustentado no primeiro julgamento no STM e depois sustentei no segundo, de que a greve por razões salariais nunca poderia... Seria, segundo a legislação da época, uma greve ilegal, mas nunca uma greve proibida, no sentido da Lei de Segurança. E foi essa a decisão que o Tribunal veio a dar.

[FF] — *O senhor atuou como advogado do Lula?*

[SP] — Não pessoalmente do Lula. Nem me lembro... Dividimos a defesa. Eram vários advogados.

[FF] — *E o senhor fez pro bono?*

[SP] — Sim, é claro. Neste caso e em mais uma dezena de casos, não fui dos heróis dessa época, da advocacia, até porque Brasília não teve um movimento tão grande de perseguição penal de adversários do governo, mas, nesses dez ou doze casos em que atuei, sempre foram *pro bono*; nunca trabalhei profissionalmente.

[FF] — *Ministro, se o senhor me permite uma provocação... Nunca realmente ouvi o senhor falando sobre esse assunto. Se o senhor também não quiser, mas... A provocação é a seguinte: se o presidente Lula fosse réu no processo do mensalão, o senhor advogaria pro bono para ele?*

[SP] — Se convocado...

[FF] — *Se ele lhe chamasse...?*

[SP] — Sim.

[FF] — *Como o senhor vê o processo? Bom, mesmo isso sendo fictício, como é que o senhor vê esse julgamento?*

[SP] — Não, não quero... Acho que o julgamento no Supremo foi *extremamente* rigoroso. E não quero comentar mais do que isso [risos].

[FF] — *Perfeito. Ministro, volta para Minas, nunca...? Nunca o senhor cogitou em voltar para Minas, depois de ter terminado seu compromisso formal num órgão público aqui em Brasília?*

[SP] — Eu vim para Brasília meses depois de minha formatura e aqui fiz minha vida: os meus filhos e, hoje, os netos estão aqui...

[FF] — *Todos moram em Brasília?*

[SP] — Todos.

[IN] — *A sua esposa, o senhor conheceu aqui? Ou foi em Minas?*

[SP] — Foi. Foi. Não. Ela é carioca.

[FF] — *E, ministro, posso perguntar para o senhor quantos filhos e netos o senhor tem?*

[SP] — Tenho três filhos homens e cinco netos: três já... quer dizer, duas, as primeiras, do meu filho mais velho que é aviador, já moças criadas...

[FF] — *O senhor tem um filho, o mais velho, que é aviador?*

[SP] — É.

[FF] — *E algum dos seus filhos seguiu o direito?*

[SP] — Sim. Os dois outros trabalham comigo.

[FF] — *Perfeito. Ministro, veja só, considero que nós fizemos realmente a cobertura da sua trajetória, e em particular, profis-*

sional, e em particular, sua atuação como Ministro do Supremo. Não só em nosso nome, pela gentileza de nos receber aqui duas vezes, de nos dar duas tardes do seu tempo para esse projeto, mas em nome das nossas instituições, por ter contribuído para a constituição de um documento sobre um período importantíssimo da história do Brasil, eu agradeço imensamente ao senhor. E essa entrevista... As nossas entrevistas sempre terminam perguntando para o entrevistado se, sobre a sua trajetória profissional ou política, sobre a sua atuação como Ministro do Supremo, existe alguma coisa interessante que nós eventualmente não perguntamos e se o senhor gostaria, agora no final, de deixar uma mensagem.

[SP] — Não. Considero-me premiado pela vida: sem me considerar um jurista com *j* maiúsculo – minha carreira acadêmica foi cortada, pelo regime militar, na Universidade de Brasília –, as circunstâncias me levaram a esse papel de procurador-geral numa época extremamente fascinante, de reabertura do processo democrático, e, depois, às duas décadas de Supremo Tribunal. Resta a consciência de que me dediquei a essas funções e não tenho porque me envergonhar de nenhum momento, nestas décadas de exposição na vida pública.

[FF] — *Ministro, muitíssimo obrigado.*

[SP] — De nada. Foi um prazer estar com vocês.

[IN] — *Muito obrigada, Ministro.*

[FF] — *O prazer é todo nosso.*

[FIM DA SEGUNDA ENTREVISTA]

6

Equipe do Projeto

COORDENAÇÃO

Nelson Jobim
Fernando Fontainha

CONSELHO CONSULTIVO

Nelson Jobim
Fernando Fontainha
Joaquim Falcão
Oscar Vilhena Vieira
Celso Castro
Mário Brockmann Machado
José Reinaldo de Lima Lopes
Diego Werneck Arguelhes
Pedro Abramovay
Daniel Vargas

EQUIPE FGV DIREITO RIO

PESQUISADOR

Fernando Fontainha

ASSISTENTES DE PESQUISA

Carlos Victor Santos
Fábio Almeida
Izabel Nuñez
Leonardo Sato

BOLSISTAS

Alexandre Neves Jr.
Amanda Martins
Gabriela Maciel
Júlia França
Luciana Frattini
Márcia Goldman
Thiago Filippo
Verônica Otero

EQUIPE FGV DIREITO SP

PESQUISADOR

Rafael Mafei

ASSISTENTE DE PESQUISA

Thiago Acca

BOLSISTAS

Bárbara Gama
Jullian Melo
Thiago Megale

EQUIPE CPDOC

PESQUISADORES

Angela Moreira
Christiane Jalles
Marco Vannucchi

ASSISTENTE DE PESQUISA

Fabrcia Guimarães

BOLSISTAS

Hugo Anciães
Ivan Albuquerque
Pedro Saliba
Yasmin Curzi

Este livro foi produzido pela FGV DIREITO RIO,
composto com as famílias tipográficas Corbel e
Sentinel, e impresso em papel pólen bold pela
gráfica J. Sholna em 2015.



O ministro Sepúlveda Pertence foi entrevistado pelos pesquisadores Fernando Fontainha, Angela Moreira e Izabel Nuñez, em 16 de maio e 06 de outubro de 2013, no seu escritório, em Brasília.

ISBN 978-85-63265-46-3



9 788563 265463 >



ASSISTA AQUI AO
VÍDEO DA ENTREVISTA!